



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA



**POLÍTICA INDUSTRIAL EM PAÍSES DEPENDENTES:
LIMITES ESTRUTURAIS DO NOVO
DESENVOLVIMENTISMO**

TAYLA NAYARA BARBOSA

São Carlos
Março, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**Política Industrial em Países Dependentes: Limites Estruturais
do Novo Desenvolvimentismo**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor em Ciência Política, sob orientação do Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho.

São Carlos
Março, 2022

Discente: Tayla Nayara Barbosa

Política Industrial em Países Dependentes: Limites Estruturais do Novo
Desenvolvimentismo

Tese de doutorado

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Defendida em: 17/03/2022

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar)

Profa. Dra. Carolina Cristina Alves
Girton College, University of Cambridge

Prof. Dr. Sebastián Salvia
Universidad de Buenos Aires

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar)

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
Departamento de Ciências Sociais (UFSCar)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Tayla Nayara Barbosa, realizada em 17/03/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

Profa. Dra. Carolina Cristina Alves (CAMBRIDGE)

Prof. Dr. Sebastian Pedro Salvia (UBA)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Agradecimentos

A tarefa de escrever os agradecimentos é quase tão complexa quanto produzir uma tese de doutorado, porque que ao longo da minha trajetória acadêmica, inúmeras pessoas contribuíram de várias maneiras para a concretização desta pesquisa. Entre tantos, em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Deus, sem o qual nada disso seria possível.

Gostaria de agradecer a minha família que me apoiaram e torceram por mim durante estes anos. Faço menção especial a uma pessoa importantíssima na minha vida: minha mãe Silvia. Agradeço o apoio incondicional e a torcida dela em cada etapa do caminho, confiando e acreditando em mim, mesmo quando eu não acreditava. Você é a minha base e dedico a você esta tese.

Agradeço também o apoio, a paciência e o companheirismo do meu esposo Alcides, com o qual compartilho esta conquista. Agradeço também aos meus amigos que estiveram sempre por perto ao longo do caminho, confortando-me nas angústias e comemorando as alegrias, principalmente Fernando.

Agradeço ao Professor Joelson pela orientação, apoio e amizade durante todos esses anos, desde a Iniciação Científica. Obrigada por acreditar em mim e me ajudar a tornar uma pessoa e pesquisadora melhor. Você é uma referência para mim e fico muito feliz em dizer que sou sua orientanda.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, sem o qual o desenvolvimento da pesquisa não seria possível. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol/UFSCar) por possibilitar o aperfeiçoamento da minha formação como pesquisadora.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar e comparar os limites estruturais econômicos do novo desenvolvimentismo sul-americano, tendo como exemplos os casos de Brasil e Argentina. O foco de análise foi o governo Lula (2003-2010) no Brasil e os governos Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011) na Argentina. A análise desses limites foi feita a partir da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini (1973), segundo a qual, as economias dos países latino-americanos pertencem a um processo histórico de relações de força e poder, visto que são dependentes de transferências de valor das economias centrais. Logo, de modo geral, o novo desenvolvimentismo é visto como uma estratégia de desenvolvimento econômico que, teoricamente, propõe a garantia do binômio: crescimento econômico e distribuição de renda. Desse modo, o que se pretendeu analisar é se as orientações econômicas baseadas no novo desenvolvimentismo e implementadas por estes governos, divergiram ou convergiram com o neoliberalismo. A hipótese investigada é que o novo desenvolvimentismo não conseguiu se constituir como uma alternativa de modelo de desenvolvimento de longo prazo, pois não se configurou como projeto contra-hegemônico ao neoliberalismo.

Palavras-chave: Teoria da dependência; novo-desenvolvimentismo, política industrial.

ABSTRACT

The objective of the research was to analyze and compare the structural economic limits of the new South American developmentalism, taking the cases of Brazil and Argentina as examples. The focus of the analysis was the Lula administration (2003-2010) in Brazil and the Néstor Kirchner (2003-2007) and Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011) governments in Argentina. The analysis of these limits was based on the dependency theory of Ruy Mauro Marini (1973), according to which the economies of Latin American countries belong to a historical process of power relations, since they are dependent on transfers of value from the central economies. Therefore, in general, the new developmentalism is seen as an economic development strategy that theoretically proposes to guarantee the binomial: economic growth and income distribution. Thus, what we intend to analyze is whether the economic orientations based on the new developmentalism and implemented by these governments diverged or converged with neoliberalism. The hypothesis investigated is that the new developmentalism failed to constitute itself as an alternative long-term development model, since it did not configure itself as a counter-hegemonic project to neoliberalism.

Keywords: Dependency theory; new-developmentism, industrial policy.

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1. Evolução do valor agregado da indústria manufateira (Em Bilhões de Reais – Preços Constantes).....	184
Gráfico 2. Taxas de pobreza – Brasil, 1995-2019 (Em % da população total).....	86
Gráfico 3. Consumo das famílias – variação anual (%).....	87
Gráfico 4. Participação da indústria da transformação no PIB (%).....	89
Gráfico 5. Desemprego na Argentina durante os anos de kircherismo (Em porcentagem).....	107
Tabela 1. Crescimento do PIB, inflação e taxa de investimento na Argentina entre 2002 e 2011.....	108
Quadro 1. Evolução do salário real conforme o tamanho das empresas e a natureza dos empregos, 2003-2006.....	110
Gráfico 6. Inflação na Argentina durante os anos de kircherismo (Em porcentagem).....	112
Gráfico 7. PIB argentino durante os anos de kircherismo (Em porcentagem).....	115
Gráfico 8. Exportações da Argentina entre 2003 e 2014 (Em porcentagem).....	118
Gráfico 9. Dívida pública argentina entre 2003 e 2014 (Em porcentagem).....	122

SUMÁRIO

1- Introdução.....	10
2-Trajectoria conceitual e expressão histórica do desenvolvimento: aproximação aos estudos de caso	21
2.1 - Considerações sobre o subdesenvolvimento brasileiro	21
2.2 - Considerações sobre o subdesenvolvimento argentino.....	27
2.3 - Novo desenvolvimentismo: mais uma tentativa de desenvolvimento latino- americano.....	36
2.4 – Considerações finais à seção	51
3- A dependência revisitada: uma leitura não-hegemônica	54
3.1 - O sol e a peneira: gênese da teoria da dependência e suas divergências teóricas	55
3.2 - Teoria marxista da dependência: contexto, conflitos e trajetórias.....	65
3.3 - A teoria da dependência em tempos neoliberais	74
3.4 – Considerações finais à seção	81
4- Análise da dependência: os casos de Brasil e Argentina	83
4.1 – O caso brasileiro: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	83
4.1.1 – Política industrial brasileira.....	89
4.1.2 – A PITCE nos governos Lula.....	94
4.2 – O caso argentino: a Lei nº 25.924 de promoção de investimento de bens de capital e obras de infraestrutura.....	104
4.2.1 – Política industrial nos governos Kirchner.....	116
4.2.2 – Lei de Promoção de investimentos em bens de capital e obras de infraestrutura na Argentina.....	123
4.3 – Considerações finais à seção	129
5- Considerações finais	133
6- Referências.....	137

1. INTRODUÇÃO

No início do século XXI, a América do Sul foi palco da ascensão de governos chamados genericamente de nova esquerda – Néstor Kirchner, sucedido por Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; Tabaré Vázquez, no Uruguai; Hugo Chávez, na Venezuela; e Fernando Lugo, no Paraguai. Em comum, estes governos apresentam críticas às políticas neoliberais da década anterior e a retomada da ação do Estado em áreas importantes. Contudo, a classificação da orientação política destes governos ainda é alvo de debates na literatura da Ciência Política. Não há muitos aspectos uniformes entres estas experiências, mas, pelo contrário, heterogeneidade de ações e políticas (LIMA; COUTINHO, 2006).

Com a eleição destes governos, surgiu um debate acerca dos modelos de desenvolvimento econômico possíveis e os até então adotados. De maneira geral, a literatura destaca que tais governos foram caracterizados pela retomada das capacidades estatais, com processos de desenvolvimento nos quais o Estado cumpre papel essencial de promover as condições necessárias para o crescimento econômico (BOSCHI, 2011). Nesse sentido, alguns autores como Lima e Coutinho (2006), Evans (1997) e Boschi (2011); consideram a virada do século XXI como uma ruptura com o modelo neoliberal que influenciou fortemente a América Latina com o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, chamado de novo desenvolvimentismo. É fato que, no tocante à economia, os limites do novo desenvolvimentismo ficam claros, pois sua proposta manteve o tripé neoliberal (câmbio flutuante, regime de metas inflacionárias e geração de superávit primário) em vigor em algumas economias latino-americanas desde a década de 1980 (LISBOA; PESSOA, 2016). Desse modo, as políticas econômicas novo desenvolvimentistas basearam-se no incentivo à indústria e ao consumo de massa, o que manteve a dependência econômica externa e a desigualdade de renda entre as classes sociais.

De acordo com Boschi e Gaitán (2008), o novo desenvolvimentismo pode ser considerado um modelo em formação, que possui como pressuposto a coordenação entre as esferas públicas e privadas, tendo como objetivo o aumento da renda nacional e dos parâmetros de bem-estar social.

No caso brasileiro e argentino, todavia, parafraseando Celso Furtado, o modelo em formação teve sua construção interrompida, com o retorno da lógica neoliberal nestes dois países.

Uma das definições mais famosas do novo desenvolvimentismo é a de Bresser-Pereira (2012), segundo a qual, o novo desenvolvimentismo refere-se a um projeto político que busca o desenvolvimento nacional a partir do investimento em exportações, da criação de oportunidades para o investimento privado e o investimento em políticas de equidade social para a garantia da estabilidade macroeconômica. A diferença entre o velho desenvolvimentismo dos anos 1950 e o novo do século XXI é a atuação do Estado, visto que o novo desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2012), não enfatiza a ação estatal, já que incentiva parcerias e participações do capital privado para o crescimento nacional. A partir desta definição do novo desenvolvimentismo, o argumento aqui defendido é de que este se configurou como projeto coetâneo e não um modelo alternativo ou contra-hegemônico, pois não confrontou a hegemonia neoliberal e suas amarras estruturais, tais como o tripé macroeconômico.

Tendo em vista que se argumenta que o novo desenvolvimentismo não se contrapôs ao neoliberalismo, cabe uma definição deste conceito. Assume-se, neste trabalho, como neoliberalismo as políticas econômicas que garantiram a retomada de acumulação de capital no final do século XX e foram uma resposta à crise do keynesianismo, sendo expresso, notadamente para a América Latina, no Consenso de Washington (BATISTA, 1994). Seus princípios compreendem a defesa de políticas de privatização de empresas estatais; políticas que assegurem a livre circulação de capitais internacionais; política de abertura da economia para a entrada de multinacionais e mercadorias; políticas contra o protecionismo econômico; desburocratização do Estado; entre outros.

Não há consensos sobre quais estratégias seriam características do novo desenvolvimentismo. Contudo, muitos autores concordam que um dos pressupostos do novo desenvolvimentismo é a constatação de que as políticas econômicas orientadas pelo ideário neoliberal não promovem o desenvolvimento, o que aumentou o atraso dos países latino-americanos (GONÇALVES, 2012). Para superar o atraso, não seria possível o retorno ao modelo nacional desenvolvimentista do século XX, agora chamado de “velho

desenvolvimentismo”, considerado como superado. Os defensores do novo desenvolvimentismo apresentam este projeto como uma alternativa que se oporia ao modelo neoliberal e ao modelo desenvolvimentista do século anterior. A principal prática seria o retorno de políticas de desenvolvimento nacional, tendo o Estado como protagonista, todavia não mais através da retomada das práticas desenvolvimentistas dos anos 1940, 1950 e 1960¹.

Bresser-Pereira (2012) enumera algumas das principais diferenças entre o velho desenvolvimentismo e o novo desenvolvimentismo. Em primeiro lugar, nos anos 1950 e 1960 o foco era a industrialização por substituição de importações, enquanto atualmente são as exportações. Em segundo lugar, para o velho desenvolvimentismo, o Estado seria o principal financiador da industrialização, mas para o novo desenvolvimentismo; ele pode também se deter na criação de oportunidades de investimento. Contudo, a análise das duas perspectivas revela uma diferença essencial: o velho desenvolvimentismo enfatizava muito mais significativamente a ação estatal (BONENTE; CÔRREA, 2014). Isso porque a observação dos pontos destacados por Bresser-Pereira (2012) revela uma preocupação com intervenções estatais que não contrariem o mercado e o setor privado, o que os aproxima – o autor e o novo desenvolvimento – aos princípios neoliberais. O novo desenvolvimentismo defende o investimento na indústria e em políticas de equidade social para a garantia da estabilidade macroeconômica, através de políticas fiscais, monetárias e cambiais que estimulariam a produção, a concorrência e a inovação.

Apesar de suas diferenças, os críticos do novo desenvolvimentismo destacam a sua continuidade com o Consenso de Washington, visto que tenta conciliar Estado e mercado, sob a liderança do segundo, para a promoção do desenvolvimento nacional. Para essa perspectiva, o Estado desempenharia um papel importante, mas subsidiário, conforme descrito na seguinte passagem:

¹ De acordo com Bielschowsky (1988), o ciclo do desenvolvimentismo no Brasil pode ser dividido em três fases. A primeira fase ocorreu entre 1930 a 1944, com o surto industrial e a crise de exportações com os conflitos internacionais. Já, segunda fase de 1945 a 1955, corresponde ao período de amadurecimento do desenvolvimentismo, com políticas industriais. Por último, a terceira fase de 1959 a 1961, é considerada o auge desse modelo, sendo seguida por sua crise entre os anos 1961 e 1964, com a instabilidade política e fracasso de reformas sociais.

A alternativa novo desenvolvimentismo aos males do capitalismo é a constituição de um Estado capaz de regular a economia – que deve ser constituída por um mercado forte e um sistema financeiro funcional – isto é, que seja voltado para o financiamento da atividade produtiva e não para a atividade especulativa (SICSÚ; DE PAULA; MICHEL, 2007, p. 512).

Para os autores argentinos, o debate sobre o novo desenvolvimentismo iniciou com o Grupo Fénix, composto por intelectuais da Universidade de Buenos Aires, tradicionalmente críticos do neoliberalismo. No ano de 2001, o grupo publicou o documento “*Hacia El Plan Fénix: Diagnóstico y propuestas para una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el desarrollo con equidad*”, que apresentava propostas de políticas públicas que se aproximavam do modelo novo desenvolvimentista. O Grupo propunha a discussão pública sobre o modelo para formar um consenso sobre o tema, visando uma estratégia de desenvolvimento que promovesse o crescimento econômico e a equidade social (GRUPO FÉNIX, 2001).

O Grupo Fénix argumentava que, para a Argentina, o investimento na inovação impulsiona a produção e o consumo interno, além de incentivar a exportação. Em contraposição ao modelo neoliberal dos anos 1990, o modelo de desenvolvimento proposto pelo Grupo Fénix sugeria a formação de poupança e investimento na produção por parte do Estado. O foco seria a competitividade da economia argentina, com a retomada da ação estatal nas políticas macroeconômicas e de políticas sociais (GRUPO FÉNIX, 2001).

No que diz respeito ao Brasil, a literatura indica o governo Lula (2003-2010) como caracterizado por políticas que se aproximaram do novo desenvolvimentismo. De modo a garantir governabilidade neste quadro, no seu primeiro mandato, Lula escolheu nomes ortodoxos para a economia, como Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles para o Banco Central. Deste modo, o presidente buscou controlar os genericamente chamados “ânimos” do mercado financeiro e manteve o tripé econômico do governo anterior: regime de metas de inflação, regime cambial flutuante e metas de superávit fiscal (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

Com isso, Lula, de certa forma, seguiu a orientação política do governo anterior, porém com a promoção de mudanças institucionais em prol de determinados atores, retomando o papel do Estado como promotor dos avanços

da indústria, a partir da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004 (BOSCHI, 2011). Além disso, o governo Lula priorizou políticas sociais, como o Programa Fome Zero e o Bolsa Família, estimulando o mercado consumidor interno (SINGER, 2010). As críticas ao baixo crescimento econômico do país dirigiram-se as políticas econômicas ortodoxas, abrindo espaço para os defensores de uma maior atuação do Estado na economia (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Nesse sentido, os princípios novo desenvolvimentistas que predominam no governo Lula foram o estímulo fiscal e monetário para o aumento da produção industrial; inclusão social por meio do consumo de massas; aumento do investimento público em infraestrutura e a retomada do papel promotor de desenvolvimento do Estado (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

No segundo mandato de Lula (2007- 2010), observa-se uma mudança na orientação da política econômica, aproximando-se mais do modelo novo desenvolvimentista. Um exemplo dessa mudança é a indicação de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda (SINGER, 2010). Contudo, não ocorreram mudanças significativas na política macroeconômica, pois a ênfase novo desenvolvimentista foi focada no estímulo do mercado consumidor de massas e na retomada do papel do Estado como promotor de políticas públicas e investimentos, a partir de iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007 (BARBOSA; SOUZA, 2010).

Já na Argentina, a implementação de políticas novo desenvolvimentistas foi mais clara, segundo a literatura (SILVA, 2013). Durante o período militar (1976-1983), as políticas neoliberais foram adotadas com força na Argentina, como tentativa de enfraquecer o sindicalismo e o peronismo. A tradição neoliberal estaria, segundo Cunha e Ferrari (2009), mais enraizada na Argentina que no Brasil. O legado neoliberal argentino enfraqueceu a capacidade de ação estatal no país, o que não foi recuperado com a redemocratização. Por conseguinte, a construção de um consenso acerca do modelo novo desenvolvimentista na Argentina enfrentou muitas dificuldades (BOSCHI; GAITÁN, 2010). No entanto, no início do século XXI o modelo neoliberal argentino entra em crise e, em 2003, Néstor Kirchner assume a presidência do país, com uma campanha que defendia um novo modelo de desenvolvimento. Ele manteve algumas políticas de seu antecessor, Eduardo Duhalde, mas

implementou medidas para superávit primário e controle das taxas de juros para expandir o crédito (GERCHUNOFF; AGUIRRE, 2004).

O novo desenvolvimentismo na Argentina é impulsionado com a expansão da demanda doméstica e das exportações de *commodities* (FRENKEL; RAPETTI, 2006). Kirchner retomou o papel protagonista do Estado como promotor de políticas e investidor na produção industrial, o que acelerou a produção industrial nacional (SALAMA, 2012). Como resultado, entre 2002 e 2007, a Argentina apresentou taxas de crescimento econômico positivas, o que ajudou na construção do consenso em torno do modelo novo desenvolvimentista. Soma-se a isto a reestruturação da dívida pública que permitiu ao governo argentino investir em políticas sociais, reduzindo o desemprego e a pobreza. Todavia, com a aceleração da inflação em 2007, os limites do modelo novo desenvolvimentista – baseado em políticas cambiais competitivas e no consumo em massa – se tornaram claros (DAMILL; FRENKEL, 2009). Essa fase coincide com a eleição de Cristina Kirchner para a presidência da Argentina. A nova presidente prosseguiu com as políticas do governo anterior, porém, adotou também medidas anticíclicas para lidar com a crise (DABAT, 2012).

Com a saída dos governos considerados de esquerda ou centro-esquerda nestes países sul-americanos, pôde-se observar a retomada de políticas neoliberais. A retomada das capacidades estatais como promotoras do desenvolvimento passou a ser questionada, dados os discursos que enfatizam o papel do mercado na condução do crescimento. Sendo assim, os governos que sucederam o Partido dos Trabalhadores no Brasil e o Partido Justicialista na Argentina, teoricamente, possuem propostas de reformas liberalizantes nas dimensões políticas e econômicas, que se opõem as políticas implementadas pelos governos Lula e Néstor e Kirchner.

Tendo em vista que na literatura da Ciência Política, o novo desenvolvimentismo é muito recente e não está pacificado, ele será aqui considerá-lo como uma estratégia de desenvolvimento econômico que, em tese, propõe a garantia do binômio crescimento econômico e distribuição de renda. Dito isso, o que se busca analisar nessa tese, em termos gerais, são as políticas industriais implementadas por estes governos, para verificar o quão divergente ou convergente com o neoliberalismo elas se colocaram à luz da teoria da

dependência que tem em Ruy Mauro Marini, um de seus principais autores. Além disso, o papel do Estado, a partir da perspectiva do campo da Ciência Política, também será analisado.

É importante ressaltar que o debate sobre o projeto novo desenvolvimentista continua inserido majoritariamente na literatura e no contexto político latino-americano. Nesse sentido, uma contribuição dessa pesquisa está em trazer novas perspectivas teóricas para a análise do projeto novo desenvolvimentista, focando em outros objetos de pesquisa para além de atores e instituições. Em vista disso, esta tese insere-se na discussão teórica em alta na Ciência Política moderna sobre a democracia e suas possibilidades.

Feito este retrospecto, é importante ressaltar o porquê da associação da teoria da dependência, especialmente a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini (1973). A obra de Ruy Mauro Marini, um dos mais importantes cientistas sociais latino-americanos, baseia-se na dialética marxista para entender o contexto da América Latina e o desenvolvimento do capitalismo.

A partir da teoria da dependência, autores como Marini e Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, desde os anos 1960, passaram a observar as estruturas internas dos países latino-americanos que também foram objeto de análise dos teóricos cepalinos. Um dos pressupostos da teoria da dependência é que a dependência estrutural apresentada pelos países da América Latina, como Brasil e Argentina, torna impossível o desenvolvimento a partir das bases desenvolvimentistas. Segundo Marini, a dependência “só poderia ser superada com a supressão das relações de produção que ela supõe.” (MARINI, 1973, p. 109). Em outras palavras, a superação das relações de dependência dos países latino-americanos está relacionada com a superação dos entraves estruturais do modo de produção capitalista.

Os processos de desenvolvimento argentino e brasileiro, dentro do contexto de economias dependentes, resultam em desenvolvimento limitado, com a manutenção da superexploração do trabalho e da dependência. Por isso, para Marini (1973), o período “desenvolvimentista” das décadas de 1950 e 1960 foi encerrado pela ditadura militar e as tentativas de desenvolvimento posteriores foram superadas pelas crises da dívida e da inflação. Em vista disso, o período chamado novo desenvolvimentista do governo Lula, nos termos de Marini,

representaria a retomada de políticas subimperialistas na região, sem o combate a dependência estrutural em relação aos países centrais².

Contra-pondo-se aos escritos da CEPAL e de Furtado, Marini argumenta que as relações internacionais de produção são constituídas a partir de países centrais e dependentes. O conceito de dependência de Marini refere-se a modos de produção capitalista e formação sociais distintas. Segundo o autor, existem diferentes modos de produção capitalistas que se desenvolvem ao redor do mundo. Ao mesmo tempo, também são desenvolvidas, de acordo com os contextos nacionais e regionais, diferentes formações sociais.

Enquanto o modo de produção capitalista é uniformizante, as formações sociais seriam respostas particulares e específicas de cada região a esse processo. A partir disso, os modos de produção das economias dos países centrais e dos países dependentes não são exemplos puros do desenvolvimento capitalistas, já que cada país internaliza suas leis de forma distinta.

A dependência, para Marini, configura-se, assim, em formações sociais nas quais a produção é antecedida e moldada pelas relações internacionais de capitais, com as articulações e decisões realizadas fora destas formações sociais. Estas últimas, por sua vez, desenvolvem modos de acumulação de capitais dependentes, pois são subordinados a lógicas internacionais, desde a tecnologia até o conhecimento para a produção. Diante disso, segundo o autor, embora as economias de países dependentes desenvolvam um ciclo de produção interno voltado para atender as suas demandas internas, especialmente através da industrialização, ainda continuam subordinados e orientados pelas relações internacionais de capitais.

As formações sociais dependentes, como o Brasil e Argentina, para Marini, são produtores de mais-valia extraordinária no contexto mundial, pois transferem as mais-valias produzidas em setores monopólicos de seu interior. As transferências de mais-valia extraordinária se dão pela via tecnológica, mas também pela exploração cada vez maior da capacidade produtiva do trabalho.

² Para Marini (1973), o subimperialismo é uma das expressões do capitalismo dependente, que se desenvolve através da internacionalização de bases tecnológicas, a construção e a oportunidade de implementação de um projeto político dos países dependentes. Desse modo, o subimperialismo seria uma resposta dos países dependentes aos limites internos expostos a sua produção, por isso estabelecem relações assimétricas com seus vizinhos, criando uma divisão regional do trabalho.

Marini denominou esse processo de superexploração do trabalho, que tem como consequência a queda do valor do trabalho por meio da redução de salários, aumento da intensidade e da jornada de trabalho.

A apropriação desigual entre tecnologia e produção e a superexploração do trabalho nos países dependentes, segundo Marini, é resultado do contexto estrutural desses países, que estão relacionados não apenas com relações econômicas e tecnológicas desiguais. Para o autor, esse processo refere-se ao modo de inserção e articulação desses países na economia mundial. As economias dependentes são orientadas para a produção de bens de consumo com alto valor agregado, o que permite a maior extração da mais-valia extraordinária.

Por isso, nas economias dependentes, a produção é centralizada no setor de bens de consumo, o que destrói postos de trabalho em outras áreas, gerando desemprego estrutural. Esse processo gera altos índices de desigualdade nos países dependentes, o que também dificulta a implementação de reformas sociais que atinjam estes problemas estruturais. Em vista disso, Marini, assim como outros autores da teoria da dependência, como Theotônio Santos, argumentam que a democracia na América Latina tem tendência instável e está sujeita a ação de atores externos.

Segundo Katz (2020) e sua original interpretação da teoria da dependência nos tempos atuais, a relação entre o centro e a periferia no capitalismo moderno se desenrolou de maneira distinta da visão de Marx. A periferia capitalista moderna não repetiu ou seguiu o processo de industrialização dos países do centro, o que levou a configuração de diferentes economias ao redor do mundo. Dessa forma, o capitalismo não se expandiu de forma homogênea em todos os países, o que impediu a formação de um sistema econômico interdependente.

A partir disso, o que se analisou nesta tese de doutoramento é se as orientações baseadas no novo desenvolvimentismo e implementadas por estes governos, divergiram ou convergiram com o neoliberalismo, modelo de acumulação vigente. A hipótese testada é de que o novo desenvolvimentismo não conseguiu se constituir em modelo alternativo de desenvolvimento em longo prazo, pois não se configurou como projeto político e econômico contra-hegemônico ao neoliberalismo. Entende-se que a pesquisa pretendida é original

e inovadora tanto no campo da Ciência Política quanto no campo da Economia Política, na medida em que apresenta um aspecto inédito: analisar a economia dependente de países sul-americanos, a partir da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, associada aos seus limites políticos. A segunda contribuição teórica é testar o argumento de Marini de que a dependência estrutural apresentada pelos países da América Latina, como Brasil e Argentina, torna impossível o desenvolvimento a partir das bases desenvolvimentistas.

Desse modo, o objetivo geral desta tese foi analisar e comparar os limites estruturais econômicos do novo desenvolvimentismo sul-americano, tendo como exemplos os casos de Brasil e Argentina. A análise desses limites foi feita a partir da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini (1973) e das teorias sobre o Estado na Ciência Política, com o foco nas políticas industriais. Para além do objetivo geral, esse trabalho também busca investigar dois objetivos específicos, a saber: i) verificar as convergências e divergências do chamado novo desenvolvimentismo em relação ao modelo neoliberal, a partir da implementação de políticas industriais e, ii) analisar os limites do novo desenvolvimentismo, buscando entender, frente ao seu esgotamento, os determinantes estruturais que o configuraram como um projeto coetâneo e não um modelo contra-hegemônico.

Isto posto, com a coleta das informações, foi realizada uma análise do modelo novo desenvolvimentista e da retomada do modelo neoliberal, enfatizando as contradições envolvidas nele. Através da pesquisa teórica, contribui-se no debate acerca do desenvolvimento e das políticas públicas atuais. Logo, a pesquisa se estruturou de forma a testar a hipótese proposta. O desenho de pesquisa apresentado permite iniciar uma nova agenda de pesquisa tanto no campo da Ciência Política quanto no campo da Economia Política, com foco na relação entre os limites estruturais de políticas contingentes. Outra contribuição da pesquisa, ao analisar e compreender os limites econômicos e políticos do novo desenvolvimentismo argentino e brasileiro, se dá na utilização do conhecimento e dados pouco estudados sobre a relação entre economia e política em países dependentes dentro do campo da Ciência Política.

Para cumprir os objetivos propostos e testar a hipótese, o texto está estruturado em cinco seções. A primeira consiste nessa introdução. Na segunda, o foco é discutir o conceito do novo desenvolvimentismo. Já, na terceira, o intuito

foi construir um debate teórico em profundidade sobre a perspectiva teórica que embasa esta pesquisa: a teoria da dependência. A quarta seção apresentará considerações sobre o papel do Estado nas sociedades latino-americanas, a partir da perspectiva da Ciência Política; assim como os estudos de caso de Brasil e Argentina. Por fim, a quinta e última, destaca os objetivos e a hipótese testada na pesquisa, apresentando algumas considerações finais sobre o tema.

2. TRAJETÓRIA CONCEITUAL E EXPRESSÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO: APROXIMAÇÃO AOS ESTUDOS DE CASO

Ao longo da introdução, foram apresentados alguns conceitos centrais ao desenvolvimento desse trabalho, bem como os principais procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa de doutoramento. Em vista disso, cabe à esta seção discutir mais detidamente, a partir de uma perspectiva histórica, o desenvolvimentismo enquanto expressão conceitual e materialização política que deu forma e conteúdo, mesmo que apenas comparativamente, ao novo desenvolvimentismo, analisado ao final da seção.

Na Ciência Política, os autores tendem a utilizar e a se referir a linhas de pesquisa e a escolas de pensamentos específicas e delimitadas. Contudo, o objetivo aqui é subverter esta expectativa e apresentar uma análise distinta da teoria política e econômica. Tendo em vista que esta pesquisa não está baseada *mainstream* teórico da ciência política, esta seção propõe uma aproximação teórica aos países analisados.

No primeiro tópico, apresenta-se a discussão geral sobre o subdesenvolvimento brasileiro, introduzindo o debate sobre o tema do desenvolvimento no país, não só, mas principalmente, a partir de uma das principais teorias econômicas latino-americanas: a teoria estruturalista do subdesenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que, mais tarde, seria criticada pelos teóricos da dependência (tema da seção 3). O tópico subsequente trata do subdesenvolvimento argentino e suas características, nos mesmos marcos teóricos. A partir disso, no último tópico, o conceito de novo desenvolvimentismo e as experiências desta teoria nos casos brasileiros e argentinos são apresentados e discutidos.

2.1 Considerações sobre o subdesenvolvimento brasileiro

Na chamada Era Vargas (1930-1945) a ideologia nacional desenvolvimentista foi utilizada em prol do crescimento do país. Com isso, surgiram governos paternalistas que agradavam as classes trabalhadoras com a geração de empregos e conseguiam o apoio dos militares positivistas e das

classes altas, que viam o progresso técnico com bons olhos (FAUSTO, 1987)³. O nacionalismo passa a ser um fator essencial para a propaganda estatal, como pode ser observado no governo Vargas, que utilizou muito bem essa técnica e adquiriu apoio para a eleição de 1950 (FAUSTO, 1987).

Nesse período, os trabalhadores urbanos são atores que passam a fazer parte do jogo político, reivindicando direitos. Por isso, o Estado, além de flertar com os industriais, também precisava manter o diálogo constante com a classe trabalhadora, atendendo suas demandas. Getúlio Vargas fez muito bem esse jogo nos anos 1930, em um momento de crise das elites, momento no qual havia, segundo Boris Fausto, um “vazio hegemônico”. Mas, é no seu segundo governo, que esse pacto social fica mais evidente, pois é seu elo popular que o mantém no poder até o suicídio. É fato que os governos seguintes seguirão o exemplo de Vargas, contrariando os militares e setores mais conservadores da sociedade brasileira (FAUSTO, 1987).

A partir desse pacto social com a classe trabalhadora, o governo busca a estabilidade econômica e política, através do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores, como, por exemplo, a geração e manutenção de empregos. E é justamente por conta dessa estabilidade, que o investimento externo direto (IED) (principalmente no governo Juscelino Kubitschek) e os empréstimos internacionais, são possíveis. Essas inversões produtivas, por sua vez, alimentam a indústria nacional, permitindo a geração e a manutenção dos empregos, que geram apoio político. A partir disso, tem-se a indústria nacional com amplo investimento, geração de empregos e a manutenção do mercado interno, favorecendo os industriais (FAUSTO, 1987).

Esse arranjo sociopolítico é condicionado por características sociais e econômicas de sua estrutura, sendo estritamente um fenômeno de regimes democráticos, como o coronelismo. Assim como este último, o pacto social aqui analisado é utilizado como ferramenta de controle de votos e de alienação da

³ A Era Vargas inicia-se após a Revolução de 1930 e finaliza com a deposição de Getúlio em 1945. É caracterizada pela centralização do poder no governo federal e por políticas populistas, buscando o apoio das massas. Sobre esse tema não podemos esquecer do discurso do então senador, eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso na tribuna do Senado no dia 14 de dezembro de 1994, no qual ele afirmou textualmente: “Eu acredito firmemente que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado da Era Vargas — ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.” (CARDOSO, 1994, p. 10).

consciência popular, pois associa objetivos da elite industrial aos interesses nacionais. Nesse sentido, no meio do caminho entre a promoção do desenvolvimento que cria o emprego e o eleitor que quer o emprego, está a figura do político populista, arranjo político este chamado de Populismo (WEFFORT, 2003).

Nesse ponto, é importante ressaltar que a estabilidade só foi possível durante o populismo, porque desde o governo Vargas, ocorreu o processo de estatização dos sindicatos, tornando-os simples órgãos consultivos, que possuíam o empregador e o governo como mediadores de conflitos. Isso caracteriza, conforme argumenta Alessandro Batistela (2012, p. 480),

(...) a compreensão do “populismo” como um sistema político, em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Dessa forma, não há apenas um “jogo político” de manipulação, imposto de cima para baixo, mas um “jogo político” de mão-dupla.

Instrumentalizada a fase de industrialização pesada do capitalismo, a indústria pesada⁴, os investimentos devem ser cada vez maiores, o que prejudica o pacto populista, pois o Estado brasileiro não consegue garantir que suas divisas atendam à capitalistas e trabalhadores. A necessidade de enormes inversões industriais, fez com que o governo brasileiro se deparasse com um dilema: atender as necessidades sociais dos trabalhadores ou desenvolver o país através do investimento na classe capitalista? A escolha do Estado foi pelo capitalismo, o que significou o fim do pacto populista,—devido aos seguintes fatores: (1) os partidos políticos eram enfraquecidos pelas figuras paternalistas dos últimos presidentes populistas; (2) a crescente insatisfação da classe média e (3) o medo da irrupção dos trabalhadores (WEFFORT, 2003).

O processo brasileiro de industrialização, nos anos 1930, foi movido pela burguesia, mas através do Estado. Este último, junto com o capital externo e o capital nacional, formaram o tripé da industrialização brasileira. Essa fórmula desenvolvimentista foi utilizada no governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960 e, principalmente, durante o regime militar, 1964 a 1985. Dessa maneira, o Estado brasileiro, concedia garantias de mercado para as indústrias

⁴ De acordo com Wilson Cano (2002), o processo de industrialização brasileiro pode ser dividido em duas principais fases: a *restringida* (1930-1955) à produção de bens de consumo e a *pesada* (1956-1970), com mudanças na estrutura de produção e a introdução de novos setores industriais.

internacionais e crédito para consumo de seus produtos, durante o processo de industrialização. Para Florestan Fernandes, isso é um exemplo da parceria entre capital interno e imperialismo externo. Acima de tudo, porém, essa articulação faz parte do processo de subordinação do nacional pelo internacional.

Por isso, para garantir esse desenvolvimento dependente, o Estado brasileiro é instrumentalizado pelos interesses burgueses, o que se caracteriza como um entrave à realização da Revolução Burguesa plena no país. Isso porque a burguesia nacional sempre foi conformada com sua posição subordinada no cenário internacional e com a sua dependência em relação a tecnologia e do capital externo. No entanto, é importante ressaltar que, para Florestan Fernandes, a burguesia brasileira tem consciência de sua posição subordinada e se aproveita disso, através da aliança tácita com a burguesia dos países centrais.

Isso quer dizer que o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa (FERNANDES, 2006, p. 233).

O quadro exposto acima caracteriza o que Fernandes denomina de capitalismo dependente, presente em países periféricos, como o Brasil. Neste tipo de capitalismo, a mais-valia extraída dos trabalhadores nacionais deve remunerar a burguesia nacional e a burguesia internacional, configurando a sobre-apropriação repartida do excedente econômico. Articulando elementos internos e externos às sociedades, Florestan argumenta que o capitalismo dependente é baseado em uma economia “duplamente polarizada”, ou seja, gera acumulação de capital para as burguesias nacionais e internacionais. A partir disso, a dinâmica econômica interna das sociedades periféricas é prejudicada, visto que parte de seu excedente é constantemente direcionado para o “externo”. Tendo em vista esse conceito, conclui-se que a classe trabalhadora dos países periféricos precisa trabalhar bem mais que a classe trabalhadora dos países centrais, já que sua mais-valia é repartida entre duas ou mais classes capitalistas.

Dentro do capitalismo dependente, o Estado é o principal agente econômico, ao contrário do modelo clássico de Revolução Burguesa. Essa

característica foi exacerbada, no Brasil, durante o período de 1946 a 1974, chamado de nacional desenvolvimentismo. Segundo essa ideologia, a economia é a base do Estado-nação, por isso, o desenvolvimento econômico é o pressuposto para avanços em outros setores, como saúde e educação. Considerando a expansão econômica na periferia do capitalismo mundial, o único ator social capaz de concentrar grande poder social, econômico e político para realizar essa tarefa, é o Estado. Por isso, a ação estatal é vista como crucial para o desenvolvimento da economia nacional.

Todavia, a ação do Estado não foi restrita à esfera econômica. Ele também regulava e impedia a emergência de conflitos sociais clássicos de uma sociedade burguesa. Desse modo, a relação entre capitalistas e trabalhadores era discutida dentro da esfera estatal e, conforme argumenta José Murilo de Carvalho, o Estado concedia direitos sociais como forma de premiação para controlar as insatisfações da classe trabalhadora.

Por isso é possível argumentar que o Estado brasileiro não agia como um verdadeiro Estado burguês. A partir disso, Fernandes (1975) aproxima o debate marxista do cenário nacional, pois afirma que o modo como a dominação burguesa ocorreu no Brasil, com o controle do Estado, vetou a formação de conflitos sociais clássicos do capitalismo, conforme aconteceu na Europa. O autor, ainda, avança em sua tese, argumentando que esse cenário foi mantido através da gestão burocrático-autoritária do Estado brasileiro.

No início dos anos 1960, quando o pacto social populista entrou em decadência e as demandas sociais dos trabalhadores se agravaram, ocorreu o golpe militar, em 1964. Conforme argumenta Fernandes, o golpe militar é consequência do fracasso do populismo, pois o Estado não conseguia mais absorver as necessidades dos trabalhadores. Com o fechamento do governo, a burguesia, em aliança com os militares, acabou com a frágil democracia do período e mascarou os conflitos sociais como “ameaça comunista”.

Entretanto, ainda de acordo com Fernandes, as demandas populares por redistribuição de renda eram legítimas e típicas de uma sociedade capitalista, visto que foram justamente estes tipos de reivindicações que originaram o *Welfare State* (Estado de bem-estar social) na Europa. Por isso, para Florestan Fernandes, o golpe militar de 1964 representa o momento da implantação do

capitalismo monopolista pleno no Brasil e a consolidação de nossa revolução dentro da ordem⁵.

A partir daí, entre 1964 e 1985, o país vive um regime autoritário com forte repressão política e social. No plano econômico, o regime militar seguiu, inicialmente, uma conduta conservadora, com o combate à inflação através do PAEG (1964/66). Contudo, o fracasso desta política levou o regime a adotar algumas medidas heterodoxas buscando a estabilização e a retomada do crescimento econômico.

A heterodoxia deu resultado e o país, na década de 1970, desfrutou de taxas de crescimento acima da média internacional, enquanto as grandes potências sofriam com as crises do petróleo (SENRA, 2009). Diante do cenário econômico favorável, o Brasil implementou projetos de infraestrutura e de incentivo ao crescimento que aceleraram a industrialização nacional, mesmo às custas de endividamento (LESSA; EARP, 2004). Nessa fase, as principais políticas federais de desenvolvimento regional são os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), cuja proposta era integrar as regiões, a partir da comunicação e comércio entre elas, seguindo a perspectiva teórica de Perroux (1967)⁶. O I PND (1972-1974) tinha como principal objetivo o investimento na infraestrutura econômica e a indústria de base, enquanto o II PND, de 1974, seguiu as diretrizes do primeiro.

Na história brasileira, entre 1974 e 1988, o II PND se destaca, pois teve papel importante, tendo como objetivo internalizar a industrialização, incentivar a tecnologia e aumentar as exportações. O princípio desenvolvimentista que guiou o II PND era apostar na autonomia industrial como forma para conquistar a soberania política do país. Estas políticas eram coordenadas pelo Ministério do Interior e pelas Superintendências Regionais, que também produziram várias políticas e programas regionais menores.

⁵ Essa tese é apresentada no capítulo seis do livro, "Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista" (FERNANDES, 1975), no qual, Florestan discute as três fases do capitalismo, sendo a monopolista, a última etapa.

⁶ A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento do economista francês François Perroux estabeleceu que o crescimento econômico não acontece da mesma maneira e ao mesmo tempo, mas por meio de pontos ou polos específicos. A partir destes últimos, por sua vez, o crescimento espalha-se pela região próxima, fazendo com que os polos funcionem como um campo de forças para o desenvolvimento do território.

Após o II PND, foi implementado o III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), projetado no início dos anos 1980, tendo como objetivo o investimento em setores básicos para o desenvolvimento nacional, como a indústria. Ao contrário dos planos anteriores, o III PND possuía o conceito de desenvolvimento com planejamento, a partir de metas qualitativas, tais como melhoria da qualidade de vida da população. Contudo, seus objetivos não foram cumpridos, visto que exigiam grande investimento e ação do Estado na organização e acompanhamento das políticas propostas no plano e na década de 1980 o país enfrentava crises econômicas, políticas e sociais que dialeticamente, alimentaram a retórica e a ação neoliberal que se impôs no período seguinte.

Já com a democratização, os governos de Collor e seus sucessores mergulharam o país nas reformas liberais e na abertura comercial. O destaque se dá para o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) que, segundo Abrucio e Couto (1999), teve como características principais; políticas para a estabilização monetária e reformas constitucionais. A estabilização monetária foi baseada no Plano Real, lançado no governo Itamar Franco, que conseguiu combater o quadro de inflação crônica que assombrava o país desde da década de 1980.

A reforma do Estado brasileiro teve como um de seus líderes, Luiz Carlos Bresser-Pereira, o qual no texto “A Reforma do Estado nos anos 90”, defende que a principal intenção era diminuir o tamanho do Estado. Em vista disso, a reforma foi baseada na criação da empresa pública não-governamental, que presta serviços públicos, mas é uma empresa privada; na desregulamentação do papel do Estado, visto que para a lógica neoliberal o Estado não deve ser o produtor na economia; na privatização das empresas públicas e a implementação de agências reguladoras.

2.2 Considerações sobre o subdesenvolvimento argentino

A experiência desenvolvimentista da Argentina possui peculiaridades. O legado agrário exportador é muito forte na Argentina, segundo Cunha e Ferrari (2009). Isso porque, ao contrário do Brasil que, experimentou o desenvolvimentismo dos anos 1950 com o processo de industrialização nacional, na Argentina o auge desenvolvimentista se deu ainda no período

primário-exportador. Para estes autores, os conflitos sociais e de distribuição de renda deste período não permitiram a ascensão de um modelo alternativo à exportação de produtos agrícolas.

Durante o século XX, a Argentina investiu fortemente na indústria nacional, mas ainda possuía uma estrutura menos complexa do que a indústria brasileira. Contudo, os produtos produzidos pelos argentinos possuíam maior valor agregado que os brasileiros. Assim como outros países da América Latina, a Argentina aproveitou a brecha da 1ª Guerra Mundial para investir na indústria interna. No entanto, no final da década de 1920 (depois da crise de 1929) a instabilidade internacional e o aumento da importação industrial afetaram a produção argentina (PREBISCH, 1986).

Entre o período de 1929 a 1976, a Argentina passa por instabilidade política, com três mandatos de Juan Péron. Neste período, a agroindústria era a principal responsável pelas exportações, sendo os Estados Unidos um de seus parceiros econômicos mais importantes (CANO, 2000). Com o golpe militar em 1930, o país atravessa crise política, fiscal e da dívida externa. Somado a isso, em 1933, com o Tratado Roca-Runciman, a Inglaterra, buscando reduzir as importações de carnes da Argentina, pressionou o país a assinar o documento que concedia câmbio oficial às importações inglesas até o montante equivalente ao que a Inglaterra lhe comprava, com tarifas menores em relação às praticadas para terceiros países, o que desagradou os EUA.

Com tantas crises políticas e econômicas, a ortodoxia liberal passa a dar lugar ao intervencionismo do Estado argentino na economia. Entre 1930 e 1966, a Argentina foi alvo preferido dos EUA na América Latina, pela localização estratégica, pelo maior PIB e maior mercado de importações (PREBISCH, 1986). Todavia, Péron, que tomara o poder em 1944, seria um obstáculo aos interesses estadunidenses por sua base trabalhista e sindical. Não obstante, o crescimento econômico argentino foi acompanhado do endividamento externo e da inflação.

Entre 1950 e 1952, em função dos eventos já mencionados, a Argentina passou por uma forte crise econômica, fazendo com que Péron voltasse a incentivar a agroindústria exportadora, estabilizasse salários, aumentasse a repressão política, diminuísse a orientação nacionalista e se aproximasse dos EUA (PREBISCH, 1986). Tais ações fizeram com que Péron sofresse um golpe em setembro de 1955, sendo substituído por militares liberais.

Sofrendo com crises econômicas e inflação alta, a Argentina, a partir de 1958, inicia a fase de industrialização pesada, que perdurou até 1976 (CANO, 2000). Isso porque em 1958 com a eleição do presidente Arturo Frondizi, político declarado de esquerda; entra em ação um plano de estabilização econômica e é firmado um acordo com FMI. O resultado foi uma recessão econômica, com Frondizi incentivando o investimento estrangeiro e aprofundando a industrialização por substituição de importações.

Os militares destituem Frondizi em março de 1962, fechando o Congresso e empossando José María Guido (então presidente do Senado), que completa o mandato, governando até outubro de 1963 sob forte tutela militar, o que veio aprofundar a recessão que perdurou até 1965, quando retomam o aumento das exportações em dólares, impulsionado pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALADI)⁷. Ao mesmo tempo, há o aumento do investimento externo direto e dos empréstimos internacionais. Como resultado, a Argentina tem o seu período de “milagre” econômico entre 1963 a 1974. (PREBISCH, 1986) Dessa forma, na década de 1970, a indústria é impulsionada, a agricultura passa por processo de modernização, ocorre migração do campo para a cidade e a urbanização. Somado a isso, a Argentina nesse período apresenta os melhores indicadores de saúde e educação da região.

Todavia, os anos 1975 e 1976 representam o final do período em que a economia esgota suas possibilidades de crescimento com pesado endividamento externo (PREBISCH, 1986). Ao mesmo tempo, a sociedade parecia sucumbir diante do profundo quadro de crise política e da ameaça – que se concretizaria – do retorno do autoritarismo militar. Em março de 1976, o general Jorge Rafael Videla destituiu María Estela Martínez de Perón, mais conhecida como Isabelita Perón, permanecendo no poder até 1981. O general Videla será o militar responsável por tentar implementar o neoliberalismo, aniquilando a oposição, fechando o Congresso e implantando a lei marcial.

⁷ A Associação Latino-Americana de Livre Comércio foi uma tentativa de integração comercial da América Latina na década de 1960, sendo formada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Os membros da associação tinham como objetivo criar uma área de livre comércio na América Latina. Em 1970, a ALALC adquiriu novos membros, com a entrada de Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1980, se tornou Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI), permanecendo com essa composição até 1999, quando Cuba passou a ser membro.

Diante disso, é possível localizar o período do modelo agrário-exportador argentino a partir de 1850, com a incorporação da região dos pampas no mercado mundial (ROCK, 1989; HORA, 2003). O crescimento deste período foi sustentado pela exportação de produtos agrícolas e pela forte demanda internacional. Já, nas primeiras décadas do século XX, o modelo agrário-exportador continuava no seu auge, visto que a Argentina era a segunda maior exportadora de cereais do mundo. Saindo de um cenário atrasado e desastroso, a Argentina passou, por meio deste modelo baseado na perspectiva liberal, a crescer. Por isso, segundo Bonaudo (1999), neste período, este liberalismo passou a ser identificado com a ideia de progresso.

Conforme argumentam Cunha e Ferrari (2009), o período posterior ao modelo agrário-exportador, a industrialização entre os anos 1946 a 1976; não obteve sucesso e força suficiente para substituir os ideais liberais de progresso. Isso porque, assim como ocorreu no Brasil, o desenvolvimento da indústria argentina dependeu diretamente da agropecuária, tanto para financiamento quanto com a mão-de-obra. Em vista disso, o processo de industrialização argentino encontrou limites estruturais no mercado de mão-de-obra nacional, já que operava em nível de pleno emprego, o que delegava poder aos trabalhadores e sindicatos (CUNHA; FERRARI, 2009).

A Argentina experimentou a fase do nacional desenvolvimentismo entre os anos 1940 e 1973, quase concomitante ao Brasil (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). No caso argentino, o modelo nacional desenvolvimentista deste período foi baseado em políticas de substituições de importações, como no Brasil; visto que, em ambos os países, se fortaleceu a crença de que o famoso *catching up* em relação aos países centrais do capitalismo, seria feito através do investimento na industrialização e na integração nacional (O'CONNOR, 2010).

Para Souza e Marsiglia (2018), o modelo nacional desenvolvimentista argentino foi construído para atender as demandas externas, baseando-se na agricultura para exportação. Tal princípio deixou o país fragilizado em relação as oscilações do mercado internacional. Porém, este modelo conseguiu, se comparado a outros países latinos americanos como o Brasil, constituir uma sociedade mais homogênea socialmente.

Dessa forma, no período do governo de Péron (1946 a 1955), por exemplo, os movimentos sindicais e populares ganharam força e se tornaram

um importante ator político no contexto argentino (CUNHA; FERRARI, 2009). Mesmo após o fim do governo de Péron, o movimento popular foi ativo. A emergência dos setores populares como atores políticos, contudo, segundo Feldman e Sommer (1986), coincide com tensões sociais por maior distribuição de renda.

Tais tensões sociais eclodiram com o episódio chamado “Rodrigazo”, em junho de 1975, quando o governo argentino, sob ditadura militar, tentou de maneira fracassada realizar um ajuste fiscal a partir da desvalorização cambial e ajustes nas tarifas públicas, causando prejuízos às classes populares (CUNHA; FERRARI, 2009). O ajuste fiscal foi seguido por uma forte revolta popular, com a atuação sindical atuando em prol da recuperação das perdas dos trabalhadores.

Após este episódio, a Argentina apresentou quadros consecutivos de alta inflação e instabilidade econômica (FRENKEL, 1989). O modelo agrário-exportador não foi capaz de produzir uma estrutura produtiva diversificada, o que causou conflitos históricos de distribuição de renda, que também não foram abordados pelo modelo novo desenvolvimentista (CUNHA; FERRARI, 2009). Isso porque mesmo depois dos anos conhecidos como *plata dulce*⁸ no final dos anos 1970, a Argentina ainda enfrentava crises econômicas e quadros de hiperinflação.

Por isso, na década de 1990, ressurgem no contexto do país as ideias neoliberais como o único caminho para a saída das crises e a retomada do crescimento e desenvolvimento (CUNHA; FERRARI, 2009). A perspectiva neoliberal ganha espaço neste período na Argentina porque define como a causa das graves crises da economia nacional o Estado e suas ações intervencionistas e protecionistas. E é com um discurso alinhado à ortodoxia neoliberal que Menem é eleito e começa uma série de reformas estruturais na Argentina, assim como Fernando Henrique realizou no Brasil (GERCHUNOFF; TORRE, 1996).

Em vista disso, a Argentina adentra na década de 1980 em profunda crise política e econômica. As crises da dívida e o fracasso militar do país no conflito com a Inglaterra, conhecido como Guerra das Malvinas, foram decisivos para o

⁸ Nos anos 1979 e 1980, a Argentina experimentou um breve período de elevado crescimento econômico com uma explosão de consumo e aumento da dívida externa, que ficou conhecido como os anos da “plata dulce”.

processo de transição política do regime militar para o civil, com eleições em 1983, que elegeram, por voto direto e universal, Raúl Alfonsín.

O governo de Alfonsín foi responsável pelo processo dos militares que atentaram contra os direitos humanos, por programas de ajuste fiscal, pela melhora de salários, fim da repressão aos sindicatos e pelo fortalecimento das alianças regionais com a assinatura do Tratado para uma Zona de Livre Comércio com o Brasil.⁹ Em 1985, anuncia-se o Plano Austral que realizou congelamento de preços e salários, além da reforma monetária, desvalorização cambial, aumento de tarifas de importações e de impostos sobre exportações, deságio dos saldos remanescentes de dívidas. No entanto, nenhuma destas tentativas deram certo e o país partiu para soluções heterodoxas da crise (CANO, 2000).

O fracasso do Plano Austral foi seguido pelo Plano Primavera, em 1988, com acordos para, entre outras medidas, desindexar a economia. Porém, este plano também enfrentou dificuldades tendo em vista a hiperinflação que o país vivia no período, além das derrotas do governo no Congresso onde a oposição barrou os planos de reformas estruturais de Alfonsín.

Com o cenário caótico, Alfonsín renunciou em 1989 e Menem assume a presidência. O novo presidente possuía forte tendência a liberalização, apresentando planos de uma nova reforma tributária, com maior distribuição de recursos para as províncias. Para Kosacoff (1989), nos anos 1980, a Argentina experimentou uma reestruturação regressiva, com descapitalização física. Isso porque Menem assume e implementa uma agenda neoliberal e em 1990 assina o Tratado de Assunção de livre comércio na região. Além disso, em 1994 reformou a constituição, adotando uma agenda neoliberal que trouxe crises sociais, políticas e econômicas.

Diante disso, nos anos 1990, a Argentina mergulha em reformas neoliberais, como a Lei nº 23.696 (reforma do Estado) e a Lei nº 23.967 (emergência econômica). A partir disso, o congresso concedeu poder ao Executivo para decretar Estado de Emergência, o que é usado para aprofundar a Reformulação da Administração Pública, com a flexibilização do mercado de trabalho, privatização e abertura comercial (KOSACOFF, 1989).

⁹ Em 1990, este tratado foi alterado pelo Tratado de Assunção, o que deu origem ao Mercosul.

A Reforma tributária, por exemplo, teve o objetivo de conter a crise fiscal, com a informatização do Fisco, aumento de impostos e do imposto de renda, recentralização das decisões e das transferências. Em 1992, é promulgada a Lei do Esquecimento que concedia anistia fiscal para estimular o retorno de capital que deixara o país.

Já a Reforma do mercado de trabalho consistiu na flexibilização das relações capital e trabalho, com a fixação de teto salarial, negociações coletivas perdendo poder, aumento do trabalho temporário, alívio sobre encargos de acidentes de trabalho, se a empresa quebrar, o empresário é eximido de suas obrigações trabalhistas; diminuição do aviso prévio; justa causa por razão econômica; aumento do período de experiência; criou o seguro desemprego, mas sem ônus adicional ao empresário; privatização da Justiça do Trabalho (CANO, 2000). Em 1993, estabelece-se um Pacto Federal com as províncias: elas reduziram impostos sobre os empresários locais, enquanto o governo central aliviaria contribuições sociais e previdenciárias, o que permitiria uma equalização regional de salários.

A Reforma da Previdência de 1993, por sua vez, não se aplicou aos militares, socializou os prejuízos e privatizou os lucros, aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição para aposentadoria, sendo o sistema anterior de capitalização substituído. O sistema previdenciário argentino do final do século XX foi configurado da seguinte maneira: se divide em duas opções – o regime público (RPP) que é de repartição e o regime privado que é misto, de capitalização (RMC).

Por trás destas reformas estruturais, está o fato de que a Argentina só teria acesso ao crédito internacional e à renegociação de sua dívida externa, a partir da política de abertura, em que as privatizações tiveram papel crucial (CANO, 2000). A privatização e a permissão ao investimento direto do capital estrangeiro chegaram até aos serviços essenciais, como elétrica, gás, água, correios, telecomunicações; além do petróleo e assuntos de defesa nacional.

Segundo Azpiazu (2003), tais reformas neoliberais não eram necessárias na Argentina, já que, para ele, não havia déficit público de empresas estatais; elas não estavam falindo, pelo contrário, eram as que lucravam mais. Além de gerar aumento da dívida pública e do Estado que, ao privatizar empresas, assumiu as dívidas privadas. Por isso, Azpiazu (2003) concluiu que as

privatizações beneficiaram diretamente os grupos estrangeiros e privatizados, com a subavaliação dos ativos públicos, elevação de preços e tarifas, subsídios cruzados, melhor acesso a financiamento externo mais barato, etc. Somado a isso, tem-se o fato de que os investimentos externos diretos foram aplicados em privatizações.

As reformas neoliberais na Argentina continuam em 1991, com o Plano de Convertibilidade, baseado no Consenso de Washington (AZPIAZU, 2003). Com este plano, as importações são liberadas gerando uma baixa interna de preços; tem-se a proibição de indexação de valores; a permissão de pagamentos em moeda estrangeira (dólar); adoção de Banco Central independente; restrição do financiamento ao governo central e as províncias.

A agenda neoliberal gerou uma severa crise econômica entre 1994 e 1995, obrigando o radicalismo neoliberal a rever suas posições e fazendo o Banco Central a ser prestamista¹⁰ em última instância (AZPIAZU, 2003). Tantas crises e reformas também geraram fortes manifestações trabalhistas em agosto de 1998. A política econômica argentina dos anos 1990 foi extremamente neoliberal, marcada por hiperinflação, dolarização da economia, barateamento das importações pelo câmbio, pela abertura comercial e aumento da dívida do governo.

Tal crise exigiu profunda reformulação do sistema financeiro do país, em 1995, suspendendo temporariamente a independência do Banco Central. O expressivo crescimento do PIB argentino nesse período teve um sentimento eminentemente consumista-importador. O câmbio brasileiro do período também beneficiou o comércio entre os países (AZPIAZU, 2003). Na agricultura, a crise afetou os pequenos e médios produtores e favoreceu a concentração de renda e de terra. A indústria em geral também foi afetada após a fase de substituição de importações e parou de crescer, tendência a especialização produtiva e desnacionalização da indústria.

O resultado dos planos de recuperação econômica dos anos 1990, na Argentina, foi o aumento do desemprego, apesar do que dizem os números oficiais e; aumento da desigualdade de renda, com queda no crescimento econômico. Em vista disso, em 1998, os problemas do modelo neoliberal

¹⁰ Um Banco Central prestamista garante a quitação de uma dívida ou de planos de financiamento do segurado no caso de falência.

argentino ficam claros, com a volta do FMI. Por isso, o Congresso estipula lei de limite máximo 1% para déficit fiscal.

Nesse sentido, para Cunha e Ferrari (2009), a análise da história econômica, política e social da Argentina revelam movimentos de recusa, mas principalmente de retorno ao modelo agrário-exportador e aos ideais liberais. O período dos governos militares (1976 a 1983) e o modelo de conversibilidade em 1991 são exemplos de movimentos de retornos a este modelo (CUNHA; FERRARI, 2009). Nestes momentos, as reformas neoliberais são sustentadas pela crença de que a liberalização econômica é necessária para a construção de um bem-estar social, apoiada na memória histórica deste país que associou liberalismo e progresso e acreditou que este crescimento seria distribuído entre as classes sociais.

A breve recuperação experimentada pelo país no início do século XX não atenuou os conflitos sociais e distributivos. A população argentina possui altas expectativas de qualidade de vida e ascensão social, legado do sucesso do modelo agrário-exportador na primeira metade do século XX (CUNHA; FERRARI, 2009). O modelo novo desenvolvimentista, oposto ao modelo agrário-exportador, implementado por Néstor Kirchner na Argentina combinou políticas econômicas ortodoxas e heterodoxas, possibilitando ganhos distributivos as classes trabalhadoras superiores às registradas em outros países, como o Brasil.

Este modelo, adotado no início dos anos 2000 pela Argentina, tinha como objetivo recuperar o país das crises econômicas e políticas que enfrentava (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). Em certa medida, a Argentina apresentou uma recuperação de sua economia, que esteve diretamente relacionada ao aumento da demanda de commodities no mercado internacional; fato que também beneficiou o Brasil neste período.

No caso argentino, os obstáculos para a implementação e para as coalizões políticas foram mais fortes que no Brasil. Tendo em vista a crise econômica enfrentada pela Argentina no início do século XXI, o consenso sobre um novo modelo de desenvolvimento no país foi dificultado. Somado a isso, conforme argumenta Marques da Silva (2015), neste país nunca foi formado um consenso sobre a ideia de desenvolvimento gerado pela industrialização nacional, visto que experimentou momentos de excepcional crescimento econômico em períodos neoliberais.

Na Argentina, o ideal neoliberal é muito mais enraizado socialmente do que no Brasil. Além disso, no país construiu-se uma oposição entre defensores da agricultura e defensores da indústria (CUNHA; FERRARI, 2009). Por isso, o processo de democratização argentino não levou a criação de um consenso sobre um modelo de desenvolvimento nem sobre a retomada do fortalecimento do Estado (MARQUES DA SILVA, 2015).

Ademais, na Argentina, os conflitos sociais e distributivos não são, segundo Boschi e Gaitán (2010), totalmente compreendidos pelas instituições, gerando, segundo os autores, um ambiente altamente instável. O sistema político e institucional argentino foi marcado pelo bipartidarismo, mas com a presença de partidos tradicionais como a Unión Cívica Radical (UCR) e o Partido Justicialista (PJ), o peronismo (MARQUES DA SILVA, 2015). A crise econômica afetou diretamente a UCR e os outros partidos, abrindo caminho para ascensão do peronismo.

Todavia, devido à suas disputas internas, o movimento peronista se fragmentou na Argentina; com suas alas se dividindo e passando a concorrer em posições opostas nas eleições, tendo inclusive parte das alas do peronismo se tornado base da oposição ao governo Kirchner (MARQUES DA SILVA, 2015). Mas, a escolha de Néstor Kirchner por um modelo novo desenvolvimentista fez com que as coalizões e disputas fossem realinhadas.

2.3 Novo desenvolvimentismo: mais uma tentativa de desenvolvimento latino-americano

Durante a segunda metade do século XX, a volta do modelo agroexportador com a volta da dependência do capital internacional; substituiu o modelo nacional desenvolvimentista no Brasil e na Argentina, que entrou em crise pelas suas limitações políticas e econômicas. Nas décadas de 1980 e 1990, tanto no Brasil como na Argentina, as políticas de contenção inflacionária e de estabilidade de preços passaram a guiar as políticas de desenvolvimento, tendo em vista que estes países enfrentavam quadros de graves crises econômicas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018).

A emergência do neoliberalismo tem relação direta com a questão do desenvolvimento na América Latina. Como se viu anteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, as sociedades latino-americanas passaram por crises políticas

e econômicas, como ilustramos nos casos de Brasil e Argentina. Isso se deveu, pelo menos para os dois países em questão, entre outros fatores, ao esgotamento da política de substituição de importações que vigorou nas décadas de 1950 e 1960, sucedido por um longo período caracterizado pelo endividamento externo e inflação.

O neoliberalismo surge e se apresenta como alternativa à decadência do modelo nacional desenvolvimentista na América Latina. Por isso, na década de 1980, considerada do ponto de vista econômico, como a “década perdida”, há a emergência do ideário neoliberal a partir do chamado “Consenso de Washington” e da retórica do desenvolvimento local (LIMA, 2007).

Se nas décadas de 1950 e 1960, o Estado era considerado o principal agente no processo de desenvolvimento nacional, ou em outras palavras, um Estado keynesiano¹¹; é a partir de fins dos anos 1970 e durante toda a década de 1980 que sua função passa a ser criticada. Um fato relevante nesse tema é o “Consenso de Washington” de 1989, resultado de uma conferência nos Estados Unidos sobre políticas de ajuste econômico para a América Latina, tendo em vista a Guerra das Malvinas, a moratória mexicana e brasileira. Segundo Williamson (1990), o documento recomendava, de maneira geral, previdência macroeconômica, orientação externa e liberalização interna.

A crise latino-americana, para os especialistas de Washington, seria causada pelo tamanho excessivo do Estado e pelo populismo econômico, isto é, o governo gastava demais gerando déficits públicos. Todavia, nenhuma linha do documento, de acordo com Lima (2001), foi dedicada ao papel da dívida externa latino-americana no déficit público desses países.

Estes processos de globalização atingem de maneira diferente as sociedades periféricas, como as latino-americanas (SADER, 1995). Isso porque a nova economia que surge com o neoliberalismo flexibiliza a relação entre trabalho e emprego, separando as duas esferas. “A duração do emprego descreve apenas parcialmente o trabalho real que o excede.” (LAZZARATO,

¹¹De maneira geral, a doutrina keynesiana considera que o Estado seria o grande planejador e regulador da economia, isto é, seria função do Estado controlar as atividades econômicas, os empregos, as políticas monetárias, as taxas de juros, os gastos públicos, etc. No entanto, a crise dos anos 1970 abalou o chamado “consenso keynesiano” e possibilitou a expansão do ideário neoliberal. Assim, em 1979, Margareth Thatcher na Inglaterra e em 1980, Reagan nos Estados Unidos, passaram a implementar políticas públicas de cunho neoliberal.

2011, p. 12). Além disso, o governo liberal utiliza-se de políticas públicas sociais ineficientes contra a desigualdade, pois sempre foi considerado um governo “em favor da sociedade”. Para Lazzarato (2011):

(...) o governo liberal não é um governo econômico limitado a reconhecer e observar as leis econômicas; é um governo que tem por objetivo e por alvo o conjunto da sociedade. A política liberal é uma política da sociedade que tem seu instrumento de inteligibilidade, sua medida e suas regras de funcionamento no mercado (LAZZARATO, 2011, p. 15).

A sociedade é vista pela ótica neoliberal – ou liberal, como quer Lazzarato – como um conjunto de técnicas de governo, sendo que o liberalismo seria a arte máxima de governo. E o princípio fundamental dessa arte de governo é a concorrência como organizadora do mercado, o que gera desigualdade.

Segundo Fernando Abrucio e Cláudio Couto (2003), a década de 1990, na América Latina, teve como principais características as políticas para a estabilização monetária através de planos econômicos e as reformas constitucionais. No que diz respeito às reformas constitucionais, Abrucio e Couto (2003) argumentam que elas foram referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica. Como podemos observar estas emendas são características do modelo econômico neoliberal, que estava em emergência na década de 1990.

Além disso, um dos seus objetivos neoliberais era desmontar a estrutura do Estado desenvolvimentista, o que foi realizado por meio de reformas estatais na América Latina. No caso do Brasil, por exemplo, a reforma do Estado teve como um de seus líderes, Luiz Carlos Bresser-Pereira (1998), o qual no texto “A Reforma do Estado nos anos 90”, defende que a principal intenção era diminuir o tamanho do Estado. Em vista disso, a reforma foi baseada na criação da empresa pública não-governamental, que presta serviços públicos, mas é uma empresa privada; na desregulamentação do papel do Estado, visto que para a lógica neoliberal o Estado não deve ser o produtor na economia; na privatização das empresas públicas e a implementação de agências reguladoras.

Por questões de foco, a análise das especificidades do modelo neoliberal não será tratada nesta tese, porém, é importante registrar que o modelo neoliberal não correspondeu às expectativas sociais, políticas e econômicas. Por isso, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a América Latina enfrentou uma

grave crise econômica. Isso porque os planos de recuperação econômica da região eram dependentes do capital externo especulativo que, com a crise russa de 1998, começou a “fugir” dos países¹². Os governos latino-americanos, não tendo mais como aumentar as taxas de juros e incentivar os investimentos internacionais para manter artificialmente valorizadas suas moedas em relação ao dólar, cederam em algum momento e deixaram que a taxa de câmbio flutuasse livremente.

Em vista disso, no final do século XX, a América Latina enfrentava, uma vez mais, dificuldades sociais, políticas e econômicas. O neoliberalismo se configurou como uma resposta ineficaz às crises latino-americanas e, também, entrou em crise – ou pelo menos maiores questionamentos – no final do século XX e início do século XXI. Por isso, a eleição de Lula no Brasil e de Kirchner na Argentina, no início do século XX, simbolizou o combate aos ideais neoliberais e mais uma tentativa de retomar as políticas de desenvolvimento na região, configurando-se como uma resposta à crise neoliberal¹³.

Tendo em vista que não há consenso na literatura sobre as práticas e formas do novo desenvolvimentismo latino-americano, uma das definições que, mesmo com elevado grau de generalidade, se destaca é a de Para este autor, o novo desenvolvimentismo pode ser chamado de “economia política do possível”, isto é, um modelo que emergiu a partir da reformulação do papel do Estado diante de um capitalismo globalizado e financeirizado. Em outras palavras, para o autor, o novo desenvolvimentismo foi o que era possível de se realizar diante do contexto político, econômico e social daquele período.

De maneira geral, contudo, uma das principais características do modelo novo desenvolvimentista, em tese, é a construção de uma perspectiva de longo prazo, baseando-se em políticas fiscais responsáveis de curto prazo. Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo deslocou a combinação histórica entre política macroeconômica e políticas de desenvolvimento (ROSSI; BIANCARELLI, 2014). Por isso, o modelo novo desenvolvimentista possui

¹² Segundo Williamson (1990), os países da região marcaram grandes progressos na implantação dessas políticas. Dos 21 países pesquisados pelo autor, 13 tinham implantado reformas completas (Bolívia, Chile, Costa Rica, México, Uruguai, Venezuela, Argentina, Jamaica, Trinidad e Tobago, Paraguai, El Salvador, Equador e Guiana) e 3 haviam realizado reformas parciais (Colômbia, Guatemala e Barbados) antes de 1990.

¹³ Tal processo também esteve presente em vários países da região, como Equador, Bolívia, Venezuela, Uruguai e Paraguai.

limites, visto que as políticas fiscais macroeconômicas contiveram, em certa medida, o crescimento da produção e não foi efetiva de modo estrutural em reduzir as desigualdades sociais (ROSSI; BIANCARELLI, 2014).

Tal pressuposto fica claro, por exemplo, no governo Lula que priorizou políticas sociais, como o Programa Fome Zero e Bolsa Família, estimulando o mercado consumidor interno (SINGER, 2010). As críticas ao baixo crescimento econômico do país dirigiram-se as políticas econômicas ortodoxas, abrindo espaço para os defensores de uma maior atuação do Estado na economia (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011). Nesse sentido, os princípios novo desenvolvimentistas que predominam no governo Lula foram medidas de estímulo fiscal e monetário para o aumento da produção industrial; inclusão social por meio do consumo de massas; aumento do investimento público em infraestrutura e a retomada do papel promotor de desenvolvimento do Estado (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011).

A partir das análises das políticas industriais novo desenvolvimentistas, para Souza e Marsiglia (2018), as análises das experiências da Argentina e do Brasil revelam algumas questões importantes. Em primeiro lugar, as autoras destacam que a Argentina rompeu de maneira mais efetiva com o modelo neoliberal que o Brasil, tendo em vista que sofreu sérias crises com este modelo. E, em segundo lugar, os dois países possuem especificidades históricas, políticas, institucionais e sociais que os diferenciam.

Em vista disso, para Souza e Marsiglia (2018), o modelo novo desenvolvimentista foi baseado em três principais fundamentos: equilíbrio fiscal; investimento estatal e regime cambial competitivo. Para estas autoras, a Argentina conseguiu superar a meta de superávit primário, ao contrário do Brasil, visto que negociou de forma ousada os termos da sua dívida. Por isso, Kirchner possuía menor pressão no campo fiscal e conseguiu manter a taxa de câmbio favorável.

No que se refere ao aspecto político, segundo Souza e Marsiglia (2018), a Argentina dos Kirchner implementou um modelo mais centralizador e concentrador durante o processo decisório do que o Brasil. Isso porque o governo de Lula, historicamente relacionado aos movimentos sociais, governou de forma mais inclusiva, atenuando conflitos e conciliando uma política econômica mais conservadora e mais próxima ao modelo neoliberal do que a

Argentina (SILVA, 2015). Dessa maneira, para as autoras, as principais divergências entre os modelos novo desenvolvimentistas argentino e brasileiro estão relacionadas às políticas macroeconômicas, como as políticas fiscais e cambiais.

Ainda de acordo com Souza e Marsiglia (2018), o novo desenvolvimentismo na Argentina e no Brasil deve ser considerado como um ensaio. Isso porque a principal característica deste modelo, o pensamento de longo prazo, não foi observada em ambos os países. Para as autoras, os desenvolvimentismos experimentados por esses países no século XX foram pautados por perspectivas de longo prazo, enquanto as experiências mais recentes se tratam de modelos de curto ou médio prazo, visto que mantiveram a maior parte dos ideais neoliberais anteriores.

O declínio do ensaio novo desenvolvimentista no Brasil e na Argentina foi resultado de um projeto de curto prazo, que logo em 2010 já começou a apresentar suas falhas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). Por isso, o modelo passou a sofrer críticas nestes países até chegar a sua decadência em 2014. Este, segundo estas autoras, foi um dos aspectos que as experiências argentina e brasileira foram semelhantes.

Para Marques da Silva (2015), as estratégias novo desenvolvimentistas adotadas pelos governos Lula no Brasil e dos Kirchner na Argentina possuem em comum a busca pelo crescimento econômico com fortalecimento interno para evitar crises por fatores exógenos, além do investimento em inclusão social. Para isso, estes governos apostaram em mudanças institucionais e em discursos contrários aos ideais neoliberais (MARQUES DA SILVA, 2015).

Ainda segundo Marques da Silva (2015), as trajetórias históricas de Brasil e Argentina, os dois países sul-americanos com maior êxito no seu processo de industrialização, permitiram que experimentassem um novo projeto de crescimento econômico, o novo desenvolvimentismo. Tendo em vista que Lula e Néstor Kirchner foram eleitos a partir da insatisfação com as políticas neoliberais de seus antecessores, o sucesso inicial de seus governos se deu pelo contexto favorável internacional, com a expansão do crédito e aumento da demanda, principalmente pelo crescimento chinês (MARQUES DA SILVA, 2015). As exportações brasileiras e argentinas de commodities experimentaram um grande aumento no início dos anos 2000, o que auxiliou nas contas públicas,

no pagamento de dívidas e no investimento interno nesses países (MARQUES DA SILVA, 2015).

Seguindo autores como Bresser-Pereira, Marques da Silva (2015) argumenta que a implementação de estratégias novo desenvolvimentistas e a ruptura com o modelo neoliberal foi mais forte na Argentina do que no Brasil. Isso porque, na Argentina, a crise neoliberal foi mais grave; o que demandou respostas mais rápidas e profundas. Por isso, segundo Grottola (2010), a adoção de uma política cambial competitiva, que protege a indústria nacional e ao mesmo tempo incentiva as exportações; a promoção do equilíbrio fiscal e a retomada das capacidades estatais aproximam a experiência argentina do projeto novo desenvolvimentista.

Contudo, autores como Féliz (2010) argumentam que mesmo a experiência argentina, considerada a mais próxima do projeto novo desenvolvimentista; ainda não apresentou mudanças estruturais que combatessem a dependência do país em relação ao centro do capitalismo internacional. Para Marques da Silva (2015), os limites do projeto novo desenvolvimentista, tanto no Brasil quanto na Argentina, estão relacionados às coalizões políticas formadas durante os governos Lula e Kirchner, respectivamente.

Autores como Barrington Moore argumentam que projetos de desenvolvimento econômico e relações entre as coalizões políticas de um país definem diferentes vias de modernização (MARQUES DA SILVA, 2015). Nesse sentido, Esping-Andersen (1991) ao analisar os modelos de *welfare state* na Europa, destaca que as ações de diferentes coalizões políticas levaram ao surgimento de diferentes modelos de bem-estar social, como os socialdemocratas (países escandinavos), corporativistas (Alemanha) e liberais (Grã-Bretanha e, em um caso fora da Europa, os Estados Unidos) (ESPING-ANDERSEN, 1991).

Dentro do campo da Ciência Política, o institucionalismo histórico também procura analisar a relação entre as estratégias dos atores políticos e a produção de políticas públicas. Em vista disso, autores como Hall e Taylor (2003) argumentam que as instituições abrigam conflitos e disputas pelo poder e por ideais que guiam as ações do Estado. Através do conceito de dependência da trajetória, isto é, as disputas em um momento de início da trajetória das

instituições tenderiam a condicionar o desenvolvimento dos atores políticos; o institucionalismo histórico produziu análises sobre modelos políticos e econômicos (MARQUES DA SILVA, 2015).

Contudo, tendo em vista certo grau de determinismo no conceito de trajetória da dependência, autores como Gourevitch (1986), procuraram analisar mudanças institucionais para além do histórico das instituições. Gourevitch (1986) defende que as crises cíclicas do capitalismo podem ser janelas de oportunidades para a mudança de coalizões e estratégias de desenvolvimento dominantes. Thelen (2004), por sua vez, vai além, argumentando que as mudanças institucionais podem acontecer sem choques externos, sendo resultados de modificações do contexto interno e das articulações dos atores políticos.

No caso brasileiro, este novo modelo de desenvolvimento, chamado de novo desenvolvimentismo, possui três diferentes interpretações, segundo Souza e Marsiglia (2009). A primeira interpretação concebe o novo desenvolvimentismo como um projeto nacional que envolve crescimento econômico com poupança interna; investimento em exportações; precauções com a taxa de câmbio; níveis satisfatórios de salários; políticas fiscais responsáveis com as contas públicas e políticas de distribuição de renda (OREIRO; MARCONI, 2016).

Já, a segunda interpretação, considera o modelo implementado no Brasil durante o governo Lula como um social desenvolvimentismo (CARNEIRO et al, 2012). Para os defensores desta perspectiva, o modelo do social desenvolvimentismo baseia-se em políticas macroeconômicas anticíclicas, com investimentos na produção (ROSSI, 2015). Em contrapartida, a terceira interpretação critica o desenvolvimentismo dos anos 1950 e considera o modelo brasileiro recente de “novo” desenvolvimentismo, já que sua novidade seria o crescimento com modernização e expansão do consumo (SAMPAIO JR, 2012).

Alguns autores, como Barbosa e Souza (2010), Morais e Saad-Filho (2011), consideram o governo Lula em duas fases: a primeira entre 2003 e 2006 como uma fase neoliberal e a segunda, entre 2006 e 2010, como a fase novo desenvolvimentista. Já, para autores como Singer (2010), o governo Lula pode ser separado em três fases: neoliberal, inflexão novo desenvolvimentista e fortalecimento deste modelo como resposta à crise de 2008. Entretanto, autores como Gonçalves (2010) argumentam que este governo não trouxe novidades

nem transformações estruturais, considerando-o como um governo neoliberal em todo seu período, como seu antecessor.

O exemplo mais claro, contudo, da força dos movimentos e discursos contra os ideais neoliberais e globalizantes e em prol da autonomia latino-americana é a Argentina. A partir dos governos Kirchner, no início dos anos 2000, a Argentina redefiniu a sua política econômica e rompeu relações com os credores e o Fundo Monetário Internacional. Néstor Kirchner decidiu se posicionar contra as diretrizes impostas por Washington e que foram aceitas pelo Brasil de Lula e FHC (BATISTA JR, 2005).

Tal posicionamento se tornou polêmico com o tratamento dado pelo governo argentino à dívida pública com a moratória desde 2001. A Argentina optou por manter a moratória por prazo indefinido e impôs aos credores um plano de adesão. Ao mesmo tempo, o país passou a crescer economicamente a partir da retomada dos investimentos produtivos, que foram prejudicadas desde a recessão do período de 1999 a 2002. Além disso, na política econômica, a Argentina passou a fixar metas de superávit primário compatíveis com o crescimento da economia e outros objetivos do governo, combinado com um câmbio depreciado e competitivo. Isso ajudou a reestruturar o país durante o período (BATISTA JR, 2005). Este crescimento não teria sido alcançado, segundo Batista Jr (2005), se a Argentina tivesse adotado as diretrizes de Washington, como fez o Brasil.

O caso argentino, por sua vez, também apresenta diferentes etapas do modelo novo desenvolvimentista. A partir de 1990, a Argentina, antes de Néstor Kirchner, tinha um regime cambial competitivo que beneficiou a exportações de commodities e a indústria nacional, sem o aumento do emprego, renda ou consumo interno (FRENKEL; RAPETTI, 2008). A segunda etapa novo desenvolvimentista argentina se inicia em 2002, com a expansão da demanda interna e o fortalecimento da exportação (FRENKEL; RAPETTI, 2008). Já, a última etapa novo desenvolvimentista na Argentina, durante o governo Kirchner, que retomou os investimentos na indústria nacional por meio de subsídios e infraestrutura (WYLDE, 2012).

Para Colombini (2016), os casos novo desenvolvimentistas brasileiros e argentinos possuem diferenças. Enquanto no Brasil existem diferentes interpretações deste modelo que está intimamente relacionado com o governo

Lula; na Argentina, o novo desenvolvimentismo via além do kirchnerismo. Porém, para O'Connor (2010), o Brasil soube se aproveitar melhor deste modelo do que a Argentina.

Por outro lado, para Bresser-Pereira (2008), o Brasil não adotou o modelo novo desenvolvimentista como a Argentina, pois manteve as políticas macroeconômicas do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Para Gerchunoff e Aguirre (2004), o novo desenvolvimentismo se configura como uma estratégia de desenvolvimento baseado em uma economia aberta.

De acordo com Batista Jr (2005), as políticas econômicas ousadas e não convencionais da Argentina de Kirchner no período entre 2003 e 2005, contrastam com o conservadorismo das políticas de Lula. O contraste entre os dois países gerou certos conflitos neste período, visto que o governo brasileiro temia conflitos com Washington, o que prejudicaria investimentos internacionais na região. Por isso, segundo Batista Jr (2005), em alguns momentos, o governo Lula tentou se distanciar da Argentina de Kirchner. Este último, por sua vez, desaprovou o posicionamento brasileiro. No entanto, apesar dos conflitos, a cooperação entre Brasil e Argentina durante o início dos anos 2000, continuou fortalecida, sobretudo no que diz respeito às negociações comerciais (BATISTA JR, 2005).

Batista Jr (2005) ressalta que grupos de Washington tentam interferir na cooperação entre os dois países, com seus interesses sendo hegemônicos nos anos 1990. No início dos anos 2000, porém, o cenário era bem diferente. A Argentina de maneira mais ousada e o Brasil de forma mais tímida, passaram a buscar maior autonomia nacional, com maior independência nas suas políticas externas e econômicas (BATISTA JR, 2005).

Para Cunha e Ferrari (2009), existe um claro afastamento do neoliberalismo na Argentina durante os governos Kirchner. Todavia, ainda segundo estes autores, na Argentina, ao contrário do caso brasileiro, existiriam um longo histórico e enraizamento social do pensamento neoliberal. Tal enraizamento configurar-se-ia como um obstáculo para a fixação a longo prazo do modelo novo desenvolvimentista (CUNHA; FERRARI, 2009).

De acordo com Bresser-Pereira (2004), a emergência de políticas opostas ao Consenso de Washington, denominadas de novo desenvolvimentistas; seria uma resposta às crises e problemas gerados pela implementação fracassada do

projeto neoliberal na América Latina. Por isso, para Cunha e Ferrari (2009), o novo desenvolvimentismo não foi resultado de um projeto ou plano político anteriormente definido. As políticas eram desenhadas de acordo com o contexto social, político e econômico, mas sempre visando não repetir o fracasso neoliberal. Esta característica gerou as variedades de modelos novo desenvolvimentistas latino-americanos.

O novo desenvolvimentismo, segundo Bresser-Pereira (2006), estaria baseado em políticas macroeconômicas e com estratégias de inserção autônoma na economia mundial. Seguindo esta perspectiva, Sicsú, de Paula e Michel (2005) argumentam que o novo desenvolvimentismo contempla políticas macroeconômicas, mas vai muito além delas. Estes autores procuram construir uma tipologia de políticas que poderiam ser consideradas como novo desenvolvimentistas. Desse modo, os três autores defendem que as políticas novo desenvolvimentistas são guiadas por princípios de equidade social e estabilidade econômica para além da estabilidade de preços. A estabilidade para o novo-desenvolvimentismo, conforme argumentam estes autores, estaria relacionada com a criação de um ambiente favorável para investimentos. A estabilidade é buscada, no modelo novo desenvolvimentista, pelo combate à inflação, controle do câmbio e dos juros e preocupação com a vulnerabilidade externa.

Diante disso, Sicsú, de Paula e Michel (2005) elencam quatro princípios que norteiam o projeto novo desenvolvimentista. O primeiro princípio seria o fortalecimento do Estado, para garantir investimentos e o controle das flutuações do mercado. O segundo princípio é o fortalecimento não só do Estado, mas também do mercado interno a partir de políticas macroeconômicas. Já, o terceiro fundamento novo desenvolvimentista é a construção de um projeto nacional de desenvolvimento que contemple um Estado e um mercado interno fortes. Por fim, o quarto e último princípio é a busca pelo crescimento econômico aliado ao combate à pobreza e à desigualdade social.

A partir da tipologia destes autores, Cunha e Ferrari (2009) argumentam que os governos Kirchner na Argentina se afastaram do ideário ortodoxo neoliberal e se aproximaram deste modelo novo desenvolvimentista. Isso porque a política macroeconômica de Kirchner buscou controlar a taxa de câmbio competitiva, além de investir internamente e se fortalecer externamente.

Em contraste com o período anterior, a década de 1990, com a implementação do sistema de conversibilidade, que conviveu com choques externos e um endividamento crescente; o período Kirchner foi muito diferente. Segundo Cunha e Ferrari (2009), os níveis de pobreza, durante o período novo desenvolvimentista argentino, diminuíram; mas a homogeneidade social não foi alcançada. Os problemas enfrentados por Kirchner foram os limites fiscais, monetários, estruturais e internacionais que se somaram com o problema de fortalecer a sociedade e convencê-la deste projeto de desenvolvimento nacional (o que também ocorreu no período Lula no Brasil) (CUNHA; FERRARI, 2009). Talvez por isso, tanto no Brasil quanto na Argentina, o projeto novo desenvolvimentista decaiu de forma rápida e permitiu a ascensão novamente do ideário neoliberal por meio de fortes tensões sociais.

No caso da Argentina, para Mechón (2007), o governo Kirchner se propôs a adotar uma “nova estratégia de desenvolvimento”, oposta àquela propagada pelo Consenso de Washington e que promoveu inúmeras crises no país. Esta nova estratégia de desenvolvimento de Kirchner englobava políticas macroeconômicas pouco convencionais, como a manutenção do câmbio competitivo; associado com alto investimento na produção interna.

Para Mechón (2007), o governo de Kirchner possuía três principais metas. Em primeiro lugar, o objetivo era manter a taxa de câmbio real competitiva para controlar a moeda, os investimentos, as exportações e importações do país. Em segundo lugar, a Argentina estabeleceu uma política fiscal conservadora, que preservava as finanças do país. Por fim, Kirchner priorizou políticas de redistribuição de renda, tentando conter as grandes desigualdades criadas no período anterior. Contudo, para Mechón (2007), o principal desafio para o novo desenvolvimentismo argentino se consolidar era diversificar a estrutura de produção e comércio exterior do país, abandonando o legado agrário exportador e investindo na indústria e na tecnologia.

O caso novo desenvolvimentista brasileiro possui semelhanças com o caso argentino, dignas de registro. Após 1994, políticas de contenção inflacionária e de estabilidade de preços passaram a guiar as políticas brasileiras de desenvolvimento, tendo em vista que o país saía de quadros de graves crises econômicas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). No início dos anos 2000, Lula assume o governo do Brasil implementando políticas econômicas ortodoxas, combinadas

com políticas sociais de combate à pobreza e de redistribuição de renda (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011 apud SILVA, 2015).

Apesar de manter o modelo econômico do governo anterior, o governo Lula se diferenciou do seu antecessor por incorporar no campo políticos atores historicamente excluídos do processo decisório, além de aumentar por meio de políticas específicas o consumo de massas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). Já, o segundo governo Lula incorporou mais elementos novo desenvolvimentistas, intensificando as políticas de consumo de massa, de planejamento estatal e de investimento na estrutura produtiva (SILVA, 2015).

No caso brasileiro, especificamente, Marques da Silva (2015) argumenta que o governo Lula foi marcado pela disputa entre a coalizão neoliberal, tradicional e hegemônica no país e a coalizão novo desenvolvimentista. Para Erber (2011), o governo de Lula não conseguiu quebrar a hegemonia neoliberal, que manteve grande parte dos seus princípios, como a manutenção do tripé econômico¹⁴. Mesmo assim, esta coalizão apoiou Lula em seus projetos através de barganhas políticas (MARQUES DA SILVA, 2015). Apesar, contudo, de manter o tripé econômico, o governo Lula implementou uma política econômica distinta, visando o fortalecimento interno, além do investimento em políticas sociais.

Diante disso, segundo Singer (2012), os atores beneficiados pelo governo Lula foram o empresariado industrial, com o forte investimento em infraestrutura; os trabalhadores e sindicatos, além das classes mais pobres. O empresariado industrial e os sindicatos, por sua vez, ganharam maior expressão e participação no processo político e decisório, fazendo parte da coalizão novo desenvolvimentista (MARQUES DA SILVA, 2015). Já, as classes mais pobres se converteram na base do eleitorado de Lula, o que proporcionou a ele grande poder político (SINGER, 2012).

De acordo com análise de Marques da Silva (2015) as coalizões novo desenvolvimentistas no governo Lula atuaram em defesa de políticas fiscais e monetárias que estimulassem a produção interna; políticas de transferência de renda como forma de inclusão social e de aumento do consumo; políticas de

¹⁴ Esta discussão será retomada na seção 4, com o estudo de caso do novo desenvolvimentismo brasileiro.

infraestrutura e retomada das capacidades estatais como ator relevante para o desenvolvimento nacional.

Em síntese, segundo Mollo e Amado (2015), o novo desenvolvimentismo é resultado de planejamento consciente e não das forças espontâneas do mercado. Por isso, para estes autores, o novo desenvolvimentismo se configura como um projeto heterodoxo, pois incentiva a ação planejada do Estado como promotor do crescimento econômico a partir do estímulo da demanda interna. A partir dessa definição de novo desenvolvimentismo, Mollo e Amado (2015) destacam as diferentes vertentes deste projeto de desenvolvimento.

Conforme argumentam Mollo e Amado (2015), uma das perspectivas do novo desenvolvimentismo tem como precursor Bresser-Pereira e possui vínculos teóricos com as ideias da CEPAL. Esta última, por sua vez, analisa o desenvolvimento majoritariamente a partir de perspectivas de longo prazo. (FURTADO, 1961) Ainda, segundo Mollo e Amado (2015), a ênfase das análises cepalinas e de Celso Furtado é sobre as condições reais da economia, buscando transformar a realidade concreta.

Esta perspectiva estruturalista do desenvolvimento, por sua vez, baseou várias teorias sobre o desenvolvimentismo. Mollo e Amado (2015) distinguem estas teorias em novos desenvolvimentistas precursores; novos desenvolvimentistas pós-keynesianos e os social-desenvolvimentistas. No que se refere a primeira corrente, os novos desenvolvimentistas precursores, eles defendem as exportações e o desenvolvimento voltado para o mercado externo, ou seja, o modelo “exportador” de Bresser-Pereira (2006). Neste sentido, a variável mais importante deste modelo novo desenvolvimentista é a taxa de câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Contudo, este modelo “exportador” novo desenvolvimentista encontra limitações frente às questões estruturais do subdesenvolvimento e suas restrições da Balança de Pagamentos (FURTADO, 2009). Além disso, conforme destaca Rodriguez (1981), a perspectiva estruturalista, que embasa o novo desenvolvimentismo precursor, vai além do incentivo às exportações.

Para os estruturalistas, as exportações, sem a realização de reformas estruturais profundas; não alcançam o crescimento econômico esperado, visto que não contemplam os principais problemas do subdesenvolvimento, isto é, a heterogeneidade estrutural e a dependência tecnológica (RODRIGUEZ, 1981).

Somado a isso, Furtado, como lembra Bielschowsky (1988), alertou para o fato de que a poupança de longo prazo insuficiente era um dos principais obstáculos para o desenvolvimento dos países latino-americanos.

Já, os novos desenvolvimentistas pós-keynesianos, argumentam em prol de políticas econômicas voltados para o mercado externo, evitando a vulnerabilidade em choques exógenos. A variável mais importante para esta corrente teórica é a taxa de juros, que estimula o financiamento e o investimento (MOLLO; AMADO, 2015). Para Mollo e Amado (2015), os novos desenvolvimentistas pós-keynesianos o foco é a construção de um mercado interno competitivo e a busca por equidade através do crescimento econômico.

No terceiro grupo, conforme destacam Mollo e Amado (2015), está o social desenvolvimentismo que enfatiza políticas de distribuição de renda, fortalecendo o mercado interno para a promoção do crescimento. Esta corrente é chamada de social desenvolvimentismo ou desenvolvimentismo orientado pelo Estado, pois visa melhoria dos níveis de salários e a distribuição de renda (BASTOS, 2012). O social desenvolvimentismo prioriza o consumo de massas, visto que o desenvolvimento é visto como um processo estimulado pelo Estado e que pode ser alcançado por melhorias salariais (MOLLO; AMADO, 2015).

Mollo e Amado (2015) definem regime de crescimento como o modelo de economia e os tipos de estímulos utilizados para o seu desenvolvimento. Atentando-se para os efeitos da demanda sobre o crescimento econômico, os autores argumentam que as demandas podem ser externas, internas, privadas ou públicas. A partir disso, Heine Mundt (2012) argumentam que os países podem ser classificados pelo tipo de demanda que estimula a sua economia, isto é, se são demandas de consumo; de exportações; internas ou moderadas por exportações. Diante disso, Mollo e Amado (2015) defendem que o social desenvolvimentismo, baseado nas demandas internas, é o modelo que mais se aproxima das experiências desenvolvimentistas latino-americanas.

Para Mollo e Amado (2015), o social desenvolvimentismo é mais apropriado para orientar modelo de desenvolvimento porque se baseia em princípios de justiça social, associando crescimento econômico com fortalecimento da demanda interna. Além disso, segundo estes autores, o social desenvolvimentismo incentiva o investimento em setores produtivos tecnológicos e tradicionais, priorizando a indústria; visto que prioriza o aumento

de investimentos privados e públicos. Ainda de acordo com Mollo e Amado (2015), o social desenvolvimentismo possui a vantagem de garantir o aumento dos salários e incentivar a distribuição de renda. Além disso, os autores alertam que o crescimento econômico estimulado através do crédito é mais inclusivo e benéfico aos trabalhadores, porém deve ser orientado para os investimentos e não para o consumo.

E é justamente a orientação para o consumo que foi a orientação dos modelos novo desenvolvimentistas argentinos e brasileiros, sendo também a demonstração dos seus limites. As várias vertentes e definições do novo desenvolvimentismo, exemplificados com o modelo de Mollo e Fonseca (2013), consideram o crescimento como a variável mais importante para se alcançar, colocando a estabilização e a distribuição em segundo lugar.

Os modelos novos desenvolvimentistas argentinos e brasileiros, dentro do contexto de economias dependentes, resultam em desenvolvimento limitado, com a manutenção da superexploração do trabalho e da dependência (MARINI, 1973). Nos termos da teoria marxista da dependência, o novo desenvolvimentismo representa mais uma tentativa de crescimento econômico e de desenvolvimento latino-americano, sem o combate a dependência estrutural em relação aos países centrais, o que também levaria a sua crise. Tal debate será abordado na seção a seguir.

2.4 Considerações finais à seção

A partir da discussão inicial, esta seção buscou apresentar em termos dinâmicos alguns conceitos, visões e interpretações para se entender o novo desenvolvimentismo como um fenômeno historicamente determinado. Lembramos que, para Bielshowsky (1988), desenvolvimentismo é a “Ideologia de transformação da sociedade brasileira”. Seguindo esta linha de definição, Fonseca (2004) defende que o desenvolvimentismo está baseado em um projeto econômico que visa superar a pobreza e a condição de subdesenvolvimento, através da industrialização e da ação do Estado como investidor e planejador de políticas. Desse modo, o desenvolvimentismo é a expressão do capitalismo que permite a mudança através do crescimento econômico, porém, este crescimento está baseado na inclusão social.

Conforme argumenta Mollo e Fonseca (2013), o desenvolvimentismo considera o crescimento como a variável mais importante para se alcançar, sendo que a estabilização fica em segundo lugar. Em contrapartida, para a ortodoxia neoliberal, a política econômica é a contrária, ou seja, a estabilização é a prioridade enquanto o crescimento seria consequência desta. Ainda segundo os ortodoxos, o crescimento impulsionado pelo governo geralmente é seguido por um processo inflacionário (MOLLO; FONSECA, 2013). Para estes autores, a diferença entre os desenvolvimentistas e os ortodoxos não está em ignorar ou priorizar crescimento e estabilização, mas nas políticas monetárias, em como consideram a neutralidade ou não da moeda (MOLLO; FONSECA, 2013).

Em meados do século XX, o desenvolvimentismo foi uma das tentativas de desenvolver a América Latina (MOLLO; FONSECA, 2013). Contudo, este modelo pautado em experiências populistas, entrou em decadência no final do século XX. A partir disso, o neoliberalismo voltou ao cenário latino-americano como a possível solução para as crises econômicas, sociais e políticas que a região enfrentava. Todavia, as crises econômicas enfrentadas pelos países da América Latina no final do século XX, fizeram com que os ideais neoliberais e globalizantes adotados por estes países perdessem a força na região (BATISTA JR, 2005).

Nesse sentido, o novo desenvolvimentismo surge como um modelo que pretende substituir os ideais neoliberais, retomando e atualizando o desenvolvimentismo latino-americano, adaptando-o as condições contemporâneas do país. As estratégias podem variar de país para país, mas o essencial do projeto desenvolvimentista e novo desenvolvimentista é a defesa de um plano nacional de desenvolvimento com a ação ativa do Estado (MOLLO; FONSECA, 2013). Por isso, para Mollo e Fonseca (2013), a principal diferença entre desenvolvimentistas e ortodoxos é que os primeiros responsabilizam o Estado e a adoção de um projeto nacional para o crescimento econômico, enquanto para o segundo, o mercado seria capaz de realizar tal função. Desse modo, os processos de desenvolvimento argentino e brasileiro, dentro do contexto de economias dependentes, resultam em desenvolvimento limitado.

Em síntese, esta seção discutiu a trajetória histórica dos conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e novo desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina. A próxima seção irá avançar nesta

discussão a partir da teoria da dependência, assim como das limitações estruturais do desenvolvimento latino-americano.

3. DEPENDÊNCIA REVISITADA: UMA LEITURA NÃO-HEGEMÔNICA

A seção anterior apresentou uma aproximação ao tema do subdesenvolvimento bem como um debate teórico sobre o novo desenvolvimentismo e alguns dos conceitos a eles relacionados. Durante o final da segunda metade do século XX, com as dificuldades enfrentadas pelo modelo agroexportador e processos de desindustrialização, a volta da dependência do capital internacional substituiu o modelo nacional desenvolvimentista no Brasil e na Argentina, que entrou em crise pelas suas limitações políticas e econômicas. Nas décadas de 1980 e 1990, tanto no Brasil como na Argentina, as políticas de contenção inflacionária e de estabilidade de preços passaram a se sobrepor às políticas de desenvolvimento, tendo em vista que estes países enfrentavam quadros de graves crises econômicas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018).

Frente as dificuldades sociais, políticas e econômicas, o neoliberalismo se apresenta como uma resposta – ineficaz, com se viu – aos problemas latino-americanos e também entra em crise no final do século XX e início do século XXI. Por isso, a eleição de Lula no Brasil e de Néstor Kirchner na Argentina, no início do século XXI; representou, segundo os entusiastas, o combate aos ideais neoliberais e mais uma tentativa de retomar as políticas de desenvolvimento na América Latina, configurando-se como uma resposta à crise neoliberal¹⁵.

Entretanto, nos termos da teoria marxista da dependência, o novo desenvolvimentismo representa mais uma tentativa de crescimento econômico e de desenvolvimento latino-americano, sem o combate a dependência estrutural em relação aos países centrais, o que também levaria a sua crise. Desse modo, continuando esta discussão teórica, esta seção tem por objetivo apresentar a teoria que embasa esta pesquisa, isto é, a teoria marxista da dependência, a partir de seus autores principais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

¹⁵ No início do século XXI, a América do Sul foi palco da ascensão de governos chamados de nova esquerda – Néstor Kirchner, sucedido por Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina; Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; Tabaré Vázquez, no Uruguai; Hugo Chávez, na Venezuela; e Fernando Lugo, no Paraguai. Em comum, estes governos apresentam críticas as políticas neoliberais da década anterior e a retomada da ação do Estado em áreas importantes.

Nesse sentido, o propósito da seção é apresentar a teoria da dependência marxista, relacionando-a com o novo desenvolvimentismo; buscando analisar este fenômeno social a partir desta perspectiva teórica não-hegemônica. Por isso, esta parte do trabalho está estruturada em três seções. A primeira seção apresenta os principais críticos da teoria da dependência. Já a segunda seção traz a teoria da dependência a partir das contribuições de Marini, Santos e Bamberger, apresentando suas principais contribuições para a análise da dependência latino-americana. Por fim, na terceira seção, a teoria marxista da dependência serve de base para o início da análise do contexto novo desenvolvimentista brasileiro e argentino.

3.1 O sol e a peneira: gênese da teoria da dependência e suas divergências teóricas

Como se sabe, os anos 1930 foram marcados pela Grande Depressão, que afetou os países ao redor do mundo de diferentes formas. Os países da América Latina, por sua vez, foram afetados pela falta de compradores para os seus produtos primários no cenário internacional, o que levou a diminuição das divisas por importações (BICHIR; VARGAS, 2011). Em vista disso, estes países adotaram políticas anticíclicas, contribuindo sobremaneira ao início do processo de industrialização e fortalecimento das economias internas na América Latina.

Nesse período, as políticas econômicas voltadas para o fortalecimento das indústrias nacionais e do mercado interno, os países da América Latina foram orientados pelos intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que auxiliaram na produção de políticas tal qual os *policy-makers* ou *think thank* fazem mais recentemente (BIELSCHOWSKY, 2000). A orientação cepalina se deu no sentido de substituir as importações por políticas industriais que produzissem bens internamente, impulsionando a industrialização e modernização dos países latino-americanos (RODRIGUES, 2018).

Segundo Santos (2000), o início do processo de industrialização da América Latina foi seguido pela Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento da hegemonia política e econômica dos Estados Unidos, além do início da integração das economias mundiais e do surgimento de novos Estados nacionais com a crise do imperialismo e do colonialismo.

Para a Cepal, o subdesenvolvimento não era meramente uma etapa em um processo de desenvolvimento capitalista, mas parte das relações entre os países dentro do capitalismo (RODRIGUES, 2018). Por isso, os autores desta escola estruturalista focaram suas análises em conceitos como centro, periferia, vantagens comparativas, deterioração dos termos de troca, progresso técnico, entre outros. Contudo, as deficiências da dependência estrutural dos países latino-americanos não foram contempladas pela análise da Cepal, como as desigualdades na distribuição de renda (RODRIGUES, 2018).

Conforme argumentam Duarte e Graciolli (2007), as teorias de desenvolvimento da Cepal eram voltadas para a modernização da América Latina a partir da ação do Estado nacional, para analisar os obstáculos a esse processo. Porém, o processo de industrialização da América Latina, pós Segunda Guerra Mundial, é influenciado pelo capital internacional, através principalmente de empréstimos, deixando a lógica cepalina de “desenvolvimento para dentro”¹⁶ de lado.

Mesmo as várias gerações cepalinas e suas reformulações teóricas não analisaram as estruturas econômicas e políticas da América Latina como a Teoria da Dependência se propôs nos anos 1960. Todavia, não podemos negar a contribuição da Cepal para os teóricos da dependência, visto que foi pioneira em elaborar a visão dos países periféricos sobre si mesmos, destacando as relações capitalistas na região e a defesa da autonomia nacional (RODRIGUES, 2018).

A teoria do desenvolvimento, baseada em conceitos de subdesenvolvimento como “atraso”; passa a perder força nos anos 1960, tendo em vista que não havia experiências bem-sucedidas de desenvolvimento de países que foram colônias (SANTOS, 1998). A teoria da dependência emerge nos anos 1960 na América Latina, dominada por tensões e golpes de Estado (RODRIGUES, 2018). Esta perspectiva teórica teve como objetivo analisar as estruturas socioeconômicas dos países latino-americanos e sua relação com o capital estrangeiro (WAGNER, 2005).

¹⁶ O modelo de “desenvolvimento para dentro” ou “*desarrollo hacia adentro y hacia afuera*” consiste em fortalecer a produção industrial e o mercado consumidor interno, atendendo as demandas externas; mas evitando depender diretamente de centros de decisões e investimentos internos (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Autores como Wagner (2005), por exemplo, passaram a destacar a dependência desses países em relação ao capital advindo dos Estados Unidos e como esse processo modificou a Divisão Internacional do Trabalho. Por sua vez, Santos (1971) argumenta que a América Latina passou a ser caracterizada predominante pela grande empresa; concentração econômica do capital internacional; monopólio do mercado; entre outros.

Para os teóricos da dependência, o subdesenvolvimento não era sinônimo de falta de desenvolvimento, sendo resultado das relações dinâmicas do capitalismo (SANTOS, 2000). Segundo Theotônio dos Santos (2011), a dependência dos países latino-americanos em relação aos países do centro do capitalismo mundial condiciona o seu próprio desenvolvimento. De acordo com Theotônio dos Santos (2018),

Mesmo países que apresentavam taxas de crescimento econômico bastante elevadas, tais como os latino-americanos, cuja independência política tinha sido alcançada no princípio do século XIX, estavam limitados pela profundidade da sua dependência econômica e política da economia internacional. Seu crescimento econômico parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa (SANTOS, 2018, p. 16).

Conforme argumenta Santos (2011), a relação de dependência entre países se dá quando alguns países podem dominar e se desenvolver, enquanto outros só podem expandir como resultado do desenvolvimento dos primeiros. Logo, a dependência torna os países latino-americanos atrasados e explorados economicamente pelos países do centro (SANTOS, 2011).

Em vista disso, a teoria da dependência ressalta as estruturas que condicionam o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, sendo que a relação de dependência com o centro não se dá apenas externamente, mas a partir de relações de poder internas a essas sociedades (DIAS, 2012). A dependência se dá pela articulação de interesses de classes internacionais e nacionais, sendo analisada de diferentes formas pelos teóricos desta perspectiva. Isso porque os vários autores filiados à teoria da dependência latino-americana utilizaram-se de diferentes métodos, interpretações e tipologias para analisar o processo de desenvolvimento da região, resultando em uma imprecisão teórica sobre a definição do conceito de dependência (DIAS, 2012).

Dentre as diversas teorias e metodologias que embasaram os teóricos da dependência, Dias (2012) ressalta três principais perspectivas que influenciaram os autores desta corrente. Para este autor, o marxismo, as teorias do imperialismo e o estruturalismo cepalino foram essenciais para a formação da teoria da dependência. Estas três teorias ajudaram na construção dos principais pressupostos da teoria da dependência, como, por exemplo, a noção de que o desenvolvimento pelo nacional-desenvolvimentismo não quebraria a relação de dependência dos países latino-americanos, visto que foi direcionado pelo capital internacional, o que colocava os centros de decisão fora dos países da América Latina (WAGNER, 2005).

Tendo em vista que a industrialização idealizada pelos cepalinos não levaria a superação do subdesenvolvimento, os teóricos da dependência argumentam que ela também era baseada em um modelo de monopólio que impediria a distribuição de renda e favoreceria a concentração do poder em alguns grupos sociais, até mesmo a própria classe trabalhadora (WAGNER, 2005). Além disso, a teoria da dependência, ao analisar o processo de industrialização latino-americano, destaca que a burguesia desta região não possui papel importante no direcionamento deste processo, sendo cooptada pelos interesses internacionais (WAGNER, 2005).

Segundo Santos (1998), a questão do desenvolvimento é vista por Marx e pelos autores marxistas como uma das consequências da modernidade e da revolução democrático-burguesa. Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento é considerado parte da ideologia classista burguesa, baseada em pressupostos evolutivos e idealistas (SANTOS, 1998). Para Marx, a modernidade seria apenas um estágio para o processo de desenvolvimento global da humanidade em busca da implementação do modelo socialista (SANTOS, 1998).

A partir da perspectiva teórica marxista, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são considerados como opostos, mas como resultados históricos da dinâmica capitalista (SANTOS, 1998). Nesse sentido, a teoria da dependência, notadamente em sua vertente marxista, representou um esforço teórico para analisar os limites do desenvolvimento dos países latino-americanos.

Segundo Magnus Blomstrom e Bjorn Hettne (1984), a teoria da dependência representa um conflito de paradigmas com as teorias anteriores

sobre modernidade e desenvolvimento. Baseando-se na crítica do eurocentrismo da teoria do desenvolvimento, na crítica ao imperialismo norte-americano e na crítica à economia neoclássica da CEPAL; os teóricos da dependência argumentam que o subdesenvolvimento está diretamente relacionado à industrialização dos países centrais, visto que os países dependentes se tornaram acessórios para o desenvolvimento dos países centrais, produzindo matérias-primas e servindo de mercado consumidor para a expansão do comércio (BLOMSTROM; HETTNE, 1984).

Em vista disso, a teoria da dependência considera o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como característicos do mesmo processo global. Por isso, o subdesenvolvimento não pode ser visto como uma primeira etapa para um desenvolvimento evolucionista (BLOMSTROM; HETTNE, 1984). Neste contexto, a dependência dos países subdesenvolvidos não se manifesta apenas externamente, mas também internamente no tecido social, ideológico e político (BLOMSTROM; HETTNE, 1984).

Estes pressupostos da teoria da dependência são utilizados pelos teóricos desta corrente, que podem ser divididos em quatro principais vertentes. Uma primeira corrente dependentista, segundo Blomstrom e Hettne (1984) baseia-se na crítica aos conceitos estruturalistas da Cepal, visto que estes consideram possível um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Já a outra corrente da teoria da dependência – que tem como expoentes Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra – utiliza a teoria marxista para a análise estrutural da dependência latino-americana. E uma terceira perspectiva, baseada nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto; defende o desenvolvimento capitalista e a inutilidade do socialismo. Por fim, Gunder Frank lidera a quarta perspectiva da teoria da dependência, que analisa a dependência fora do paradigma marxista (BLOMSTROM; HETTNE, 1984).

Cardoso (1980) argumenta que a democracia é compatível com o capitalismo e suas leis desiguais, desde que se respeitem as liberdades dos indivíduos a partir da regulação do mercado. Já, para Marini (1973), por sua vez, o capitalismo se comporta de forma específica na periferia, sendo que a relação entre as nações centrais e as nações dependentes se dá da mesma forma que Rosa Luxemburgo descreve as relações entre as formações capitalistas e não-capitalistas.

Segundo Rosa Luxemburgo (1985), as formações sociais capitalistas podem ser elencadas a partir de uma tríade não etapista e não evolucionista da história, composta pela *destruição* dos modos de produção antigos, pela *resistência* a essas mudanças e pela *recriação* dos modos comunitários de produção e do campesinato. Tais formações são possibilidades dadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo sobre os territórios nacionais, visto que diferentes modos de produção podem conviver sob o mesmo território. Nesse sentido, a autora assume o pressuposto de que as relações não capitalistas ainda persistem sob o modo de produção capitalista e são recriadas de acordo com cada contexto social. Por isso, Luxemburgo – assim como Marini – defende a superação da destruição dos modos de produção não capitalistas produzida pelo capitalismo através do socialismo (OTONI, 2011).

Segundo Otoni (2011), a primeira geração de estudos de imperialismo dedicava-se a compreender as características do capitalismo monopolista. Já, a segunda geração, a qual Marini pertence, volta-se para o contexto pós-guerra e as limitações para o desenvolvimento de ex-colônias. A terceira geração de estudos, por sua vez, destaca o esgotamento da política de substituição de importações e seu fracasso em redistribuir os bens socialmente e conduzir a industrialização, criticando o nacional desenvolvimentismo (OTONI, 2011). Por fim, uma quarta geração de estudos imperialistas, mais atual, analisa este processo tendo em vista o neoliberalismo e a financeirização da economia mundial.

No que se refere ao imperialismo, os estudos de Marini destacam a relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento (OTONI, 2011). Esta geração baseia-se no fracasso da teoria clássica em explicar a crise de 1929; o sucesso das políticas soviéticas e de Keynes e para a recuperação econômica e nas fraquezas da teoria da modernização em compreender a relação entre centro e periferia no capitalismo moderno (OTONI, 2011). Para os autores desta geração sobre imperialismo, o problema de desenvolvimento brasileiro, e, em geral, da América Latina; é que ele é orientado para o cenário internacional, em detrimento do nacional (OTONI, 2011). Nas palavras de Marini (1973),

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe

são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 1973, p. 18).

Os teóricos da dependência não representam uma única teoria, mas um conjunto de teorias que se baseiam no pressuposto de que “o externo não é exterior.”(OTONI, 2011). Articulando os conceitos de imperialismo e desenvolvimento, as teorias da dependência argumentam que a dependência possui efeitos internos às nações (ROXBOROUGH, 1981). Por isso, Marini (1990), seguindo a perspectiva de Gunder Frank, defende que as políticas de industrialização internas cepalinas são impossíveis de combater as dependências estruturais latino-americanas. O que se produz, segundo o autor, é um desenvolvimento do subdesenvolvimento, ou nas palavras de Marini, cada vez mais dependência internacional (MARINI, 1990). Segundo Gunder Frank (1966),

O subdesenvolvimento atual da América Latina é o resultado de séculos de participação no processo mundial de desenvolvimento do capitalismo, como creio ter demonstrado em meus estudos de caso da história social e econômica do Chile e do Brasil. Meu estudo da histórica chilena indica que a conquista não só incorporou este país plenamente à expansão e ao desenvolvimento do mundo mercantilista e, depois, do sistema capitalista industrial, como também introduziu a estrutura monopolista de metrópole e satélites e o desenvolvimento do capitalismo na economia nacional e na sociedade chilenas. Essa estrutura penetrou e impregnou todo o conjunto do Chile rapidamente. Desde então e no decorrer da história mundial e do Chile nas épocas colonial, de livre-mercado, imperialista e até o presente, o Chile tem estado marcado cada vez mais pela estrutura social, econômica e política do subdesenvolvimento de tipo satélite. Esse desenvolvimento do subdesenvolvimento continua hoje, tanto na cada vez maior dependência chilena em relação às metrópoles mundiais, como através da cada vez mais aguda polarização da economia doméstica chilena (GUNDER FRANK, 1966, p. 4).

Os autores da teoria da dependência, como Marini, Santos e Bamberger, articulam de forma inovadora os conceitos de Estado, nação, desenvolvimento e democracia; rejeitando o modelo nacional desenvolvimentista (OTONI, 2011). Isso porque um Estado com desenvolvimento autônomo não é possível, dentro da perspectiva dependentista (OTONI, 2011). O processo de desenvolvimento de um Estado tende a influenciar a autonomia da nação e a limitar a democracia,

visto que os centros de decisões externos atuam diretamente nos rumos do país. Dessa forma, a democracia capitalista depende das relações de dependência entre os Estados para o seu funcionamento, tendendo a exacerbar as diferenças entre as nações. Por isso, a superação deste cenário para os autores da teoria da dependência, seria o socialismo (BAMBIRRA, 2013).

Por isso, surgem correntes antagônicas, dentro das teorias da dependência, que analisam estes conceitos. A primeira, encabeçada por Fernando Henrique Cardoso, defende que os países subdesenvolvidos poderiam ser integrados ao capitalismo global, através de um “desenvolvimento dependente e associado”. Já, a perspectiva de Marini e do marxismo, oposta à de Cardoso, argumenta que é necessária a superação do capitalismo por meio de instrumentos revolucionários que rompessem a reprodução desigual do capital, para eliminar a estrutura da “reprodução ampliada da dependência” latino-americana (OTONI, 2011).

A análise de Marini (1973), partindo do conceito de classe, e não de nação, está alinhada com as teses de Gunder Frank, visto que o desenvolvimento de países dependentes, na visão destes autores, apenas gera mais desigualdade e dependência entre periferia e centro (OTONI, 2011). Nos termos de Marini (1973), o desenvolvimento nacional autônomo não seria possível pelas amarrações estruturais da dependência e pela fraqueza da burguesia interna, sendo que se alia ao capital internacional. Por isso, Marini (1973) caracteriza a dependência como ausência de soberania nacional, com o polo de decisão externo, isto é, dependência passa a ser associada com a falta de uma nação.

Cardoso (1974) contrapõe-se a análise de Marini (1973), destacando cinco pontos discordantes, que denomina de “cinco teses equivocadas”. A primeira tese equivocada de Marini, segundo Cardoso (1974), é que o desenvolvimento capitalista na periferia seria inviável. Para Cardoso (1974), na periferia seria possível este tipo de desenvolvimento, já que ele já acontece, mas é baseado em desigualdades sociais. Todavia, Cardoso (1974) não estava familiarizado com a análise dialética de Marini, já que este último defendia a impossibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo na periferia.

Dentro da perspectiva capitalista, o que temos, segundo Marini, são países com níveis de desenvolvimento distintos, sendo alguns mais acelerados

que outros. Para a periferia, o que resta é o agravamento de suas contradições e explorações internas para tentar alcançar um mínimo de acumulação de capital interno, sempre dependendo da relação com o centro. Desse modo, o que Marini destaca é que dentro do capitalismo, a dependência é uma característica fundamental para o seu funcionamento e para a sua superação é necessário o rompimento com o capitalismo a partir da adoção do socialismo.

A segunda tese equivocada, segundo Cardoso (1974), é que o capitalismo nos países dependentes está relacionado à superexploração do trabalho. Para o autor, o desenvolvimento industrial na periferia segue as mesmas lógicas que no centro, gerando maior produtividade; mesmo que não distribuição de renda. No entanto, conforme argumenta sofisticadamente Marini, a superexploração do trabalho é uma característica definidora da situação de dependência que, por sua vez, é fundamental para as leis de desenvolvimento econômicas contraditórias do capitalismo. Dentro da perspectiva de Marini, incompreendida por FHC, o desenvolvimento da periferia não se dá pelo aumento da produtividade, mas pela superexploração do trabalho. Essa é a diferença de analisar o geral e o específico de maneira dialética, conforme mostraremos no tópico a seguir.

Já, a terceira tese diz respeito ao fato de as burguesias nacionais não serem um ator social relevante. Isso porque Cardoso (1974) defende o argumento de que as burguesias locais são importantes para o desenvolvimento dos países dependentes, mesmo que não defendam os interesses nacionais. Contrapondo-se a análise limitada de FHC, Marini realiza uma análise dialética da economia latino-americana, destacando que as burguesias nacionais são importantes para o desenvolvimento limitado desses países, mas atuam de maneira subordinadas ao capital externo e não de forma autônoma e empreendedora como defende FHC.

A quarta tese refere-se ao fato de que as empresas multinacionais fazem parte de uma política expansionista dos Estados locais. Na visão de Cardoso (1974), Marini equivoca-se ao utilizar o conceito de subimperialismo, pois não existiria uma relação direta entre a expansão do mercado interno nacional e a expansão da influência de nações, como o Brasil, por exemplo; na região. Mais uma vez, FHC falha em compreender a dialética de Marini, visto que este autor utiliza o conceito de subimperialismo para destacar o fato de que as economias

periféricas possuem desenvolvimento tão limitado estruturalmente que recorrem à expansão tipo imperialista na região para manter a sua acumulação de capital interno.

Por fim, a quinta tese coloca uma alternativa para a América Latina, pois para Marini era preciso escolher entre o socialismo ou o fascismo. Cardoso (1974) argumenta que os dilemas enfrentados pelos países latino-americanos são próprios da dinâmica capitalista moderna e, também, são enfrentados em diferentes graus por outros países. Por isso, a ruptura revolucionária, seja pelo socialismo ou pelo fascismo, não romperia com estes dilemas. Porém, dentro do capitalismo, a lógica dominante é que quanto mais se desenvolve a economia dependente mais cresce a diferença entre ela e os países centrais (MARINI, 1992). Todavia, tal cenário não significa ausência ou impossibilidade de crescimento econômico para os países dependentes, haja vista os recentes números dos governos Lula e Kirchner no Brasil e na Argentina, respectivamente. O que ocorre é a limitação estrutural deste crescimento por meio do fenômeno da dependência.

Para Traspadini (2014), a perspectiva de FHC possui uma lógica dependentista ao defender a interdependência entre os países. Isso porque, segundo o autor, a dependência é determinada por estruturas sociais internas, sendo necessário reduzir a interferência real destas relações de dominação internacional (TRASPADINI, 2014). O desenvolvimento dos países latino-americanos é dependente e associado, sendo que a interdependência deve ser levada em consideração para os projetos de desenvolvimento desta região.

FHC adota a ideia de que a inserção dos países latino-americanos deve ser subordinada, já que o desenvolvimento só poderia ser alcançado por meio da internacionalização das próprias mudanças da estrutura capitalista. A partir disso, nessa perspectiva, a dependência latino-americana não é resultado do desenvolvimento dos países capitalistas centrais, mas sim um reflexo desse mesmo processo, evidenciando nessas regiões as contradições já presentes no centro (TRASPADINI, 2014).

Após a exposição da trajetória histórica da teoria marxista da dependência e da breve exposição das críticas de um de seus principais opositores, cabe apresentar, de maneira mais didática, no tópico, a seguir as formulações de Marini. A partir disso, apresentamos as respostas às críticas de FHC e a

sofisticada teoria de Ruy Mauro Marini, que é um dos pilares da teoria marxista da dependência latino-americana.

3.2 Teoria marxista da dependência: contexto, conflitos e trajetórias

Em ensaio publicado no ano de 1973, Marini propõe-se a responder às análises de FHC. O autor argumenta que as tendências dialéticas que ele destaca nos países dependentes latino-americanos ocorrem de formas diversas de acordo com o contexto social. Em primeiro lugar, um dos equívocos mais comuns ao ler a obra de Marini é esquecer um de seus pressupostos principais: o fato de que a economia exportadora é uma transição para a economia capitalista autêntica, que emerge com a economia industrial (MARINI, 1973). Somado a isso, resquícios de antigos modos de produção colonial em países dependentes com economia exportadora, tendem a determinam as suas leis de desenvolvimento (MARINI, 1973). Por isso, conforme argumenta Marini (1973), o modo de produção escravista que esteve presente na história de vários países dependentes, como o Brasil, ainda possuiria influência em seu desenvolvimento.

Outro equívoco cometido por FHC tem a ver com a metodologia de pesquisa utilizada por Marini e, talvez, desconhecida por seu crítico. Em seu ensaio sobre a dependência latino-americana, Marini (1973) baseia-se no princípio de partir da circulação para a produção, isto é, primeiro observar a circulação de capital e mercadorias e depois analisar a sua produção. Em outras palavras, Marini se vale do método dialético de ir do geral para o específico, de combinar a análise teórica da questão para o seu desenvolvimento histórico; método este não utilizado por FHC.

A partir do método dialético, Marini (1973) parte da fórmula geral do capital para analisar a mudança do modo de produção mercantil para o modo de produção capitalista na América Latina. Ao contrário de FHC, que foca apenas na influência do mercado mundial no desenvolvimento latino-americano, Marini (1973) propõe-se a uma análise mais audaciosa que compreende o pressuposto de que, desde o seu início, a economia dependente esteve subordinada às leis de acumulação dos países industriais centrais; sendo intimamente atrelada às quedas da taxa de lucro nestes países. Apenas quando as economias dependentes latino-americanas se tornam industrializadas e plenamente

capitalistas, elas passam a ser centros produtores de capital e penetram na fase de circulação do capital (MARINI, 1973).

Tendo em vista a sua origem e desenvolvimento peculiar, as economias dependentes possuem leis de desenvolvimento específicas, visto que seus problemas de circulação estão ligados à circulação das economias centrais e à própria circulação do capital (MARINI, 1973). Com isso, Marini (1973) destaca a separação entre a produção e a circulação na economia dependente, agindo por meio de leis específicas da exploração do trabalho (superexploração) que se retroalimentam gerando mais contradições internas agravando esta separação.

O que Marini está destacando e, nem todos conseguiram – ou quiseram – compreender, é que a acumulação de capital em escala mundial e a taxa geral de lucro são essenciais para a formação e a compreensão da economia dependente. Isso porque as economias industriais centrais atuam no mercado mundial e tendem a inflar a demanda de alimentos e matérias-primas, porém, as economias exportadoras funcionam de maneira inversa ao não aumentar a produtividade, mas sim aumentar a exploração da força de trabalho. As economias dependentes diminuem a sua composição orgânica e aumentam valor das mercadorias produzidas, elevando a mais-valia e o lucro (MARINI, 1973).

Tal cenário torna atraente a entrada de capital estrangeiro nas economias dependentes, com uma taxa de lucro expressiva. Uma consequência disso é elevação da composição orgânica do capital nessas economias e, se não houvesse a superexploração; o aumento da produtividade do trabalho que geraria baixo valor das mercadorias e baixa taxa de lucro (MARINI, 1973). Como ocorre a superexploração do trabalho nas economias dependentes, as taxas de lucro são altas e o preço de produção torna-se essencial no mercado internacional. Por isso, Marini argumenta que a superexploração do trabalho é condição necessária para o capitalismo mundial, ao contrário do que afirma FHC que a considera como um fenômeno acidental apenas.

Para FHC, a especificidade do capitalismo mundial está na produção de mais-valia relativa, visto que relega ao segundo plano a análise da produção da mais-valia absoluta. Na perspectiva não dialética deste autor, os países latino-americanos abrigam simultaneamente desenvolvimento e dependência, sendo a mais-valia relativa e o aumento da produtividade as bases da economia

dependente. Conforme destaca Marini (1973), Cardoso falha ao não analisar dinamicamente a circulação e a produção capitalista e observar a exploração da mais-valia absoluta, ou seja, da intensidade do trabalho e não da produtividade.

O conceito chave de Marini (1973) é refinado ao focar na maior exploração da força física do trabalho e não na exploração geral do trabalho em prol do aumento da produtividade. A sutileza do argumento está em destacar que a força de trabalho tende a ser remunerada abaixo de seu valor real, o que não seria possível com o aumento da produtividade, conforme argumenta FHC. Ao contrário deste último, Marini (1973) defende que as formas de exploração da mais-valia relativa não devem ser excluídas da análise, não se separa formas superiores ou inferiores de acumulação capitalista; já que estão ligadas dialeticamente e não agem de forma independente.

Marini (1973) argumenta que o desenvolvimento da produção capitalista, leva a maior exploração da força do trabalho que ocorre de formas distintas nas formações sociais. É importante ressaltar, contudo, que a superexploração do trabalho não é sobrevivência de modos de produção arcaicos, mas é inerente ao desenvolvimento capitalista (MARINI, 1973). Ao dizer o contrário, FHC, de maneira simplista, conceitua o capitalismo como um modelo puro que, ao se desenvolver, leva a um sistema menos explorador e menos contraditório. Estes últimos, por sua vez, são justamente o que caracteriza o capitalismo, segundo Marx.

Seguindo a metodologia dialética, se a superexploração é a base do capitalismo mundial cada vez mais explorador e contraditório; as economias tendem a possuir formações distintas de exploração com leis específicas (MARINI, 1973). Em vista disso, a marginalidade social é indissociável das economias dependentes. E justamente por essas distintas formas de exploração que algumas economias dependentes se tornam subimperialistas, incidindo ali leis peculiares do capital (MARINI, 1973).

Contraopondo-se a Cardoso, Marini (1990) propõe uma análise da relação entre a América Latina e os países centrais, destacando as suas particularidades. Partindo da metodologia de Marx em O Capital, Marini realiza um estudo econômico marxista da dependência latino-americana, sendo original ao focar sua análise nos processos de expansão do capital. Marini argumenta que o excedente econômico dos países capitalistas dependentes é drenado

pelos países centrais capitalistas, o que possibilita a reprodução ampliada do capital, configurando um intercâmbio desigual entre as nações (MARINI, 1973). Nas palavras de Marini (1973),

Destaquemos o que constitui um dos temas centrais do ensaio: ao começo de seu desenvolvimento, a economia dependente se encontra inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países industriais, a tal ponto que é em função da tendência à queda da taxa de lucro nestes, ou seja, da maneira como ali se expressa a acumulação de capital que dito desenvolvimento pode ser explicado. Somente na medida em que a economia dependente se vá convertendo de fato num verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação — o que alcança sua maturidade ao se constituir ali um setor industrial — é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento, as quais representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto. A partir desse momento, os fenômenos da circulação que se apresentam na economia dependente deixam de corresponder primariamente a problemas de realização da nação industrial a que ela está subordinada para se tornar cada vez mais em problemas de realização referidos ao próprio ciclo do capital (MARINI, 1973, p. 29).

Ao contrário de outros autores como Alberto Passos Guimarães e Jacob Gorender, os teóricos da dependência defendem que a região não possui economia de caráter feudal (WAGNER, 2005). Isso porque a América Latina seria o produto da expansão do comércio da Europa, resultando em configurações sociais, políticas e econômicas *sui generis*, mas dentro do escopo do capitalismo moderno (WAGNER, 2005). O caráter especial das economias latino-americanas relaciona-se com o conceito de superexploração da força de trabalho e modifica as transferências de valor entre os países (CARCANHOLO, 2013). É por causa da superexploração do trabalho nas economias subdesenvolvidas que as burguesias destes países se aliam ao capital estrangeiro (CARCANHOLO, 2013). Esta relação é explicada também por Ruy Mauro Marini.

Marini aprofundou a questão da luta de classes nas sociedades latino-americanas nos anos 1960 e 1970, destacando temas como economia política da dependência, análise do modelo político latino-americano, socialismo e pensamento latino-americano (MARTINS, 2013). Suas principais obras, *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e *Dialética da Dependência* (1973), tratam de conceitos relevantes para o debate sobre desenvolvimento e para o

pensamento marxista, como superexploração e subimperialismo (WAGNER, 2013).

Para Marini (1973), os países dependentes possuem características específicas que não são encontradas nos países centrais capitalistas, por isso a compreensão do desenvolvimento destes países não pode partir de teóricos dos centros de poder. Segundo Dias (2012), Marini analisava a relação de dependência dos países latino-americanos a partir da teoria marxista, mas de maneira não dogmática; valendo-se do materialismo histórico para lançar luz às leis gerais e particularidades do capitalismo.

Baseando-se na teoria de André Gunder Frank sobre o capitalismo global, principalmente o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”; Marini (1973) define a dependência como uma relação de subordinação entre nações independentes. Nesta relação, as nações subordinadas possuem estruturas sociais, políticas e econômicas que mantêm a sua subordinação, gerando cada vez mais dependência. A solução para superar essa subordinação, segundo Marini (1973), é romper com as relações de produção que a sustenta. Nas palavras de Marini (1973),

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 1973, p. 4).

Sobre a colonização da América Latina, Marini (1973) destaca que ela se configurou como subordinada aos países capitalistas centrais, exportando matérias-primas que auxiliaram no desenvolvimento destes países. A troca entre produtos primários latino-americanos e produtos manufaturados europeus, ou seja, a deterioração dos termos de troca, aprofundou a relação de dependência entre os países. A América Latina, para Marini (1973), foi essencial para o crescimento da produção e da acumulação de capital dos países centrais, através da exploração da mais-valia nos países subordinados. Isso porque a acumulação de capital nos países centrais é dependente do aumento da produção do trabalho nos países subordinados, isto é, o aumento da mais-valia

relativa na América Latina favoreceu o desenvolvimento europeu (MARINI, 1973).

Segundo a perspectiva de Marini (1973), o desenvolvimento da indústria e da tecnologia interna nos países dependentes possui limites estruturais, visto que o mercado interno é pequeno e não é capaz de atender à oferta; levando invariavelmente a recorrer ao mercado externo. Dentro desta relação entre centro e periferia, Marini (1973) destaca que os países dependentes passam a exportar não só para os países centrais, mas também para os países mais periféricos que eles. Dessa forma, eles exercem, em relação aos países mais frágeis que eles, uma relação de subimperialismo (LIMA, 2013).

Para Dias (2012), o exemplo brasileiro, demonstra esta relação de subimperialismo com os países latino-americanos. De acordo com este autor, a partir do modelo nacional-desenvolvimentista e posteriormente da ditadura militar, o Brasil passa a integrar os pressupostos do imperialismo norte-americano, buscando novos mercados para os seus produtos nos países vizinhos (DIAS, 2012). Na teoria de Marini (1973), a relação capitalista entre os países deixa de ser analisada a partir de um modelo dicotômico com um polo explorando unilateralmente o outro. Na visão de Marini, as relações entre países se assemelham a um *continuum*, já que um país pode ser dependente e imperialista ao mesmo tempo, de acordo com o país que se relaciona (LIMA, 2013).

O subimperialismo de Marini é definido em três elementos, segundo Luce (2011): o mercado externo, o Estado nacional e o consumo desigual interno aos países dependentes. Este processo funciona como uma válvula de escape, nos termos de Marini (1977), para as tensões e crises do capitalismo, principalmente entre a produção e a realização do valor (LUCE, 2011). Isso porque, a partir da lógica de circulação do capital, as tensões entre produção e consumo são resolvidas pelas relações imperialistas entre os países.

Em vista disso, para Marini (1973), o subimperialismo se realiza a partir da intervenção do Estado no mercado interno por meio do investimento em infraestrutura e de bem-estar social, alavancando a produção interna. Somado a isso, é essencial para este processo, a distribuição regressiva de renda, que favorece as classes médias e altas; além da exportação de produtos manufaturados (MARINI, 1973). Por isso, para o autor, apesar dos esforços de

outros países, como a Argentina, apenas o Brasil conseguiu compreender estes três elementos e exercer o subimperialismo na região.

Para Marini (1977), o Brasil, assim como a América Latina, em geral; não conseguiu desenvolver-se de forma autônoma, pois sua burguesia se aliou ao capital internacional. Por isso, o processo de industrialização latino-americano foi orientado pelo capital estrangeiro, principalmente norte-americano, através de investimentos externos diretos (LUCÉ, 2011). Nesse sentido, ao invés de uma revolução burguesa, nos termos de Florestan Fernandes, Marini destaca que no Brasil as classes médias e altas se aliaram ao capital estrangeiro em detrimento à classe trabalhadora (MARINI, 1973). Para Marini,

(...) a revolução burguesa corresponde a uma etapa definida do capitalismo, marcada pela ascensão de uma burguesia que se incluía ainda em grande medida no movimento popular; na era do imperialismo, na qual vivemos hoje, todo movimento autenticamente burguês é antipopular e, como tal, contrarrevolucionário (MARINI, 2013, p. 29).

Mais recentemente, trabalhando as contribuições originais de Marini, especificamente sobre a superexploração de trabalho, Katz (2018) trouxe à tona, mesmo que de maneira indireta, as dificuldades de consenso sobre a análise da teoria marxista da dependência. Katz (2018) buscou reformular a teoria da dependência, dando ênfase as transferências de valor como origem da superexploração e do subdesenvolvimento, apresentando o que chama de politização desta teoria. Segundo este autor, as transferências de valor através da produção (investimento direto estrangeiro), do mercado financeiro (dívida externa) e do comércio (deterioração dos termos de troca), sustentam o processo de subordinação dos países periféricos em relação aos centrais (KATZ, 2018).

Para Katz (2018), os críticos compreenderam erroneamente a sua reformulação da teoria da dependência e cometeram o equívoco, como Osorio (2018), de aproximar a sua argumentação com as teorias do novo desenvolvimentismo. Isso porque, de acordo com Katz (2018), os críticos não compreendem o conceito de superexploração de Marini. Para este último, na visão de Katz, este processo acontece em economias periféricas que investem no desenvolvimento da indústria nacional, o que gera um proletariado que é explorado para compensar as relações de subordinação internacionais. A partir

disso, Katz (2018) destaca que na América Latina, na Ásia e na África, no século XX, não existiria esta camada de proletariado a que alude Marini.

Conforme argumenta Katz (2018), a tese da superexploração de Marini não explica a emergência da China ou o distanciamento da Coreia do Sul, do Brasil ou da Argentina; porque não considera as transferências desiguais de valores entre os países. Diferentemente dos novo desenvolvimentistas, Katz (2018) argumenta que o debate sobre superexploração ou sobre as transferências de valores fazem parte da perspectiva marxista, visto que somente esta visão enfatiza a exploração da mais-valia.

Buscando se alinhar à argumentação de Marini, Katz (2018) ressalta as peculiaridades do processo de superexploração nos países periféricos, notadamente o pagamento abaixo do valor para os proletários em todos os setores de produção, formais e informais. Para este autor, contudo, a superexploração ainda persiste atualmente e se espalhou entre os países, porém, envolve uma parcela menor da classe trabalhadora. Em vista disso, para Katz (2018), o processo de superexploração da mão de obra não é o elemento central que diferencia os países centrais dos periféricos, até porque nos centrais também existe este processo.

Autores como Osorio (2018) consideram que a superexploração é o aspecto definidor da periferia, sendo levada a todos os países pela globalização, porém é um processo antigo que remonta aos tempos de Marx. Katz (2019), ao se contrapor a essa visão, ressalta que se a superexploração está presente no centro e na periferia, não pode ser o elemento diferenciador entre os dois. A superexploração não é mais exclusiva à periferia, mas se espalha de maneira diversas ao redor do mundo. Katz (2018) considera a superexploração como um fenômeno generalizado e limitado ao mesmo tempo, compreendendo setores formais e informais, gerando o que chama de dualização do trabalho na periferia (KATZ, 2018). Neste local, o subdesenvolvimento é definido a partir do desperdício de transferências de valores e do investimento no extrativismo exportador (KATZ, 2018).

Por isso, para autores como Katz, o enriquecimento da teoria da dependência exige a superação das limitações da teoria de Marini (SOTELO, 2018). Ademais, a relação entre conceitos como subdesenvolvimento e imperialismo, nos dias de hoje, estaria diluída, para o autor. A expansão do

conceito de superexploração para os países centrais demonstrou que esta não é uma característica exclusiva da periferia ou da América Latina. Segundo Katz (2018), o conceito de superexploração atualmente não possui conotação anticapitalista.

Já, para Osorio (2019), no capitalismo, o domínio do capital e a sua exploração estão ocultos, porém são reconstruídos todos os dias. Por isso, de acordo com este autor, para entender o conceito de superexploração, deve-se ir além das aparências. Desse modo, Osorio (2019) argumenta que o marxismo e, ao mesmo tempo, a negação do marxismo são as perspectivas mais adequadas para entender este processo, visto que estas duas lógicas opostas são capazes de compreender as contradições, tensões e movimentos sociais. Nesse sentido, Osorio (2019) atenta-se, por exemplo, para a lei do valor e para a sua negação simultaneamente, sendo necessário destacar que a negação não significa a sua não existência. A negação de um conceito refere-se aos diferentes níveis de análises que compreende a perspectiva marxista. Em vista disso, por exemplo, autores como Cardoso (1972) consideram a teoria da dependência como complementar a teoria do imperialismo, mesmo ela criticando este conceito. Além disso, não prestar atenção aos diferentes níveis de análise marxista leva alguns críticos a, erroneamente, argumentarem que Marx considera apenas três classes sociais (burguesia, latifundiários e trabalhadores), sendo que ele faz referência a mais tipos de classes¹⁷ (OSORIO, 2019).

No marxismo, segundo Osorio (2019), cada nível de análise está relacionado ao outro, não sendo possível analisar um fenômeno de forma isolada. O autor considera o conceito de superexploração como um modo particular de exploração que implica em diferenças entre o valor diário e o valor total da força de trabalho, ocorrendo no interior de economias dependentes, visto que o capital se apropria do consumo e de todos os elementos possíveis para aumentar a acumulação. Osorio (2019) argumenta que a superexploração sustenta a reprodução local e global de capital, fortalecendo a acumulação e a desigualdades entre as economias.

¹⁷ Segundo Marx (2012), classe social pode ser definida como um agrupamento de agentes sociais com as mesmas posições no processo produtivo. A partir disso, o autor destaca as classes dos latifundiários, dos burgueses, dos trabalhadores, dos senhores feudais, dos clérigos, entre outros.

Contraopondo-se a Katz (2018), Osorio (2019) defende que a superexploração possui relevância política prática, pois este processo compreende a realidade das economias dependentes e das lutas de classes. Apesar da superexploração não significar pauperização absoluta, conforme destaca Katz (2018), Osorio (2019) ressalta que os pagamentos de salários abaixo do seu valor real geram barateamento da mão de obra e a perda do seu potencial de consumo.

Osorio (2019) destaca também que os processos identificados por Marini como superexploração, já foram apontados por Marx em seus escritos antigos. A diferença do processo de superexploração atual, segundo Osorio (2019), é que desempenha uma função diferente, enfatizando a reprodução desigual do capital, modificando o consumo interno das economias dependentes, retardando o desenvolvimento tecnológico da periferia, influenciando as lutas de classes e na emergência de governos autoritários ou democráticos.

Diferente de outros autores, Osorio (2019) não propõe análises dualistas dos conceitos de superexploração e de transferência de valor. Isso porque, para este autor, sem as trocas desiguais das transferências de valores, não há relações de dependência e não ocorre a superexploração. Cada conceito está relacionado entre si e gera um espiral de causas e consequências que caracterizam o capitalismo dependente (OSORIO, 2018). Dessa maneira, a superexploração e as transferências desiguais de valores são apenas uma das faces das várias modalidades de exploração do capital.

De acordo com Osorio (2019), Marini (1973) rompe com as esperanças de um desenvolvimento quebrando “obstáculos” do progresso conforme propagado pela CEPAL, sendo que desmitifica o papel da industrialização no desenvolvimento do subdesenvolvimento capitalista. O problema não seria resolvido nos termos do capitalismo, sendo necessária uma solução anticapitalista.

3.3 A teoria marxista da dependência em tempos neoliberais

Tendo como base a teoria marxista da dependência de Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e de Marini, Marisa Amaral (2007) argumenta que é possível enumerar três formas históricas da dependência. A primeira seria a dependência colonial com a economia exportadora e o capital comercial e

financeiro. Já, a segunda forma seria a dependência financeiro-industrial no final do século XIX, com o capital das economias centrais se expandindo com o investimento em matérias-primas e produtos agrícolas para o consumo. Por fim, a terceira, nos anos 1970, seria a dependência tecnológico-industrial baseadas nas multinacionais e no mercado interno dos países dependentes, forçando a importação de tecnologias (AMARAL, 2007).

A partir disso, Amaral (2007) atualiza a teoria marxista da dependência ao indicar a existência de uma nova fase do capitalismo combinado com uma quarta e nova forma de dependência, presente na contemporaneidade neoliberal, caracterizada pela financeirização. Esta nova forma de dependência se dá pela transferência de valor na sua forma financeira das economias dependentes para as economias centrais, por meio de juros e endividamento externos (AMARAL, 2007).

Dessa maneira, a partir do movimento hegemônico do neoliberalismo nos anos 1990, a nova fase da dependência adquire um caráter generalizado de especulação do capital, também chamado de financeirização da economia (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999). Esse processo torna a especulação superior a produção, submetendo o capital produtivo ao capital fictício, no termo marxista. A partir disso, os países dependentes tornam-se extremamente vulneráveis à influência externa dos países centrais, com o capital financeiro dominando os seus sistemas (AMARAL, 2007). Esta vulnerabilidade externa de maneira exacerbada é, segundo Amaral (2007), a característica definidora da nova fase da dependência.

No que diz respeito a relação entre novo desenvolvimentismo e a teoria da dependência de Marini, a aplicação desta teoria nesta análise demonstra sua incapacidade em desenvolver de forma autônoma os países da América Latina, além de destacar o seu tempo de sucesso limitado tendo em vista as amarrações estruturais do capitalismo moderno. De acordo com os teóricos da dependência, como Theotônio Santos (2000), o processo de industrialização da América Latina, orientado pelas teses cepalinas de desenvolvimento interno, estava fadado ao fracasso, visto que não combatia a orientação externa das economias latino-americanas.

Para Santos (2000), o subdesenvolvimento não se configura como a falta de desenvolvimento, sendo resultado das relações dinâmicas do capitalismo. A

dependência dos países latino-americanos em relação aos países do centro do capitalismo mundial condiciona e limita o seu próprio desenvolvimento. Conforme argumenta Santos (2011), a relação de dependência entre países se dá quando alguns países podem dominar e se desenvolver, enquanto outros só podem expandir como resultado do desenvolvimento dos primeiros. A dependência torna os países latino-americanos atrasados economicamente e explorados pelos países do centro (SANTOS, 2011). Por isso, modelos como o nacional desenvolvimentismo – ou o novo desenvolvimentismo – que não enfrentam estes problemas estruturais, proporcionam apenas o desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas nunca um desenvolvimento autônomo da periferia (MARINI, 1973).

Em vista disso, a teoria da dependência, para Santos, ressalta as estruturas que condicionam o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, sendo que a relação de dependência com o centro não se dá apenas externamente, mas a partir de relações de poder internas a essas sociedades (DIAS, 2012). Segundo a perspectiva de Marini (1973), o desenvolvimento da indústria e da tecnologia interna nos países dependentes possui limites estruturais, visto que o mercado interno é pequeno e não é capaz de atender à oferta; levando invariavelmente a recorrer ao mercado externo. Dentro desta relação entre centro e periferia, Marini (1973) destaca que os países dependentes passam a exportar não só para os países centrais, mas também para os países mais periféricos que eles. Dessa forma, eles exercem em relação aos países mais frágeis que eles, uma relação de subimperialismo (LIMA, 2013).

E nesse contexto mais amplo que se insere o modelo novo desenvolvimentista latino-americano, modelo orientado pelo capital estrangeiro, principalmente norte-americano, através de investimentos externos diretos (LUCE, 2011). Além disso, foi baseado fortemente na tradição de exportação de produtos primários e na hegemonia política brasileira e argentina na região sul do continente¹⁸. Tanto o modelo nacional desenvolvimentista do século passado,

¹⁸ Segundo dados oficiais do governo brasileiro, em 2019, mais da metade das exportações realizadas foram de produtos primários. Logo, dos US\$ 224 bilhões exportados pelo Brasil em 2019, US\$ 118 bilhões (52,7%) foram de produtos como minerais, frutas, grãos, carnes, etc. Na Argentina, o caso não é diferente, visto que em 2019, a Argentina exportou US \$ 59,2 bilhões, sendo produtos como soja e derivados, petróleo e gás natural, veículos, trigo, milho, entre outros;

quando o modelo novo desenvolvimentista do século XXI, basearam as suas políticas econômicas para o fortalecimento das indústrias nacionais, no sentido de substituir as importações por políticas industriais que produzissem bens internamente, impulsionando a industrialização e modernização de algumas das economias dos países latino-americanos (RODRIGUES, 2018), sem, contudo, levar a superação do subdesenvolvimento pois, segundo Dias (2012), a dependência se dá – e se renova – pela articulação de interesses de classes internacionais e nacionais, característica presentes em modelos neoliberais e novo desenvolvimentista.

Segunda Vânia Bambirra (2013), a teoria marxista da dependência apresenta a possibilidade metodológica de delimitar dois grupos de países dependentes na América Latina. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento capitalista latino-americano está diretamente ligado ao capitalismo mundial, a autora argumenta que o capitalismo em países dependentes assume leis específicas, além das leis gerais de acumulação. Para compreender tais leis, é preciso observar a dinâmica histórica do capitalismo central (BAMBIRRA, 2013).

As economias dependentes latino-americanas foram integradas ao capitalismo mundial a partir de sistemas primário-exportadores. A partir deste conjunto geral de sociedades dependentes, Bambirra (2013) identifica algumas especificidades entre os países, separando-os em: tipo A, com países industrializados nas últimas décadas do século XIX, como o Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e Colômbia, e o tipo B, com países com processo de industrialização datados desde a Segunda Guerra Mundial com forte influência do capital internacional, como Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba. Somado a esses dois tipos, Bambirra também destaca que pode ser adicionado um terceiro tipo, o C; com países de modelo agrário-exportador, sem diversificação industrial, como Paraguai e Haiti.

Com essa tipologia, Bambirra (2013) demonstra os diferentes níveis e tipos de desenvolvimento capitalista, mesmo dentro de um conjunto de economias dependentes. Por isso, a autora considera que os países tipo A foram

são responsáveis por mais da metade deste valor. Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil e Secretaría de Comercio Exterior da Argentina.

palcos do processo de substituição de importações, com a queda de influência da burguesia primário-exportadora. Já, nos países tipo B, as burguesias industriais foram insignificantes ao capital externo, sendo totalmente subordinadas a ele.

Baseando-se no desenvolvimento capitalista e na tipologia de economias dependentes latino-americanas, Bambirra (2013) considera que o capitalismo mundial pós II Guerra Mundial é baseado em manufaturas e expansão do capital internacional ao redor do mundo. Tal processo de penetração de capital estrangeiro, principalmente norte-americano, em economias dependentes, é denominado pela autora como integração monopólica, com a subordinação das burguesias destes países à influência externa. Em vista disso, o sistema de dominação e de exploração do capitalismo central às economias dependentes funciona a partir de contradições internas a essas economias, por meio de mecanismos como a repressão econômica, política e social. A alternativa a esse cenário seria, por óbvio, o socialismo (BAMBIRRA, 2013).

No entanto, a nova dependência aumenta as contradições estruturais e está embasada em um capital fictício. Logo, esta nova forma possui características próprias. A nova dependência liberal e financeira, segundo Amaral (2007), compreende profundas diferenças estruturais internas às economias latino-americanas, com mercado de trabalho local barato e tecnologia que a autora denomina de capital-intensiva. Como consequência, temos uma avassaladora exploração da força de trabalho, a partir da mais-valia relativa; produto do intercâmbio e das transferências de valor desiguais entre o centro do capitalismo e a periferia (AMARAL, 2007).

A partir deste cenário sombrio que, para Amaral (2007), gera estrangulamento externo e restrições ao crescimento, resta, na ótica do capital, às economias dependentes aumentar a sua produção de excedentes por meio da superexploração do trabalho. Isso reverbera em aumento do excedente e de gastos com a força de trabalho, que são relativizados com arrochos salariais, extensão da jornada de trabalho e aumento da intensidade do trabalho, como apontado por Carcanholo (2004).

Cabe recuperar que, de acordo com Marini (1973), a superexploração do trabalho ocorre pela desigual transferência de valor entre economias centrais e dependentes, através da apropriação da mais-valia das economias periféricas

pelas economias centrais. Para Amaral (2007), esse processo configura-se como um “capitalismo incompleto” nas economias dependentes, ou “capitalismo sui generis” nos termos de Marini, já que a mais-valia é apropriada pelo centro e não é realizada por ele. Este “capitalismo dependente” é acentuado nos anos 1990 com a emergência do neoliberalismo, imposto pelos países centrais aos países periféricos (AMARAL, 2007).

Isto posto, a nova fase da dependência é expressa pelo neoliberalismo, com a vulnerabilidade externa e a superexploração do trabalho sendo agravadas. A partir disso, observa-se que Amaral (2007) retoma a ideia de intercâmbio desigual de Marini (2000), segundo a qual as economias dependentes exportam produtos de baixo valor agregado e importam produtos de maior valor agregado, gerando a apropriação do excedente pelos países centrais e a compensação interna à periferia pela superexploração do trabalho e pela atração de capitais estrangeiros.

Tal influência de capital externo ocorre nas economias dependentes sob a forma de doações, investimento direto estrangeiro (IDE) e empréstimos, enfraquecendo a acumulação interna de capital (AMARAL, 2007). Os empréstimos, por sua vez, são a tônica do capitalismo atual, visto que proporcionam a fácil e rápida circulação de capitais nas economias dependentes, desvinculada de futuras responsabilidades de contas externas ou de fugas de capitais (AMARAL, 2007). Essa circulação só é possível pelas políticas neoliberais adotadas pelos países latino-americanos nas décadas de 1980 e 1990, que proporcionaram a abertura das economias nacionais, a desregulamentações, as privatizações, entre outros (FILGUEIRAS, 2005).

Diante destas condições, resta aos países dependentes apenas o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de acordo com Frank (1970). Por isso, quanto mais se desenvolve a economia dependente mais cresce a diferença entre ela e os países centrais (MARINI, 1992). Todavia, conforme destaca Amaral (2007), tal cenário não significa ausência ou impossibilidade de crescimento econômico para os países dependentes, haja vista os números macroeconômicos dos governos Lula e Kirchner no Brasil e na Argentina, respectivamente. O que ocorre é a limitação estrutural deste crescimento por meio do fenômeno da dependência.

Cabe lembrar que o desenvolvimento é considerado como um processo, ou seja, como uma estrutura social que se desenvolve ao longo do tempo e possui leis específicas e determinações históricas (CARCANHOLO, 2013). Nesse sentido, não existe qualificação de desenvolvimento ou análise evolutiva, visto que compreende níveis diferentes e contraditórios de acordo com cada formação social (CARCANHOLO, 2013). Em vista disso, no desenvolvimento histórico capitalista, Carcanholo (2013) argumenta que as economias estão envolvidas em leis dialéticas e contraditórias, sendo este a base para a definição das economias dependentes.

Segundo Carcanholo (2013), tomando o marxismo como base teórica, o processo de acumulação mundial pode ser considerado como uma unidade dialética entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Isso significa que os ritmos de desenvolvimento e crescimento econômico entre os países ao redor do mundo são distintos, sendo alguns mais acelerados que outros. Além da óbvia conclusão de que as economias mundiais estão interligadas entre si, Carcanholo (2013) destaca que a própria divisão internacional do trabalho também está ligada entre os países e configura uma situação de dependência.

Esta relação de dependência entre os países, dada pela divisão internacional do trabalho, está, como argumentou Marini (1973); diretamente relacionada ao conceito de superexploração da força de trabalho. Esta última, por sua vez, gera pagamentos abaixo de seu valor para os trabalhadores, produzindo nas economias dependentes problemas de distribuição de renda, além de agravar as contradições internas do capitalismo (CARCANHOLO, 2013). Por isso, para Carcanholo (2013), as economias dependentes atuais possuem as seguintes características: superexploração da força de trabalho, transferência de valor e troca desigual entre as economias, remessas cada vez maiores das economias dependentes para as centrais através da financeirização, como pagamentos de juros e dívidas externas, alta concentração de renda e riqueza e graves problemas sociais características essas muito presentes tanto no Brasil como na Argentina, nas décadas recentes.

Entretanto, as economias dependentes atuais podem experimentar breves momentos de alto crescimento econômico, quando o cenário internacional se torna favorável (CARCANHOLO, 2013). Isso acontece quando as economias centrais estão crescendo em ritmo acelerado e geram facilidades

de obtenção de créditos para os países periféricos, além de importarem mais produtos primários. Todavia, quando este ritmo desacelera e o capitalismo entra em uma das suas crises cíclicas, a situação de dependência dos países é agravada, com o aumento das suas dívidas e vulnerabilidade externa (CARCANHOLO, 2013).

Tendo em vista as fases de dependência ressaltadas por Amaral (2007), Carcanholo (2013) destaca a historicidade da dependência, visto que observamos diferentes momentos históricos em que o capitalismo gerou estas situações. A teoria marxista da dependência, segundo este autor, é cada vez mais atual, pois ela se torna uma das poucas teorias capazes de explicar as crises contemporâneas deste modelo econômico.

3.4 Considerações finais à seção

Foram apresentadas aqui as bases teóricas que norteiam a pesquisa acerca dos limites estruturais do novo desenvolvimentismo latino-americano. Os limites econômicos do modelo novo desenvolvimentista são analisados a partir da teoria da dependência, em sua vertente marxista. A análise do novo desenvolvimentismo por meio da teoria da dependência demonstra sua incapacidade em desenvolver de forma autônoma os países da América Latina, além de destacar o seu tempo de sucesso limitado tendo em vista as amarrações estruturais do capitalismo moderno. O processo de industrialização da América Latina, orientado pelas teses cepalinas de desenvolvimento interno, segundo Santos (2000) estaria fadado ao fracasso, visto que não combate a orientação externa das economias latino-americanas.

Os modelos de desenvolvimento, como o nacional desenvolvimentismo ou o seu *revival*, o novo desenvolvimentismo, que não combatem as estruturas que condicionam o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; apenas aumentam relação de dependência com o centro, tanto interna quanto externamente (DIAS, 2012). Dessa forma, a exportação de produtos primários latino-americanos para a Europa implica na exploração do trabalho relativo nos países subordinados, fazendo com que nos países centrais; os capitalistas possam aumentar os salários dos seus empregados e adquirir produtos mais baratos sem perder lucro (DIAS, 2012). Diante dessa estrutura de exploração perversa, os países dependentes, o modelo novo desenvolvimentista permitiu o

crescimento provisório sem distribuição de renda e com extrema marginalidade e violência (CARCANHOLO, 2005).

Políticas de desenvolvimento de países latino-americanos partindo do consumo e mercado interno, não atacam um dos principais problemas do capitalismo dependente: a superexploração do trabalho e do trabalhador. Diante disso, segundo Marini (2013), os países da América Latina experimentaram um processo de desenvolvimento e de industrialização dependente, baseado em desigualdades e no capital internacional. Conforme argumenta Marini (1973), o desenvolvimento latino-americano, sem a eliminação dessas amarras estruturais; somente aumenta a sua dependência em relação aos países do centro.

Em síntese, esta seção apresentou as bases teóricas para se analisar os casos novo desenvolvimentistas da Argentina e do Brasil na próxima seção. O foco será as políticas industriais, como a PITCE no Brasil e a Lei nº 25.924, de promoção de investimento em bens de capital e obras de infraestrutura, sancionada em 2004 e prorrogada em 2008 por meio da Lei nº 26.360, na Argentina. A partir disso, analisaremos como as articulações políticas e econômicas em torno delas promoveram de forma provisória o desenvolvimento dos países latino-americanos, sem, contudo, romper com as amarras estruturais que condicionam o desenvolvimento dos países dependentes.

4 – DEPENDÊNCIA EM ANÁLISE: OS CASOS DE BRASIL E ARGENTINA

Nos capítulos anteriores foram discutidas as bases teóricas para a análise dos modelos novos desenvolvimentistas argentinos e brasileiros. Neste capítulo são apresentados os estudos de casos do Brasil e da Argentina no que se refere a tentativa de implementação de um modelo novo desenvolvimentista, focalizando as políticas industriais dos governos Kirchner e Lula. A análise será mediada, como já antecipado, pela teoria marxista da dependência, destacando as limitações deste modelo e destas políticas. Dessa forma, o capítulo está estruturado em três seções. As seções a seguir trazem os estudos de casos da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior no Brasil e a Lei nº 25.924, de promoção de investimento em bens de capital e obras de infraestrutura, sancionada em 2004 e prorrogada em 2008 por meio da Lei nº 26.360, da Argentina. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais deste capítulo.

4.1 - O caso brasileiro: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Conforme argumenta Cepêda (2012), a tese do desenvolvimentismo emerge a partir da teoria do atraso produzida pelos pensadores da CEPAL, que formularam o argumento geral de que o chamado “atraso”, que era visto como um capitalismo incompleto de certas sociedades faz, na verdade, parte de um sistema econômico que se desenvolve de maneira desigual. Desse modo, o que antes era denominado como posição de “atraso”, passa a ser considerado como uma relação desigual entre pares subdesenvolvidos e desenvolvidos.

O termo desenvolvimentismo indica um processo, um movimento de transformação contínua da dimensão social. No Brasil, a tese do desenvolvimentismo, teve expressão no pensamento social com autores como o já citado Celso Furtado e, entre outros, Roberto Simonsen¹⁹, que relacionavam o déficit de identidade nacional com o legado colonial. No campo teórico, estes

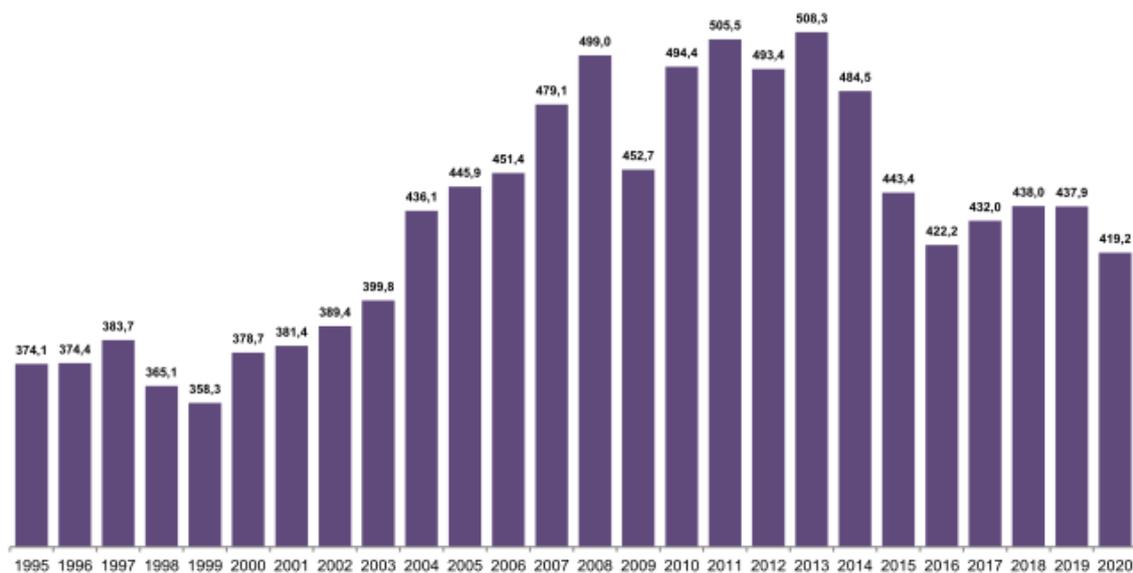
¹⁹Para saber mais sobre o assunto, consultar *Formação Econômica do Brasil* (1995) e *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1971) de Celso Furtado e *Orientação industrial brasileira* (1928) e *Evolução industrial do Brasil e outros estudos* (1973) de Roberto Simonsen.

autores afastaram-se do liberalismo clássico que começou com Smith e aproximaram-se do corporativismo (CEPÊDA, 2012).

A crença de que o desenvolvimento do país seria alcançado através do processo de industrialização nacional esteve apoiada nos estudos clássicos do estruturalismo da CEPAL (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). Para esta escola de pensamento, a industrialização auxiliaria na construção de centros internos de decisão política e na reconstrução das relações entre centro e periferia do capitalismo mundial (CURADO, 2013). Durante os anos 1960 até os anos 1980, a volta do modelo agroexportador com a volta da dependência do capital internacional substituiu o modelo nacional desenvolvimentista no Brasil. Desse modo, após 1994, políticas de contenção inflacionária e de estabilidade de preços passaram a guiar as políticas brasileiras de desenvolvimento, tendo em vista que o país saía de quadros de graves crises econômicas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018).

Nesse sentido, no início dos anos 2000, Lula assume o governo do Brasil implementando políticas econômicas ortodoxas, combinadas com políticas sociais de combate à pobreza e de redistribuição de renda (MORAIS; SAAD-FILHO, 2011 *apud* SILVA, 2015). Apesar de manter o modelo econômico do governo anterior, o governo Lula se diferenciou do seu antecessor por incorporar no campo políticos atores historicamente excluídos do processo decisório, além de aumentar por meio de políticas específicas o consumo de massas (SOUZA; MARSIGLIA, 2018). Já, o segundo governo Lula incorporou mais elementos novo desenvolvimentistas, intensificando as políticas de consumo de massa, de planejamento estatal e de investimento na estrutura produtiva, conforme observamos no gráfico da evolução do valor agregado da indústria manufatureira abaixo (SILVA, 2015).

Gráfico 1. Evolução do valor agregado da indústria manufatureira (Em Bilhões de Reais – Preços Constantes)

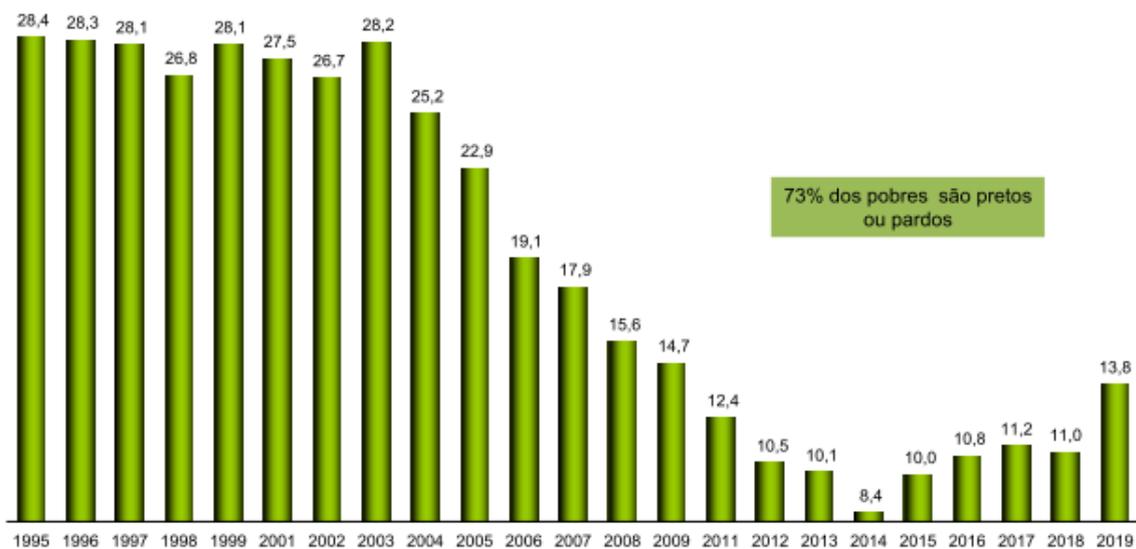


Fonte: GOMES, G.; CRUZ; 2021.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, representou, segundo André Singer (2009), o início de um novo projeto político no país. De acordo com este autor, o governo Lula teve como vantagem em relação ao governo anterior, a conquista de uma parcela da população que Karl Marx denominava de subproletariado.

Recuperando o texto clássico do “O 18 de Brumário”, no qual Marx afirma que os camponeses franceses representavam um grupo social desorganizado, que necessitava ser estruturado “de cima para baixo”, Singer (2009) busca estabelecer importantes comparações com a realidade brasileira. Singer (2009) transfere o referido conceito para a realidade nacional, ao argumentar que as políticas sociais do governo Lula atingiram não a classe trabalhadora organizada desde 1970, mas aquelas frações de classe marginalizadas no que se refere aos direitos políticos. Por isso, o eleitorado de Lula foi composto por categorias como empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores que não possuem as condições mínimas de participação na luta de classes, conforme mostra o gráfico abaixo (SINGER, 2009).

Gráfico 2. Taxas de pobreza - Brasil, 1995-2019 (Em % da população total)



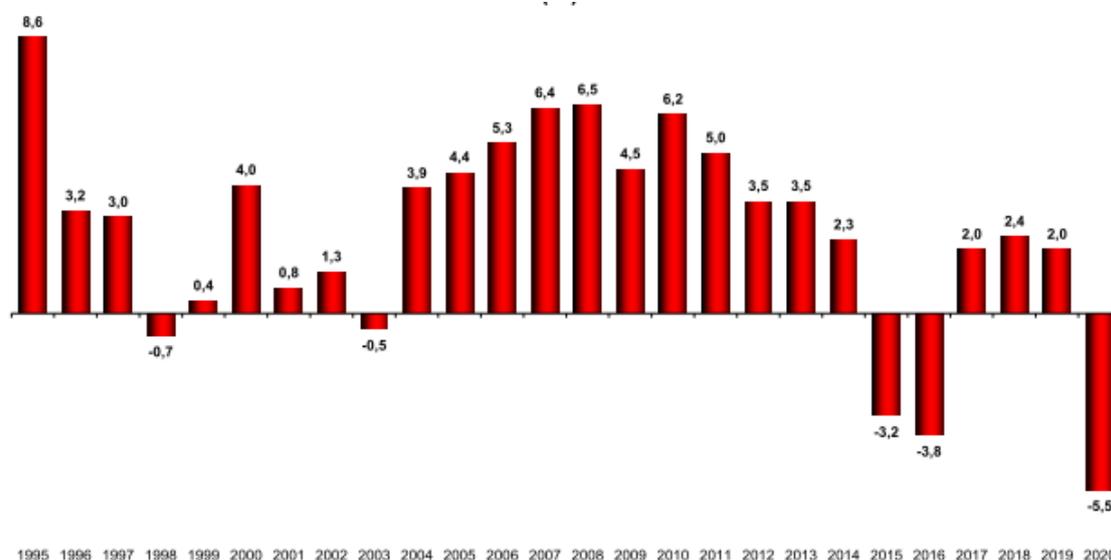
Fonte: GOMES, G.; CRUZ; 2021.

Com a ascensão de Lula ao poder em 2003, o PT afastou-se da antiga posição crítica às políticas de estabilização econômica adotadas por FHC. Isso porque os eleitores de baixa renda foram beneficiados pela estabilidade, visto que são eles os mais prejudicados em situações de crises econômicas. Assim, Lula deu prosseguimento às políticas econômicas de Cardoso. Contudo, o “pulo do gato” de Lula, segundo Singer (2009), foi direcionar as políticas econômicas ortodoxas para a expansão do mercado interno, o que favorecia as classes mais pobres. Entre as políticas implementadas pelo governo Lula voltadas para o subproletariado, podemos destacar o Bolsa Família, a política de controle de preços, o aumento real do salário mínimo, o crédito consignado e o Estatuto do Idoso.

Contudo, apenas a atuação do Bolsa Família não explica o aparente sucesso do que Singer (2009) denominou como lulismo. É preciso levar em consideração, as políticas de controle de preços do governo Lula, que variou os preços dos produtos da cesta básica somente entre 3% e 4%, em Recife e Fortaleza, por exemplo. Além disso, o aumento real de 24,25% no salário mínimo durante o primeiro mandato de Lula contribuiu para o aumento do poder de consumo das classes mais pobres. Como consequência, elas experimentaram uma sensação de bem-estar, já que produtos antes inacessíveis, como os

eletrônicos, passaram a encaixarem-se nos orçamentos dessas famílias, conforme demonstrado no gráfico abaixo (SINGER, 2009).

Gráfico 3. Consumo das famílias - Variação anual (%).



Fonte: GOMES, G.; CRUZ; 2021.

Somado a isso, a implementação do crédito consignado fez parte de uma série de iniciativas oficiais que visavam expandir o financiamento popular, incluindo o aumento do empréstimo à agricultura familiar, do microcrédito e da bancarização de pessoas de baixíssima renda (SINGER, 2009). Por outro lado, o Estatuto do Idoso, de 2004, diminuiu a idade mínima para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de 67 para 65 anos, o que aumentou a renda das populações idosas mais vulneráveis.

No nível constitucional, Lula, assim como Cardoso e Dilma, também foi obrigado a recorrer a emendas constitucionais para a implantação das políticas de seu governo. Em vista disso, Arantes e Couto (2009) argumentam que a Constituição de 1988 possui alto número de *policy*, que se refere às políticas públicas do governo. Isso significa a constitucionalização da agenda governamental, por isso os governos têm que atuar no plano constitucional para implantarem os seus programas. A Reforma Previdenciária, por exemplo, iniciada no governo Lula, foi efetivada pelas Emendas Constitucionais n^{os}. 41, de 2003, e 47, de 2005. De acordo com Melo (2004), a partir desta reforma, o

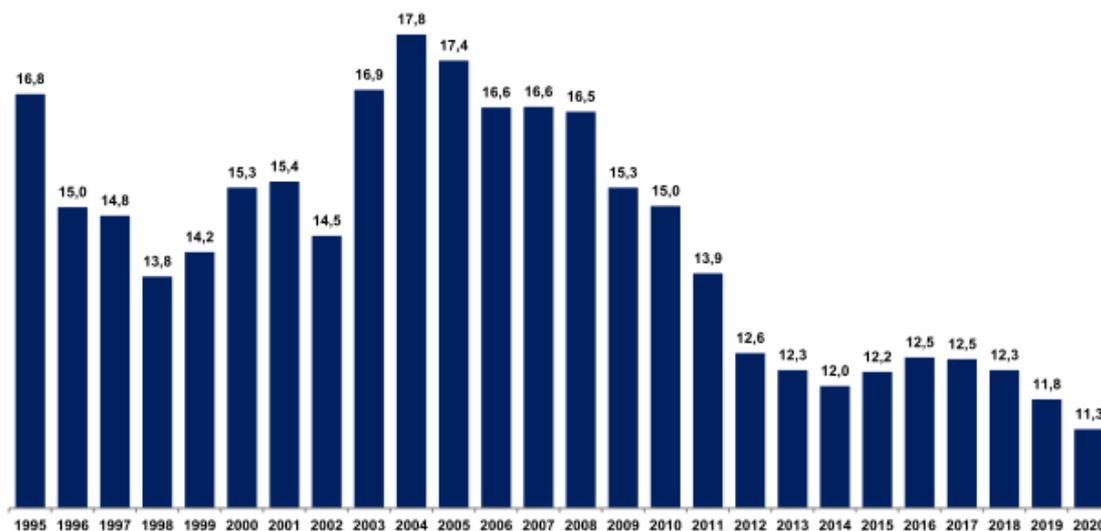
governo optou por um modelo misto, que une o sistema público de saúde com o sistema privado, que atua como complementar.

No campo econômico, o governo Lula utilizou-se da política monetária e da política tributária para impulsionar o desenvolvimento nacional. Cabe adiantar que a política monetária é uma das formas do governo intervir na economia e alterar a liquidez do sistema econômico, principalmente através de três mecanismos: a taxa básica de juros (Selic); o depósito compulsório e a taxa de redesconto. No que se refere a taxa Selic, o seu aumento interfere no custo das compras a prazo dos consumidores, tendendo a diminuir o consumo, sendo, nesse caso, uma política contracionista. Já, a diminuição da taxa de Selic, pelo contrário, estimula o consumo e configura uma política expansionista.

Em vista disso, a literatura indica o governo Lula (2003-2010) como caracterizado por políticas que se aproximaram do novo desenvolvimentismo. Todavia, segundo Erber (2011), o governo Lula foi marcado pela tensão entre a coalizão neoliberal que predominou nos anos 1990 e a emergência dos defensores do modelo novo desenvolvimentista. A coalizão neoliberal atuou como poder de veto, resistindo a mudanças em áreas que consideravam essenciais, como o mercado financeiro.

Segundo Batista Júnior (2005), em 2003, pela primeira vez, o Brasil, sob o governo Lula, questiona o modelo de acordo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), negociado a partir das diretrizes dos Estados Unidos. Tal fato demonstrou o novo posicionamento dos governos de Brasil e Argentina naquele período, visto que os esforços foram redirecionados para a formação de alianças e integrações entre os dois países latino americanos. No caso brasileiro, o governo Lula inaugurou uma nova postura nas negociações e posicionamentos internacionais (BATISTA JR, 2005). Ao contrário da subalternização do governo de Fernando Henrique, no período do governo Lula, o Brasil, no que se refere à política internacional, passou a se posicionar reforçando sua autonomia.

Gráfico 4. Participação da indústria de transformação no PIB (%).



Fonte: GOMES, G.; CRUZ; 2021.

O gráfico acima demonstra o acelerado processo de desindustrialização nacional, sendo que este não é um fenômeno novo. Todavia, no que se refere ao campo econômico, o governo Lula manteve as principais diretrizes do governo anterior e não enfrentou tal processo de desindustrialização. Apesar disso, superando as expectativas negativas, os primeiros anos do governo Lula, registraram crescimento das exportações e superávit na balança comercial, conforme demonstra o gráfico acima (BATISTA JR, 2005). É importante ressaltar, contudo, conforme argumenta Batista Jr, que os resultados excepcionais do governo brasileiro nos primeiros anos do século XXI não são méritos do governo FHC ou Lula. Isso porque não são resultados de políticas específicas ou direcionadas a essa área, mas sim da confluência positiva do mercado internacional, tanto no comércio como no mercado financeiro (BATISTA JR, 2005).

4.1.1 - Política industrial brasileira

O modelo novo desenvolvimentista brasileiro será analisado de maneira transversal, enfatizando a atuação do Estado na economia e a regulação do setor industrial, destacando a política industrial adotada pelos governos Lula. Isto porque os objetivos da política industrial são determinados pelo modelo econômico escolhido pelo governo (HAY, 1998). A escolha da análise das políticas industriais faz sentido, visto que também é o foco da teoria da

dependência de Marini (1973). Além disso, se, de acordo com os defensores do novo desenvolvimentismo, há de fato uma nova atividade estatal, a questão que orienta a pesquisa é se este novo protagonismo do Estado proporcionou uma intervenção potencialmente transformadora da estrutura da indústria (SCHAPIRO, 2012). Em outras palavras, na análise proposta, busca-se também visibilizar o porquê a retomada da ação estatal nestes países não foi marcada pela construção eficaz de uma nova trajetória de desenvolvimento voltado para o longo prazo, o que observamos nos governos Lula (PERES; PRIMI, 2009).

Nos últimos anos, as políticas industriais, abandonadas na década de 1990, são retomadas e articuladas com as políticas de ciência, tecnologia e inovação (DELGADO, 2010). Esta articulação destas áreas fica clara na experiência novo desenvolvimentista brasileira, já que o objetivo do governo Lula passa a ser a escolha estratégica de políticas assim como a preservação da governança (DELGADO, 2010). O foco não é mais o *catching-up* do desenvolvimento dos países centrais, mas o *leap-frogging*, isto é, tentar ultrapassar estes países em determinadas áreas de pesquisa (WADE, 2010).

Esta mudança de perspectiva está relacionada com a ideia de que a política industrial pode ser considerada como uma área estratégica do Estado, baseada em um planejamento de longo prazo, visando fortalecer as capacidades industriais e tecnológicas nacionais (WADE, 2010). Neste cenário, a política industrial novo desenvolvimentista está baseada no investimento na inovação, o que depende do fortalecimento das universidades e dos institutos de pesquisa nacionais (WADE, 2010). Dessa forma, observa-se no governo Lula, com as iniciativas como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e o Plano Brasil Maior, tentativas de impulsionar a inovação tecnológica e de fortalecer a indústria nacional. A articulação entre universidades, pesquisa e inovação é característica do cenário brasileiro, sendo pouco impulsionada na Argentina.

De acordo com Castro (2015), a política industrial está diretamente relacionada com a capacidade de inovação de um país, sendo que, no caso brasileiro, observa-se um complexo institucional, mais amplo que o da Argentina; o que dificulta a tomada de decisões. Além disso, o Brasil conta com instituições especializadas para financiar a indústria nacional, como o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e dos fundos setoriais.

Diferentemente da Argentina, que sofre com a falta de recursos e fontes de financiamento, o Brasil possuía o cenário ideal para o investimento em políticas industriais (CASTRO, 2015). Contudo, o que se observa no caso brasileiro, é que os financiamentos possuem regras inflexíveis, que dificultam atender as demandas das pequenas empresas. Somado a isso, as universidades e os institutos de pesquisa estão distantes dos centros de tomada de decisões sobre a indústria nacional, visto que estão limitados a determinadas esferas políticas (CASTRO, 2015).

Para Castro (2015), a arquitetura institucional das políticas industriais brasileiras não forma recursos humanos. Isso porque o investimento é rapidamente transformado em capital obsoleto, com a rápida perda de competitividade de máquinas e equipamentos. Tal cenário gera produtos com baixo valor agregado ou que perdem seu valor rapidamente (CASTRO, 2015). Além disso, o país especializou-se na exportação de recursos naturais, sendo que a maioria dos bens de capital e da tecnologia é importada. Em vista disso, Castro (2015) argumenta que o Brasil apresentou uma estrutura industrial incompleta e heterogênea, misturando áreas com alta e baixa tecnologia e baseada em mão de obra não qualificada. Os desafios da política industrial brasileira são os custos das adaptações tecnológicas; a articulação com os mercados internos e externos; estimular a inovação e; aproveitar as oportunidades para se destacar no cenário internacional. Diante disso, o projeto novo desenvolvimentista brasileiro apostou em políticas industriais capazes de lidar com o histórico nacional e com a reforma institucional (DELGADO, 2010).

A trajetória histórica das políticas industriais brasileiras foi marcada pelas tentativas de construção de uma economia nacional independente, contudo foram orientadas para atender as demandas internacionais (LEOPOLDI, 2000). Por isso, a presença de capital internacional e empresas transnacionais é destaque na história econômica brasileira. As políticas de substituição de importações, ao mesmo tempo em que tentaram fortalecer as indústrias nacionais, prejudicaram sua capacidade de inovação.

Em vista disso, as políticas industriais desenvolvimentistas e novo desenvolvimentistas brasileiras foram lideradas pelo Estado, que garantia

subsídios e financiamentos (CASTRO, 2012). Contrariando as reformas neoliberais de controle de gastos da década de 1980, o Estado, nos governos Lula, esteve à frente da expansão industrial do país. Herdados do período do velho desenvolvimentismo, os bancos públicos e as empresas estatais, como o BNDS e a Petrobrás, foram essenciais neste processo (DELGADO, 2010).

Enquanto na década de 1990, a política industrial era baseada nas exportações e em reformas estruturais de segmentos, no primeiro governo Lula foi adotado um planejamento a longo prazo com o Plano Plurianual (2004-2007) (DELGADO, 2010). Tal plano consistia no investimento do mercado de consumo de massas, a partir de melhorias de salários, de políticas de créditos e de transferência de renda, ao mesmo tempo em que previa o crescimento das exportações e das indústrias nacionais (DELGADO, 2010).

As críticas às políticas industriais de Lula focam na falta de coordenação entre o planejamento e a prática; sendo que os financiamentos do BNDES também eram criticados por destacar programas não tecnológicos. Contudo, apesar das críticas, o governo sucessor de Lula – Dilma Rousseff – anunciou o Plano Brasil Maior (PBM) em 2011, como tentativa de manter o crescimento industrial do país. Partindo das bases do PDP, o Plano Brasil Maior previa um planejamento de médio prazo que visava a diversificação da estrutura produtiva industrial brasileira (DELGADO, 2010).

Diante destas contradições das políticas industriais novo desenvolvimentistas brasileiras, Delgado (2010) argumenta que o desafio do país é investir na inovação. No velho desenvolvimentismo, as políticas industriais eram voltadas para o mercado interno, porém os custos de modernização eram grandes. Já, na experiência recente novo desenvolvimentista brasileira, a aposta era na diversificação da indústria nacional, tentando integrar a economia nacional à internacional (DELGADO, 2010).

As limitações e os obstáculos enfrentados pelas políticas industriais no governo Lula, como a tributação, a presença de multinacionais, capital internacional e a inovação, são legados históricos do Brasil, especialmente do velho desenvolvimentismo (DELGADO, 2010). Este último, por sua vez, possibilitou a criação do BNDES e da Petrobrás, essenciais para a experiência do governo Lula. Entretanto, conforme destaca Delgado (2010), um dos problemas de articulação das políticas industriais tanto no velho

desenvolvimentismo quanto do novo desenvolvimentismo, é a falta de comunicação entre o Estado e a classe empresarial.

Tal problema tentou ser resolvido com a articulação em torno do BNDES. Este último, por sua vez, desde a sua criação, em 1952, é essencial para as políticas de desenvolvimento, em especial as industriais, do Brasil. No entanto, até a década de 1990, este banco era considerado um coordenador de crédito doméstico (LEOPOLDI, 2000). A partir do governo FHC, o BNDES adquiriu o status de articulador de crédito e de exportação, saindo do mercado interno para a internacionalização. Seguindo esse caminho, no governo Lula, ele ganha mais destaque, tornando-se provedor de investimentos e financiamentos, sendo essencial para as políticas novo desenvolvimentistas com o Programa de Financiamento das Exportações de Bens e Serviços (PROEX) (LEOPOLDI, 2000). A atuação do BNDES permitiu a continuidade da política macroeconômica, mas também não impediu mudanças em relação aos governos anteriores (GAITAN; BOSCHI, 2015).

Uma das primeiras iniciativas do governo Lula foi a implementação da PITCE, em 2004, com o objetivo de incentivar setores industriais considerados prioridades, como bens de capital, maquinários e semicondutores (GAITAN; BOSCHI, 2015). A partir de uma tentativa de aliança com a classe empresarial brasileira, o governo Lula, em 2006, muda a condução do Ministério da Fazenda, nomeando Guido Mantega para o cargo (ERBER, 2011; SINGER, 2012). A partir disso, medidas e políticas consideradas de cunho desenvolvimentista e com a forte participação do Estado foram implementadas, visando aumentar a demanda de consumo de massas interno (BIELCHOWSKY, 2012). Em vista disso, nesse período, é anunciado também o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), baseado em investimentos pesados de bancos públicos, como o BNDES, para atividades produtivas (GAITAN; BOSCHI, 2015).

Como parte do programa de retomada do crescimento a partir da indústria nacional, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicou em 2002 um documento oficial que definia os objetivos e rumos da industrialização brasileira. Segundo este documento, a política industrial é descrita como um conjunto de ações coordenadas que envolvem o setor público e privado, visando aumentar o nível de competitividade da indústria nacional. O objetivo principal da política industrial é o crescimento econômico e a geração

de empregos, sendo indispensável para o projeto de desenvolvimento do país (IEDI, 2002).

Nesse sentido, aliado à política industrial é essencial o investimento no aumento da concorrência, da inovação tecnológica e da produção (IEDI, 2002). Por isso, as medidas horizontais, isto é, medidas gerais sem privilegiar setores; necessitam de apoio governamental constante, sendo que políticas específicas para determinados setores devem ter caráter complementar (IEDI, 2002). O documento de 2002 da IEDI define como medidas prioritárias para a política industrial nacional o investimento na educação; a redução das taxas de juros; a reforma tributária; a flexibilização do mercado de trabalho (IEDI, 2002). A partir disso, o governo deveria focar na criação de bases produtivas de produtos de alto valor agregado para venda interna e externa; incentivar os setores de inovação tecnológica e desenvolver as indústrias regionais (IEDI, 2002).

Em vista disso, conforme argumentam autores como Gaitan e Boschi (2016) e Castro (2015), as capacidades estatais no que se refere à política industrial do governo Lula estiveram relacionadas com a inovação. Tendo em vista que o desenvolvimento tem como pressuposto uma transformação da estrutura produtiva, os países latino-americanos, como o Brasil e a Argentina, precisam enfrentar o desafio histórico de equilibrar a sua produção e acelerar seu crescimento econômico (GAITAN; BOSCHI, 2015). Tal enfrentamento requer a diversificação da produção com políticas visando setores específicos, como a PITCE; além de apostar em alternativas para além da exportação de matérias-primas e de uma indústria incipiente (GAITAN; BOSCHI, 2015).

A implementação de políticas industriais setoriais se revela essencial, em países como o Brasil, para gerar competitividade e crescimento da produção (GAITAN; BOSCHI, 2015). Somado a isso, a capacidade de inovação em vários sentidos também é importante, sendo que é necessário fortalecer a produção e mercados internos (DELGADO, 2010). Para isso, o país precisa enfrentar seus dilemas estruturais, como a tributação, a presença de capital estrangeiro, a produção deficiente. O legado do velho desenvolvimentismo demonstra a crença na qual os investimentos na diversificação da produção industrial e no mercado interno podem ser uma alternativa (GAITAN; BOSCHI, 2015).

4.1.2 - A PITCE no governo Lula

Antes da análise da política industrial brasileira, é necessário um histórico dessa política, além de uma aproximação conceitual dessa categoria analítica. Podemos entender política industrial como um conjunto de medidas que proporcionam o desenvolvimento das indústrias, como incentivos fiscais; investimentos em infraestrutura; créditos subsidiados; ações estatais no processo produtivo; estabelecimentos de parcerias entre o setor público e o setor privado e; criação de zonas francas e zonas de exportação; entre outros exemplos. Dessa forma, a política industrial está diretamente associada com políticas de outros setores como a política de comércio exterior e política de desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, a partir de 1930, o processo de industrialização torna-se o motor do desenvolvimento nacional, com aplicação de Planos de Metas e Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). Tal objetivo foi consolidado com a consolidação da industrialização e a integração nacional em meados do século XX. Porém, nos anos 1980, os planos de desenvolvimento industrial começam a ser substituídos por planos de estabilização econômica, tendo em vista a crise pela qual o país passava.

Nos anos 1980, o Brasil secundaria o processo de industrialização e desenvolvimento nacional e passa a enfatizar políticas de estabilização. Esta mudança de perspectiva gerou impactos na forma de fazer política industrial no país após este período. Houve um forte alinhamento com o neoliberalismo, a partir de parcerias entre os setores públicos e privados, com enfoque na importação e conseqüente desestabilização e desnacionalização da indústria nacional.

O neoliberalismo ganha a sua maior expressão no Brasil durante o governo FHC. Este último, por sua vez, partiu da hipótese de que a indústria nacional enfrentava desafios em um momento de ajustes e reestruturação, com o real equiparado ao dólar e grande abertura da economia nacional. Contudo, o governo FHC apostava que através das políticas de estabilização e o fim da inflação, haveria um surto de investimentos que possibilitariam saldos positivos na balança de pagamentos e o aumento do nível tecnológico. O grande desafio para o governo FHC se pautava na retórica neoliberal de diminuir o risco Brasil, enfrentando gargalos econômicos e de infraestrutura.

Nos anos 1990, o governo brasileiro mudou a direção de suas políticas e passou a apoiar ideários neoliberais. Por isso, foram aprovadas transferências patrimoniais do setor público para o setor privado através de processos de privatizações, além da implementação de políticas de abertura comercial. Por óbvio, tais medidas não se configuram como política industrial.

Neste período, as políticas setoriais foram baseadas em instrumentos como câmaras também setoriais, ao invés de sobrepô-las a uma lógica maior de política industrial. Durante o governo FHC, a lógica imposta era de que a política industrial é consequência e não sua política econômica monetária. O governo FHC, neste contexto, lançou Planos Plurianuais denominados respectivamente de “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” baseados em medidas como corredores de exportação e eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

É importante ressaltar que a indústria nacional, apesar de todas essas medidas, é uma consequência e não causa das políticas econômicas no Brasil. Isso porque, segundo Coutinho (1995), é inegável o viés de antiprodução e pró-importação da política econômica decorrente do programa de estabilização brasileiro.

As consequências negativas deste programa mais amplo de estabilização foram a aceleração da desindustrialização de alguns setores e segmentos como bens eletrônicos, matérias primas químicas e bens de capital encomendados, entre outros. Além disso, tal processo também gerou a desnacionalização de alguns setores industriais como eletrodomésticos, higiene e limpeza. Todavia, os setores menos afetados foram os de energia, papel e celulose, siderurgia, processamento mineral, alumínio, etc. Esses setores industriais menos afetados concentraram um grande conjunto de investimentos pelo menos até 1998, porém, aquém do aumento do consumo nacional e do PIB. Somado a isso, novos investimentos foram destinados aos setores de bens duráveis como automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Estes setores foram protegidos por tarifas aduaneiras elevadas, sendo que também foram beneficiados por programas especiais de fomento.

O legado da política industrial do governo FHC, portanto, foi uma fragilidade competitiva da indústria nacional em todos os complexos industriais de alto valor agregado e conteúdo tecnológico. A competitividade só foi preservada em setores tradicionais de commodities em larga escala, de baixo

valor agregado, uso intensivo dos recursos naturais e insumos agrícolas. Como consequência, temos o enfraquecimento das empresas nacionais, com debilidade estratégica e de financiamento a longo prazo, dependência de recursos fiscais e endividamento externo.

Em outras palavras, segundo Coutinho (1995), temos uma especialização regressiva. Isso significa que o país passou a se especializar no uso intensivo de recursos naturais, seguindo a tradição de exportação de commodities, o que minou a competitividade da indústria nacional. A hipótese do governo FHC falhou, gerando antiprodução interna, desindustrialização, falta de incentivos para os setores tecnológicos nacionais. As indústrias nacionais, no governo FHC, foram fragilizadas e enfraquecidas com a abertura econômica e o real equiparado ao dólar, o que incentivou a forte importação.

Com o legado dessa especialização regressiva, o governo Lula assume o governo prometendo inovações e apostando em uma política industrial com uma perspectiva mais abrangente, a partir da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Os objetivos desta política eram diminuir as restrições externas à indústria brasileira, aumentar a competitividade no cenário internacional e aumentar a eficiência econômica com potencial de indução e competição internacional. Na prática, o que tivemos foi incentivo à inovação em pesquisas e patentes, enfocando aportes financeiros para projetos de monocultura agrícola, com benefícios fiscais para o setor de informática e aumento de negócios para exportação.

Com isso, o governo Lula apostou em conseguir recursos e fóruns de competitividade, que tinham como objetivo identificar os entraves ao desenvolvimento industrial e gerar soluções para eliminá-los, a partir de estratégias para o aumento de competitividade das empresas, com a atuação na interlocução entre o governo e o setor privado. A política industrial do governo Lula optou por setores intensivos em capital e tecnologia e não considerou setores transnacionais de insumos básicos como papel, celulose, vidro, aço e química. Tal projeto industrial não foi relacionado ao emprego e não levou em consideração a diversidade regional do país (KUPFER, 2004).

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, a política industrial ganhou destaque nas políticas públicas. A primeira iniciativa foi a PITCE, em 2004, que focava em setores privilegiados da indústria nacional.

Em seguida, foi implementada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, durante o segundo governo Lula, que ampliava os setores beneficiados pelo projeto industrial. Por fim, tivemos o Plano Brasil Maior (PBM), de 2011, implementado no final do governo Lula e impulsionado no governo Dilma Rousseff (KUPFER, 2004). Tendo em vista que o protagonismo da política industrial começa com a PITCE, sendo que ela se torna a base para as políticas posteriores; é necessário a análise deste projeto.

A PITCE fortaleceu a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o CNDI, porém estas instituições não conseguiram coordenar as políticas industriais (DE TONI, 2013). Por isso, em seu segundo governo, Lula implementa em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); que incentiva as indústrias de forma geral, sem atentar para setores prioritários (BRASIL, 2008). A partir disso, tentou-se fortalecer o CNDI com a articulação entre o Estado e a classe empresarial, com incentivos fiscais e financiamentos públicos.

Apesar de suas limitações, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) foi a principal coordenadora da PITCE, visto que na PDP tornou-se central para o programa do governo denominado Destaques Estratégicos (DELGADO, 2010). Um impulso a essas políticas foi o Programa de Sustentação de Investimento (PSI), lançado pelo governo em 2009, como resposta à crise econômica mundial (DELGADO, 2010).

Com o sucesso destas medidas, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) é lançada em 2008, buscando coordenar as medidas governamentais em prol do crescimento industrial nacional (GAITAN; BOSCHI, 2015). A PDP pode ser considerada como uma continuação da PITCE, sendo que ambas tinham como o objetivo recuperar a produção industrial do Brasil. Por isso, ambas políticas foram baseadas em medidas que garantissem a execução destes programas a longo prazo (GAITAN; BOSCHI, 2015).

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior de 2004, representou a retomada da importância para o governo brasileiro da política industrial (DELGADO, 2010). Esta política compreendia ações visando a inovação e a tecnologia, assim como a inserção do Brasil no mercado internacional e a modernização industrial (BRASIL, 2004). Associando políticas de bens de capital a tecnologias avançadas como nanotecnologia, a PITCE

baseou-se em incentivos fiscais e tributários a empresas, financiamento por meio de agências ou bancos públicos (como a FINEP e o BNDES) e a implementação de leis que a auxiliassem no arcabouço jurídico-institucional, como a Lei de Inovação, a Lei de Biossegurança e a Lei de Informática (BRASIL, 2005; DE TONI, 2013). Somado a isso, visando uma aproximação com as demandas sociais e dos empresários, a PITCE consolidou a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que propiciava a comunicação entre os setores do Estado e industriais (BRASIL, 2004).

A PITCE foi planejada para combater as vulnerabilidades externas da economia industrial brasileira, por isso voltou-se para a construção de produtos inovadores de exportação com alto valor agregado (KUPFER, 2004). O crescimento sustentável ainda era a prioridade do governo, mas o crescimento industrial era considerado um dos meios de se alcançar a estabilidade econômica (VERMULM, 2004). Em vista disso, os setores privilegiados pela PITCE foram aqueles voltados para a área de tecnologia, como bens de capital, semicondutores e software, apostando em pesquisas como forma de impulsionar projetos inovadores no país (KUPFER, 2004). Esta política foi financiada pelo governo através da criação de Fundos Setoriais específicos voltadas para o desenvolvimento industrial (VERMULM, 2004).

A PITCE foi baseada em três eixos principais que se complementam. O primeiro eixo consistiu em linhas de ação horizontais, compostas por políticas de incentivo à inovação e desenvolvimento tecnológico, à inserção externa e ao aumento da capacidade produtiva. Já o segundo eixo foi denominado de opções estratégicas, isto é, a seleção de áreas que seriam prioridades para o investimento; como os semicondutores, software, bens de capital, fármacos e medicamentos. Por fim, o terceiro eixo consistiu nas chamadas atividades portadoras de futuro, como a biotecnologia, nanotecnologia, biomassa, energias renováveis e atividades do Protocolo de Quioto (BRASIL, 2006).

Juntamente com a PITCE, o governo Lula anunciou a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), que teria a função de orientar as políticas industriais no Brasil (VERMULM, 2004). A partir do CNDI, o governo passou a se associar com o setor privado para promover o crescimento industrial, visto que o conselho foi composto por membros do Executivo e da classe empresarial. Somado ao CNDI, também foi criada a Agência Brasileira de

Desenvolvimento Industrial (ABDI), que teve como papel financiar os projetos industriais através da associação com outras instituições como o SEBRAE (VERMULM, 2004).

A partir da articulação com instituições como o CNDI e ABDI, a PITCE era baseada na política macroeconômica do governo e visava o crescimento sustentável da economia brasileira. Tal meta seria alcançada através de três pilares essenciais: a modernização do setor industrial, o que teria como consequência o aumento da produção; a produção de tecnologias inovadoras e; a expansão do comércio exterior, com o foco em exportar produtos com maior valor agregado ao invés de apenas *commodities* (VERMULM, 2004).

A partir da modernização industrial, a PITCE visava setores de produção, gestão, tecnologia, design e patentes; atingindo setores tradicionais e de menor porte com o objetivo de aumentar a produção (VERMULM, 2004). Uma das iniciativas deste pilar da PITCE foram os Arranjos Produtivos Locais (APL's), considerados instrumentos que impulsionariam o desenvolvimento regional. O objetivo de tais políticas como os APL's, é duplo. Em primeiro lugar, configura-se como uma tentativa de sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Um segundo objetivo é criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia (BARBOSA, 2017).

Além da modernização, o que guia a PITCE é a busca schumpeteriana pela inovação industrial, o que é exemplificado com a criação de um Sistema Nacional de Inovação, articulando os recursos em prol dessa área (VERMULM, 2004). A partir desse sistema, são incentivadas pesquisas e a criação de institutos e empresas voltadas para a inovação, como a biotecnologia e nanotecnologia; além da promoção de fóruns, conselhos e conferências que mantivessem o contato com as demandas da sociedade (VERMULM, 2004).

Já, no que se refere a ampliação do comércio externo, a PITCE focava na expansão das pequenas e médias empresas brasileiras e sua inserção no mercado internacional; porém sem renegar o mercado nacional interno (VERMULM, 2004). Sobre o mercado interno, a PITCE focava em políticas setoriais direcionadas para o desenvolvimento das regiões do país. A partir

delas, coordenaram-se diferentes políticas setoriais que lidaram com a questão do desenvolvimento regional, em várias regiões do país. Entre estas políticas, destacam-se os programas estaduais de políticas dos últimos anos, que têm como objetivo apoiar estudos e projetos para o desenvolvimento regional, através de políticas públicas estruturadas com as governanças regionais e iniciativas privadas. As parcerias entre os governos municipais e as empresas locais configuram-se por meio dos Arranjos Produtivos Locais, e tinham como objetivo melhorar a competitividade da economia local, gerando emprego e renda para a população (BARBOSA, 2017).

Reconhecendo as diferenças regionais e setorial no Brasil, a PITCE previa diferentes políticas de acordo com área demandada, tendo como foco principal aumentar a estrutura produtiva do país, para que ela seja capaz de abastecer o mercado interno e externo (VERMULM, 2004). As áreas privilegiadas pela PITCE foram aquelas que apresentavam déficit comercial, as quais são os semicondutores, software, fármacos e bens de capital. Porém, a PITCE não relegou as outras áreas para segundo plano, visto que todos os setores industriais seriam impulsionados por esta política (VERMULM, 2004).

A partir disso, o Ministério da Fazenda também ganhou protagonismo ao orientar as ações da PITCE, já que esta política seria um dos mecanismos do governo para impulsionar o crescimento do país através da mudança da estrutura industrial (VERMULM, 2004). Por isso, o financiamento do BNDES era essencial para sustentar a inserção dos produtos brasileiros no mercado externo e sua expansão no mercado interno (VERMULM, 2004).

Segundo o documento oficial da PITCE, o foco da política era o desenvolvimento da indústria nacional por meio do aumento da capacidade produtiva, da inovação tecnológica e do comércio exterior (BRASIL, 2004). O que se pretendeu foi mudar o patamar da indústria brasileira gerando mais competitividade; ao contrário das políticas indústrias dos anos 1960 e 1970, por exemplo, que focavam na capacidade física de produção (SALERMO, 2004).

Tendo em vista que a política industrial brasileira do século XX foi voltada para a capacidade física das fábricas, além da substituição de importações; com o Estado sendo o ator principal e atraindo o investimento externo direto, a PITCE foi inovadora nesse sentido (SALERMO, 2004). O que foi criado com essas políticas anteriores foi uma estrutura industrial variada e integrada, baseada no

metal e na mecânica, porém sem empresas voltadas para a eletrônica e tecnologias avançadas (SALERMO, 2004). A partir da PITCE, o Estado brasileiro volta a assumir o protagonismo e direcionar as políticas industriais, mas em prol da sua modernização e inovação, investindo em sua capacidade de articulação. Porém, a PITCE não combateu os problemas estruturais de dependência da economia brasileira.

Por isso, apesar de suas inovações, a PITCE sofreu críticas pela falta de coordenação dos órgãos e instituições envolvidas, além pela falta de objetivos e ações claras, como no que diz respeito à mão de obra e a outros setores industriais, como de calçados, tecidos, madeira, entre outros (ALMEIDA, 2011). Conforme argumenta Ignácio Delgado (2010), a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de 2004; a Política de Desenvolvimento Produtivo, de 2008; e o Plano Brasil Maior, de 2011; possuem contradições com a política macroeconômica dos governos Lula. Isso porque o Estado brasileiro não possui controle sobre o câmbio e os fluxos de capital, o que dificulta a implementação de políticas industriais que fortaleçam o mercado nacional.

A tentativa da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em 2004, não teve sucesso, tendo em vista a ausência de articulações entre o Estado brasileiro e o empresariado e a forte influência das multinacionais e do capital estrangeiro. Por isso, ao situar a ABDI à esfera estatal brasileira, a experiência fracassou em atender as demandas dos industriais e do mercado nacional (DELGADO, 2010).

Além disso, a PITCE enfrentou obstáculos como a política macroeconômica do governo e sua política de câmbio e de juros para a baixa da inflação (DE TONI, 2013). Dessa forma, a política de juros e de câmbio não se alterou em relação às políticas do governo anterior, ou seja, não ocorreu o processo de internalização de decisões políticas e nem houve busca por autonomia. Tais fatores são essenciais, de acordo com Marini (1973), para a superação do subdesenvolvimento. O sucesso das *commodities* no mercado internacional favoreceu o câmbio apreciado, o que prejudicou as políticas de apoio às indústrias nacionais. Logo em seguida, a crise política de 2005 e o escândalo do Mensalão geraram incertezas no mercado e diminuíram o investimento. Se a indústria brasileira cresceu 7,89% em 2004, chegou em 2005 e 2006 a 2,08% e 2,21%, respectivamente; recuperando-se no segundo governo

Lula (DE TONI, 2013). Todos esses obstáculos fizeram com que a PITCE perdesse força no governo Lula e outros projetos de políticas industriais foram implementados.

Partindo do pressuposto de que o novo desenvolvimentismo não rompeu com o neoliberalismo, deriva-se que, por suposto, a política industrial dos dois governos Lula também não se configurou como inovação. Ela não avançou no sentido de quebrar paradigmas, falhando em enfrentar os obstáculos estruturais impostos a elas. Tendo em vista que não rompeu com as estruturas herdadas, as políticas industriais novo desenvolvimentistas apenas tentaram aprimorar o cenário nacional e suas amarras, seguindo o pressuposto da social democracia.

No Brasil, observamos um forte teor de internacionalização da política industrial, principalmente após os anos 1980. Com o abandono da política de substituição de importação e a aposta em políticas de estabilização, a política industrial brasileira no início do século XXI segue a forte tendência de alinhamento ao comércio exterior, o que gera um processo de desindustrialização interna.

Segundo Almeida (2009), a política industrial brasileira enfrenta desafios em implementar incentivos à inovação, sendo que sua estrutura é baseada em setores de baixo e médio nível tecnológico. Por isso, o governo brasileiro tende a favorecer setores específicos e firmas individuais desde o período das políticas de substituição de importações do século passado. Dessa forma, para Almeida (2009), ocorre uma dualidade na política industrial brasileira moderna: o discurso oficial é de inovação, mas a prática é arcaica, com a prioridade para setores de baixa tecnologia.

Tendo em vista esta estrutura ambígua, a política industrial brasileira tende a se apoiar no investimento externo para o desenvolvimento de setores de inovação. Logo, os empresários industriais, no Brasil, preferem negociar diretamente com o governo, por meio de canais institucionais de comunicação diretos e individuais, o que incentiva o personalismo e inibe a formação de classes e associações empresariais (ALMEIDA, 2009). E é por isso que, muitas vezes, a inserção de países periféricos no mercado comercial global; leva a menos e não mais inovação tecnológica (ALMEIDA, 2009).

Dentro deste contexto, a PITCE no Brasil e outras políticas novo desenvolvimentistas, que tinham como objetivo a promoção da inovação

tecnológica; acabaram reforçando os padrões industriais tradicionais (ALMEIDA, 2009). Os últimos estudos do IPEA, mencionados por Almeida (2009), demonstram que no Brasil prevalece ainda o padrão de exportação de *commodities* primárias e a produção de produtos de baixo nível tecnológico, chegando a 60% do valor das exportações nacionais. Portanto, o padrão industrial econômico brasileiro não se modificou no século XXI com as políticas chamadas novo desenvolvimentistas voltadas para a inovação, o que lança luz às problemáticas de políticas como a PITCE (ALMEIDA, 2009).

Analisada mais a fundo, a concepção da política industrial do governo Lula, em especial da PITCE, baseia-se na mesma retórica neoliberal já utilizada por FHC de diminuir as restrições à exportação e aumentar a competitividade nacional. O foco era o comércio exterior, com a política industrial voltada para a exportação. Por isso, os incentivos à inovação são apenas retóricos também, já que ficaram restritos apenas às pesquisas e as patentes, beneficiando o setor tradicional do agronegócio.

Ao optar por setores intensivos em capital e tecnologia, o governo Lula privilegiou os setores que conseguiram manter algum nível de competitividade, como a Vale do Rio Doce por exemplo. Os setores privilegiados não são de alta tecnologia oriundos da quarta revolução industrial, mas setores tradicionais como mineradores e produtoras de *commodities*.

Operada desta maneira, a PITCE do governo Lula não rompeu com o paradigma anterior de FHC e histórico no país, de aposta nas exportações de produtos primários. As inovações geradas por esta política não foram suficientes para romper com as amarras estruturais. Contudo, um aspecto relevante também, é que o governo Lula manteve a hipótese do governo anterior de que a política industrial é consequência e não causa da política econômica. Por isso, o governo petista apostou em políticas setoriais de manutenção de emprego com incentivos fiscais e liberalização de créditos, o que se configura como uma política não industrial.

4.2 - O caso argentino: a Lei nº 25.924, de promoção de investimento em bens de capital e obras de infraestrutura

O caso argentino possui semelhanças com o caso brasileiro, visto que ambos os países experimentaram trajetória histórica de colônia, períodos

democráticos e ditatoriais, assim como período desenvolvimentista no século XX. Desse modo, apesar das diferenças históricas, sociais, institucionais e políticas, como a estrutura federalista de cada país, apontadas pela literatura, a Argentina e o Brasil observaram a ascensão do discurso neoliberal nos anos 1980 e 1990, como uma resposta ao período desenvolvimentista anterior, caracterizado pela forte presença do Estado. Nos dois países, os limites do modelo neoliberal foram evidentes e estes observaram a retomada do discurso desenvolvimentista no início dos anos 2000.

Anterior ao período novo desenvolvimentista, durante a década 1990, a implementação de reformas neoliberais do Estado argentino possibilitou o desenvolvimento da reestruturação do capitalismo, com a superação, no curto prazo, da estagnação econômica. Por isso, a classe empresarial argentina apoiou estas reformas. Contudo, a crise do final do século XX, gerou diminuição da competitividade econômica argentina e conflitos nas classes empresariais. Tal conflito não foi pautado por disputas entre propostas de desvalorização ou de dolarização, mas sim entre alternativas para a gestão da crise econômica argentina (SALVIA, 2017).

Para Salvia (2015), a Aliança, formada pela Frente País Solidário (Frepasso) e pela União Cívica Radical (UCR), entre 1999 e 2000 tentou implementar políticas que sustentassem a conversibilidade. Tais políticas consistiam conter o déficit fiscal para manter o crédito externo e melhorar as condições de investimento no país, porém não obtiveram sucesso. Somado a isso, escândalos de corrupção envolvendo a Aliança contribuíram para corroer a sua legitimidade (SALVIA, 2015).

Seguindo a tese de Salvia (2017), pode-se criticar o argumento de que haveria um conflito entre os empresários argentinos sobre a desvalorização da moeda e a dolarização da economia. O tempo entre a venda de empresas do Estado e a reação dos empresários argentinos foi longo, conforme argumenta Bonnet (2012). Além disso, para Salvia (2017), a evidência empírica da ação dos empresários argentinos não corrobora a hipótese de que haveria conflito entre aqueles que defendiam a desvalorização e aqueles que defendiam a dolarização.

O governo de Eduardo Duhalde (2002-2003) tinha como objetivo reconstruir o poder do Estado argentino, devastado pela crise neoliberal. A

proposta era limitar a influência do capital financeiro e apoiar o capital industrial na política econômica argentina daquele período (GÁLVEZ, 2011). Os empresários argentinos propuseram um programa de saída de crise baseado na desvalorização da moeda nacional, pesificação e aumento da exportação, visando melhorar a competitividade da produção de bens (SALVIA, 2012).

Nos anos 1990, a Argentina se aprofundou no ideário neoliberal, com políticas de liberalização econômica, privatizações, regime de câmbio fixo contra a hiperinflação (CUNHA; FERRARI, 2009). Porém, tais políticas não surtiram efeitos e mergulharam o país em uma crise generalizada envolvendo problemas econômicos, políticos e sociais. A crise argentina, no início dos anos 2000, resultou em luta política entre os adeptos da teoria neoliberal que defendiam a adoção do dólar como moeda nacional e seus críticos que defendiam a desvalorização da moeda nacional (AZPIAZU; SCHORR, 2010). Os adeptos do neoliberalismo eram as empresas multinacionais e os críticos eram os defensores de um projeto nacional de desenvolvimento, compostos por empresas de bens nacionais (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

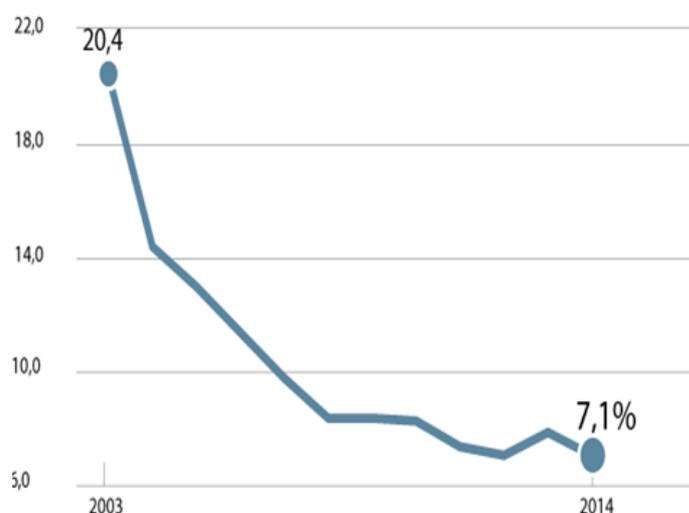
Tal conflito social fez com que o governo transitório de Eduardo Duhalde (janeiro de 2002 a maio de 2003) adotasse políticas alternativas como câmbio competitivo e superávit fiscal e comercial (GAITÁN; BOSCHI, 2015). O seu sucessor, Néstor Kirchner, manteve os pilares macroeconômicos do governo anterior, além de renegociar a dívida nacional. A eleição de Kirchner foi possível através do apoio da maioria do Partido Justicialista e de principais líderes partidários que apoiavam um projeto nacional de desenvolvimento.

No início dos anos 2000, a Argentina possuía mais da metade da população em condições de pobreza, mercado de trabalho desestruturado, gravíssimos problemas de distribuição de renda, entre outros desafios (CEPAL, 2006). Contudo, após a crise da dívida externa e com um ambiente externo favorável, a Argentina voltou a apresentar bons índices de desenvolvimento econômico a partir do primeiro governo Kirchner.

Os trabalhadores organizados e desocupados representaram um grupo de forte apoio para os governos Kirchner, visto que o trabalho foi setor importante no projeto político deste período, conforme demonstra o gráfico 5, sobre a diminuição do desemprego no país durante o kircherismo (GAITÁN; BOSCHI, 2015). Medidas como Decreto nº 1.095/2004, o *Consejo del Empleo*, la

Productividad y el Salario Mínimo, Vital y Movil; o Plano Nacional de Regularização do Trabalho, em 2003; a Lei nº 26.428/2008; entre outros; foram medidas que visavam proteger a classe trabalhadora contra a flexibilização do regime de trabalho (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

Gráfico 5. Desemprego na Argentina durante os anos de kircherismo (Em porcentagem)



Fonte: <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/capitulo-2.php>

O apoio popular aos governos Kirchner foi sustentado pelo aumento do nível de emprego, o aumento dos salários e a produção de programas sociais, além, é claro, de basear o crescimento econômico a partir da expansão do consumo interno; algo similar ao que ocorreu com o governo Lula no Brasil (GAITÁN; BOSCHI, 2015). Com isso, o aumento do consumo estimulou o crescimento da produção industrial, considerada pelos governos Kirchner como setor essencial do país e motor da inclusão social (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

Conforme argumenta Mechón (2007), o governo Kirchner comprometeu-se em adotar uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada em políticas macroeconômicas articuladas com incentivos à produção. Por isso, o governo estabeleceu três prioridades. A primeira era a manutenção da taxa de câmbio real em um nível competitivo. Em segundo lugar, o objetivo era o estabelecer

uma política fiscal em sintonia com as metas de desenvolvimento do país. Por fim, o governo prezava pela implementação de políticas de distribuição de renda (MECHÓN, 2007).

Tabela 1. Crescimento do PIB, inflação e taxa de investimento na Argentina entre 2002 e 2011.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Taxa de crescimento do PIB	-10.9	8.8	9	9.2	8.5	8.7	6.8	0.9	9	6*
Inflação**	25.9	13.4	4.4	9.6	10.9	17.7	22.6	13.3	19.5	Nd
Taxa de investimento	12.5	14.1	18.7	20.8	23.0	24.1	25.2	21.2	24.5	24.4

Fonte: Anuário Estatístico da Cepal de 2010 para 2011, previsões do FMI (abril de 2011), previsões da Global Economic Outlook (2007).

No que se refere às políticas monetárias e cambiais, no governo de Nestór Kirchner, a Argentina adotou um regime cambial flutuante de juros, combinado com metas de expansão, moderando a taxa de juros (CUNHA; FERRARI, 2009). Já, no que diz respeito às políticas fiscais, as receitas foram pautadas pelas taxações de importações e se beneficiou pela expansão do mercado de commodities naquele período (CUNHA; FERRARI, 2009).

Os gastos, durante a administração Kirchner, foram, de maneira geral, estáveis e pautadas por redistribuições, como gastos em infraestrutura (CUNHA; FERRARI, 2009). Diante disso, para Mechón (2007) e Damil, Frankel e Maurizio (2007), o governo Kirchner teve como intenção a socialização dos ganhos conjunturais do cenário internacional favorável. Isso permitiu a reestruturação da dívida do país, aliado ao crescimento da renda com manutenção de políticas externas e fiscais consistentes (CUNHA; FERRARI, 2009). Em outras palavras, segundo estes autores, com um cenário externo favorável aos países latino-americanos e políticas heterodoxas, a Argentina conseguiu recuperar, por um

breve período, a capacidade do Estado em planejar políticas e estratégias de desenvolvimento.

Já, conforme argumenta Salama (2012), esta retomada de crescimento econômico argentina nos anos 2000, pode ser explicada pelo abandono da política de taxa de câmbio real dos anos 1990. Mas, com o abandono do plano de conversibilidade, que tinha como base a paridade entre o peso e o dólar, a Argentina passou a enfrentar a desvalorização da sua moeda. Porém, a partir de 2003, o governo Kirchner conseguiu proteger a indústria nacional com a taxa de câmbio, o que proporcionou o crescimento deste setor (SALAMA, 2012). Somado a isso, o país observou o aumento do número de empregos e a revalorização salarial, que também auxiliou no processo de crescimento da economia nacional (SALAMA, 2012).

Em vista disso, para Damill e Frenkel (2013), o período de 2003 a 2007 do governo Kirchner, pode ser considerado como o “lustru virtuoso”, com crescimento econômico e bem-estar social. Tais resultados geraram alta dos lucros e da valorização do capital, o que incentivou os investimentos (SALAMA, 2012). Segundo Salama (2012), instalou-se no governo Kirchner esse “círculo virtuoso” com o cenário internacional favorável com o preço elevado das commodities e a alta de exportações de produtos industriais (SALAMA, 2012).

Este “círculo virtuoso” experimentado não só pela Argentina, mas pela América Latina nos anos 2000, foi impulsionado, entre outros fatores, pelo crescimento da China e da Índia e sua crescente demanda por commodities. Como consequência, a indústria latino-americana respondeu ao estímulo externo, aumentando seus níveis de produtividade. Somado a isso, os governos tenderam a manter taxas de câmbio múltiplas, com o objetivo de atingir uma taxa depreciada para favorecer as exportações e proteger a indústria interna, dificultando as importações (SALAMA, 2012).

Quadro 1. Evolução do salário real conforme o tamanho das empresas e a natureza dos empregos, 2003-2006.

	2° trim. 2003	2° trim. 2004	2° trim. 2005	2° trim. 2006
Total	736.5	782.6	939.5	1154.1
Formais	904	942.6	1123.3	1372.3
Informais	492.6	527.2	617.7	754.8
Microempresas	476	522.2	643.8	721.1
Formais	646.9	716.1	911	1038.7
Informais	399.5	433.1	510	624.7
Pequenas e médias empresas	683.5	741	877	1073
Formais	781.3	837.7	986.5	1189.3
Informais	532.4	571.9	681.2	857.9
Grandes empresas	1958.2	1078.2	1264.7	1568.8
Formais	1101.2	1114.1	1311.8	1633.1
Informais	802.8	838.2	901.3	1008

Fonte: SALAMA; 2012.

Porém, a partir de 2007, este ciclo virtuoso foi prejudicado pela inflação, já que os ganhos passaram a se deteriorar (FRENKEL; RAPETTI, 2006; DAMILL; FRENKEL, 2013). Somado a isso, a crise internacional de 2008, ajudou a aumentar o sentimento de instabilidade no mercado argentino, contribuindo para a alta inflação, perda de ganhos, conflitos internos e derrotas do governo nas eleições legislativas de 2009 (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

Entretanto, apesar desta crise, o governo Kirchner mostrou boa capacidade de rearticulação política, criando instituições como o Ministério de Produção e implementando medidas emergenciais para liberar crédito público e subsídios para aquecer novamente o mercado interno. (GAITÁN; BOSCHI, 2015) Por isso, após quedas e crises, a economia argentina voltou a crescer entre 2010 e 2011, já sob o comando de Cristina Kirchner.

A ação emergencial do governo de Cristina Kirchner entre 2008 e 2009 foi baseada na maior regulação estatal da economia. Diante disso, no primeiro mandato de Cristina Fernández Kirchner (2007-2011), foram estatizados os depósitos privados do sistema *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones* (AFJP); a regulação sobre compra de moeda internacional foi aumentada; o controle de importações cresceu com resolução nº 3.252 da *Administración Federal de Ingresos Públicos* (AFIP) implementando o Regime de Declaração Antecipada (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

Diante da maior intervenção do Estado na economia, o setor empresarial e industrial argentino se viu dividido entre aqueles que aprovaram as ações do governo Kirchner e aqueles que as criticavam em prol de maior liberalização da economia. Não só a classe empresarial e industrial argentina era fragmentada em relação à coalização do governo Kirchner, como também a classe trabalhadora, que é marcada por disputas históricas entre sindicatos, e agravadas pela diminuição de empregos com a crise de inflação (GAITÁN; BOSCHI, 2015).

Surge aí um quadro paradoxal. Por um lado, a classe trabalhadora argentina dividida tem dificuldades em demandar direitos e a crise econômica tende a acirrar essas disputas e a prejudicar os trabalhadores. Por outro, a indústria, considerada como setor motor do projeto de desenvolvimento nacional do governo Kirchner, não possui o caráter schumpeteriano de investir em inovação e tecnologia, o que mostra as suas limitações de produção. A indústria argentina, durante o governo Kirchner, demonstra-se como extremamente fragmentada, dependente de recursos externos e desnacionalizada; tendo uma burguesia industrial com baixa articulação e capacidade de investimento (GAITÁN; BOSCHI, 2015). Por isso, as políticas industriais dos Kirchner acabaram reforçando a concentração industrial na Argentina (AZPIAZU; SCHORR, 2010).

Gráfico 6. Inflação na Argentina durante os anos de kircherismo (Em porcentagem)



Fonte: <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/capitulo-2.php>

Aliado às arrecadações fiscais decorrentes destas políticas, o governo Kirchner conseguiu equilibrar as contas públicas e a pressão das dívidas externas. Todavia, o “círculo virtuoso” criado pelo governo Kirchner foi prejudicado pela inflação crescente, invertendo-se em um círculo vicioso (SALAMA, 2012). Em vista disso, a alta inflação gerou a queda do poder aquisitivo e a revalorização da taxa de câmbio, assim como prejudicou as exportações com a indústria nacional perdendo competitividade (SALAMA, 2012). Esta inflação, segundo a literatura, está relacionada a inúmeros fatores, tais como manutenção de taxa de câmbio depreciada, conflitos de distribuição de renda, problemas estruturais de produção, entre outros (AMICO; FIORITO, 2010), comprometendo o modelo chamado novo desenvolvimentista do país.

É importante registrar que, devido as heterogeneidades estruturais, a Argentina convive com crises internas desde os anos 1990, mesmo com picos de crescimento como em 2008. Tais instabilidades fizeram com que a partir de

2009, o país observasse fuga de capitais e redução de seu ritmo de crescimento. No que diz respeito às políticas, em especial as industriais, os governos dos Kirchner falharam em não investir em políticas de inovações, concentrando-se no investimento direto externo e substituição de importações, que possuem alcance temporário e pouco abrangente, além de reforçar a sua dependência estrutural (FEIX; TATSCH, 2018).

Em síntese, o crescimento da economia argentina a partir de 2003 foi resultado das mudanças ocorridas em 2002, com o novo impulso a produção industrial nacional. Entre 2004 e 2008, o mercado mundial foi favorável a economia argentina, com a grande produção e exportação de commodities. A partir disso, Néstor Kirchner conseguiu reconstruir a legitimidade do sistema política e da governança argentina, continuando a política econômica do governo anterior (SALVIA, 2015). Desde o início, a meta era manter a competitividade da economia argentina para garantir o superávit comercial, assim como revitalizar o mercado doméstico (PEIRANO, 2011). Na mesma linha, Cristina Kirchner contou com a permanência do preço do dólar estável, o que favoreceu as exportações e permitiu o acúmulo de reservas (SALVIA, 2015). Além disso, os governos Kirchner contaram com o aumento do consumo interno favorecido pela recuperação do salário real baseado na negociação salarial de 2004. Tal acordo entre empresários e trabalhadores no Ministério de Trabalho argentina contava com aumentos adicionais não remuneratórios concedidos pelo Poder Executivo, assim como a atualização do salário mínimo (PALOMINO; TRAJTEMBERG, 2006). Apesar de gerar uma situação de maior subordinação do trabalho ao capital do que nas décadas anteriores, esse acordo levou a estabilidade nas relações trabalhistas (PIVA, 2011). Essa negociação salarial é vista por Grigera e Eskenazi (2013) como uma fragmentação dos salários, com melhoria relativa das condições dos trabalhadores.

Em vista disso, o aumento do consumo interno e o aumento dos preços das commodities beneficiaram os países latino-americanos, como a Argentina e permitiram o breve ciclo de crescimento econômico do início do século XXI (SALVIA, 2015). Contudo, o conflito entre as classes dominantes argentinas e a crise financeira internacional em 2009, começou a demonstrar os limites deste ciclo de desenvolvimento do país. Desse modo, a economia passou a estagnar,

com aumento da inflação que minou os aumentos salariais, além da diminuição gradual da competitividade nacional (SALVIA, 2015).

O governo passou a recuar na questão salarial e a apoiar políticas de distribuição, não se concentrando em trabalhadores não registrados, aposentados e desempregados. Mas, a variação do peso argentino, a política distributivista e o crescimento de subsídios para conter em baixa os serviços públicos, somado a importação de combustível, geram desgastes nos campos fiscais e comerciais (SALVIA, 2015).

De acordo com López e Insua (2018), as consequências do projeto político e econômico do neoliberalismo para a economia argentina resultaram no aprofundamento da dependência estrutural do país. Os anos pós neoliberalismo demonstraram disparidade entre setores econômicos e desigualdade crescente na Argentina. As tentativas do novo desenvolvimentismo argentino não conseguiram reverter estes efeitos, pelo contrário, aumentaram a dependência com o investimento em exportações de produtos primários.

Isto posto, dez anos após a grave crise de 2001, Mariano (2015) já avaliava que a crise neoliberal possibilitou uma nova etapa de desenvolvimento, que não correspondeu às expectativas de mudança social do período. O novo desenvolvimentismo kirchnerista foi criado pelo projeto neoliberal e teve como objetivo reproduzir as bases exclusivas deste modelo de exploração natural, de insegurança e desigualdade generalizada. Claro que isto não implica em desconsiderar as mudanças ocorridas durante os governos Kirchner, como a melhoria do bem-estar social e o crescimento econômico, mesmo que tenham sido provisórios (MARIANO, 2015).

O novo desenvolvimentismo kirchnerista foi favorecido pela demanda do mercado mundial por commodities, sendo que foi baseado para a produção de matérias-primas e insumos para a exportação (MARIANO, 2015). Por isso, o novo desenvolvimentismo argentino consolidou a posição periférica deste país e o subordinou ao capitalismo global. Os limites deste projeto se tornaram evidentes e foram exacerbados com crises ou reviravoltas no cenário global, o que reforça o argumento de sua dependência estrutural externa (MARIANO, 2015).

Conforme argumenta Mariano (2015), a expansão do emprego executada pelos governos Kirchner não eliminou a pobreza e a exclusão de quase um terço

da população argentina. Isso leva a insegurança no mercado de trabalho e a desvalorização dos salários, além de más condições para os trabalhadores. A aposta novo desenvolvimentista argentina em investir na industrialização, vista, segundo o autor, como novamente a solução para o subdesenvolvimento, recuperando as teses cepalinas, encontra o seu limite no fato de que o PIB industrial argentino não atinge os 20% do valor do PIB total do país. Dessa maneira, mesmo com os subsídios do governo, o dólar alto inibindo as importações e a superexploração do trabalho na produção, a indústria argentina apresentou cada vez mais déficits no comércio exterior durante os governos Kirchner (MARIANO, 2015).

Gráfico 7. PIB argentino durante os anos de kircherismo (Em porcentagem)



Fonte: <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/capitulo-2.php>

Junto com o déficit industrial, a grande presença do capital estrangeiro na Argentina inibiu as políticas de redistribuição de renda, visto que aumentou a desigualdade de renda e o aumento da inflação (MARIANO, 2015). O poder aquisitivo foi diminuindo consideravelmente durante as gestões dos Kirchner, assim como a participação da renda dos trabalhadores. Em contraste com esse quadro, a renda agrícola e mineradora aumentou e gerou especulação imobiliária e de preços (MARIANO, 2015).

A compensação pelo aumento expressivo das exportações de commodities no modelo novo desenvolvimentista argentino foram políticas sociais e de pensões fragmentárias e que não atenderam as demandas da

sociedade. Ao mesmo tempo, a política fiscal novo desenvolvimentista argentina prezou por fontes de rendas livres, gerando excedentes fiscais para sustentar o pagamento da dívida pública (MARIANO, 2015).

Para Bonnet (2015), o balanço do kirchnerismo pode ser descrito como uma insurreição a partir da restauração. Isso significa que, para este autor, a eleição de Néstor Kirchner pode ser considerada como o resultado de um longo ciclo de lutas sociais desde os anos 1990, que o autor descreve como insurreição, ou seja, um desafio ao sistema burguês. Visto como a restauração da ordem após anos de crises, o governo Kirchner foi uma resposta restaurativa da própria ordem estabelecida, isto é, o neoliberalismo (BONNET, 2015).

Sendo oriundo da classe empresarial argentina e líder do partido da ordem, o Partido Justicialista, Kirchner já havia ocupado o cargo de governador durante o governo Menem. Uma fração do Partido Justicialista permitiu a ascensão ao poder de Kirchner com a promessa de reestabelecer a ordem no país, seguindo as orientações do seu antecessor, Duhalde (BONNET, 2015). Porém, tais aspirações foram insustentáveis a longo prazo.

A meta de restaurar a ordem havia sido cumprida no final de 2005, durante o primeiro governo Kirchner. Contudo, a partir de 2007 e 2008, as medidas do kirchnerismo apresentaram seus limites (BONNET, 2015). Aumento de inflação, queda da competitividade da taxa de câmbio, foram alguns dos exemplos dos limites enfrentados por esse governo. Todos os subsídios e minidesvalorizações não foram suficientes para sustentar o sistema, abrindo caminho para a eleição de Mauricio Macri, em 2015.

4.2.1 - Política industrial nos governos Kirchner

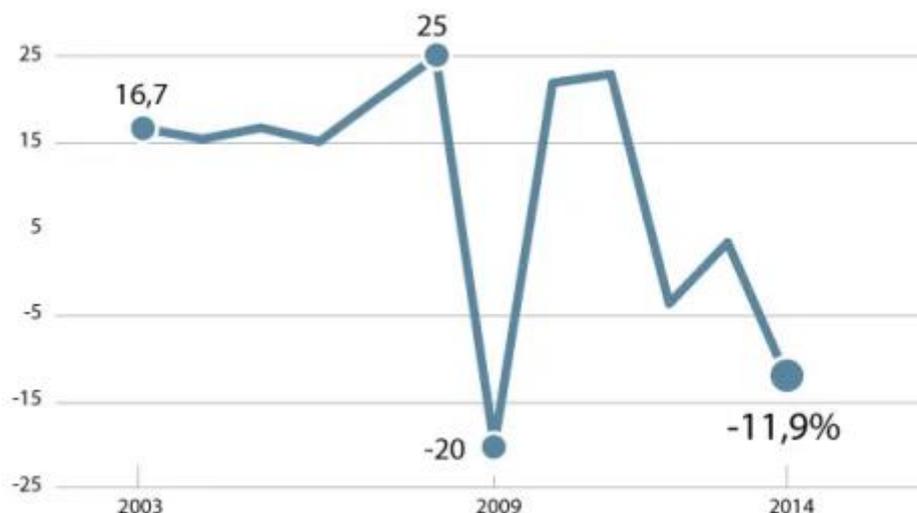
Para Vadell (2006), o ano de 2001 pode ser considerado como uma ruptura no sistema internacional no que se refere a dois níveis. O primeiro nível é a ruptura ocorrida com o ataque de 11 de setembro, no qual os Estados Unidos passam a liderar a chamada “guerra ao terror”, com consequências políticas e econômicas para todo o mundo. Já, no segundo nível, o modelo neoliberal passa por crises mundiais, tendo como exemplos as crises de seus países modelos, Chile e Argentina (VADELL, 2006). Por isso, segundo Vadell (2006), no início do século XXI, os países em desenvolvimento tiveram maior margem de manobra para testar novas possibilidades de desenvolvimento, mesmo que limitadas.

Já, para Lozano (2006), a crise vivenciada pela Argentina no começo dos anos 2000, foi marcada por uma crise de hegemonia das suas classes dominantes. Resultado do declínio social, a classe dominante argentina do período sofreu uma ruptura, com a deterioração de seus setores médios, com o colapso do sistema econômico do país. Nessa crise de hegemonia, os setores empresariais apostaram na manutenção do modelo de conversibilidade, enquanto os outros setores defendiam a saída desse plano através da desvalorização (LOZANO, 2006).

Com essa crise de hegemonia das suas classes dominantes, a Argentina encontrava-se sem uma direção explícita no início dos anos 2000. O primeiro estágio de saída dessa crise foi no final do ano 2001 com a repressão dos movimentos populares. O segundo estágio foi a desvalorização do plano de conversibilidade, o que impactou a população e aumentou o empobrecimento do país (LOZANO, 2006). Em seguida, é lançado um plano de contenção da crise, com distribuição de renda para as classes mais pobres e outros planos de cunho social. Por fim, a saída definitiva da Argentina da crise dos anos 2000 foi a eleição de Kirchner e o seu discurso de fuga das soluções neoliberais (LOZANO, 2006). A partir disso, a Argentina se tornou um país no qual poucos atores, são donos de poucas empresas, que lucram extraordinariamente (LOZANO, 2006).

Com a ascensão de Kirchner ao poder, o peronismo adquiriu maior poder e conseguiu manter nomes como o de Roberto Lavagna para o ministério da Economia, ator ligado aos setores industriais. Esse aspecto nacionalista do kirchnerismo sempre esteve presente no governo, que apostou no reforço dos laços regionais, principalmente com o Brasil (VADELL, 2006). Ambos os países experimentaram uma conjuntura internacional favorável para a exportação de commodities no início dos anos 2000.

Gráfico 8. Exportações da Argentina entre 2003 e 2014 (Em porcentagem)



Fonte: <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/capitulo-2.php>

Segundo Roberto Lavagna (2005), o governo Kirchner, ao assumir depois da pior crise econômica da história argentina, guiou-se pela rejeição de demandas corporativas. Além disso, propôs soluções baseadas na saúde do sistema financeiro nacional, abordando novos acordos com organizações financeiras internacionais, visando a recuperação social e o crescimento do país (LAVAGNA, 2005).

A Argentina experimentou um ciclo de crescimento econômico no início do século XXI, apostando na exportação, principalmente do setor agrícola, com a soja (GAMBINA, 2013). Cabe lembrar que, a economia argentina é dominada por capitais e empresas estrangeiras, característica do processo de transnacionalização do capitalismo moderno. Nesse contexto, a economia local argentina funciona como um mecanismo de acúmulo de capital para atores externos (GAMBINA, 2013).

O governo Kirchner apostou no crescimento industrial para aliviar gargalos estruturais pontuais, o que começou a mostrar os seus limites a partir de 2007 (HERRERA; TAVOSNANSKA, 2011). Entre 2002 e final de 2008, a indústria argentina apresentou altos índices de crescimento, após um período de forte recessão. Nesse período, os setores que lideraram a economia argentina não estavam voltados para os recursos naturais, barrando por um breve

momento o processo de reprimarização econômica (HERRERA; TAVOSNANSKA, 2011).

Nesse sentido, durante os primeiros anos do kirchnerismo, a indústria argentina foi responsável pelo emprego e pela expansão do salário real no país. Juntamente com a expansão industrial, as exportações de commodities também sustentaram esse crescimento. Contudo, esse crescimento não impediu o aumento de importações industriais na Argentina, o que gerou um déficit comercial especialmente concentrado em bens de capital, bens de consumo durável (principalmente eletrônico) e suprimentos intermediários (HERRERA; TAVOSNANSKA, 2011).

Em geral, o governo Kirchner conseguiu promover um breve crescimento industrial e de emprego na Argentina, mas não impediu a alta de importações tecnológicas e de exportações de produtos primários. Porém, este governo não foi eficiente em investir nas cadeias de produção nacionais, com substituições de importações e produção de maior valor agregado (HERRERA; TAVOSNANSKA, 2011). Para Guaita e Fiorito (2013), o governo argentino tentou, em 2002, sustentar uma política de substituições de importações, que perdeu força logo em 2007, tendo em vista o cenário internacional desfavorável.

A partir disso, de acordo com Azpiazu e Schorr (2010), a indústria argentina sustentou o ciclo de crescimento entre 2002 e 2008, período chamado de pós conversibilidade; com a expansão do consumo do mercado interno. Contudo, tal crescimento industrial não reverteu as características estruturais desiguais presentes na economia argentina desde 1976, com a predominância de ajustes, desindustrialização, reestruturação regressiva da produção, etc (AZPIAZU; SCHORR, 2010). Tais características demonstram a fragilidade da economia argentina no cenário internacional, com o seu baixo grau de industrialização e falta de mudanças estruturais (AZPIAZU; SCHORR, 2010), além de alta concentração e internacionalização (MANZANELLI; SCHORR, 2012).

Segundo Herrera e Tavosnanska (2011), a expansão industrial argentina no início dos anos 2000 pode ser dividida em duas fases: a primeira, entre 2003 e 2004, com a recuperação do crescimento, alta demanda externa e utilização da capacidade industrial ociosa e; a segunda fase, entre 2005 e 2008, com maior

crescimento, aumento de investimentos, do comércio externo e das importações industriais.

Dado o cenário favorável, o governo Kirchner apostou em políticas de incentivos à indústria nacional, como substituição de importações (FEIX; TATSCH, 2018). Além disso, era parte da estratégia de desenvolvimento industrial argentino incentivar a produção de bens de capital para a agricultura, assim como de itens tecnológicos de maior valor agregado (FEIX; TATSCH, 2018). A intenção do governo era equilibrar a balança comercial, assim como modernizar a estrutura industrial nacional, substituindo oligarquias por empresas globais através do investimento direto externo (IDE), além, é claro, de gerar empregos (FEIX; TATSCH, 2018).

Para Féliz (2006), o novo desenvolvimentismo argentino priorizou o crescimento econômico a partir da produção, enfatizando o capital financeiro na indústria nacional. A lógica por trás desse modelo é acelerar o crescimento da produção, o que levaria ao desenvolvimento social, como se o desenvolvimento econômico resolveria todos os problemas do capitalismo e da dependência estrutural dos países latino-americanos (FÉLIZ, 2006).

Apostando no desenvolvimento da indústria nacional para acabar com a pobreza, a exploração do trabalho, a desigualdade social, o novo desenvolvimentismo latino-americano baseia-se no capitalismo neoliberal (FÉLIZ, 2006). Mesmo propagando discursos antimercado, o novo desenvolvimentismo promoveu o capital das grandes empresas tanto no Brasil quanto na Argentina. A mudança que o novo desenvolvimentismo trouxe foi a forma como o capital se reproduz, mas não a sua essência (FÉLIZ, 2006). Isso porque tanto no pós-guerra no século passado quanto agora com as multinacionais, o capitalismo prospera através do IDE (FÉLIZ, 2006). Ao invés do investimento direto dos Estados nacionais, o novo desenvolvimentismo promove a acumulação capitalista através do fundo fiduciário, um instrumento de subsídio direto para a produção industrial (FÉLIZ, 2006).

Em vista disso, Féliz (2006) argumenta que a conversibilidade não falhou na Argentina, pelo contrário, prospera até hoje. O novo desenvolvimentismo argentino foi um produto da conversibilidade, com grandes corporações e o capital financeiro controlando a produção industrial nacional (FÉLIZ, 2006). Logo, o novo desenvolvimentismo na Argentina é a nova forma de gestão

capitalista, sendo a nova forma de gestão de crise. Não sendo uma alternativa ao neoliberalismo, o novo desenvolvimentismo é mais uma forma de capitalismo que nasceu do Consenso de Washington (FÉLIZ, 2006).

Tendo em vista que a Argentina apostou em planos neoliberais em dois momentos históricos, sendo o primeiro na década de 1970 durante o regime militar e, o segundo na década de 1990, com o plano de conversibilidade e de abertura financeira; o neoliberalismo possui fortes raízes históricas no país (CARCANHOLO; AMARAL; 2009). Todavia, ambas as experiências neoliberais, levaram o país a crises econômicas e sociais.

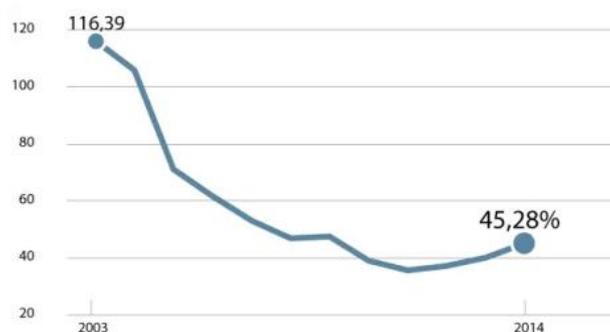
Após a última crise, no início dos anos 2000, a Argentina passou a defender um discurso de distanciamento do neoliberalismo (CARCANHOLO; AMARAL; 2009). O governo Kirchner foi apresentado como uma alternativa ao neoliberalismo na Argentina, com a moratória da dívida externa e a retomada do crescimento do país no início dos anos 2000 (CARCANHOLO; AMARAL; 2009). Contudo, o kirchnerismo manteve um leve aumento no modelo de salários, consumo segmentado e de incentivos ao setor primário, condicionado pela dívida externa, gerando maior desigualdade e pobreza na Argentina (CARCANHOLO; AMARAL; 2009). Isso porque a negociação da dívida externa argentina levou ao incremento do endividamento, visto que a ideia era tomar fundos e pagar serviços, refinanciando a dívida (CARCANHOLO; AMARAL; 2009).

Além disso, o governo Kirchner foi marcado pela defesa das empresas petrolíferas, com políticas de incentivos às exportações e de financiamentos públicos para o setor. Com liberdade ilimitada para exploração do território argentino, as empresas petrolíferas lucraram extraordinariamente durante o governo Kirchner (CARCANHOLO; AMARAL, 2009). Esse é um exemplo de como o kirchnerismo utilizou bens estratégicos do país para financiar investimentos privados e promover a acumulação do capital, propagando os princípios neoliberais (CARCANHOLO; AMARAL, 2009).

A partir disso, a Argentina perdeu autonomia política tanto no cenário externo quanto interno. Com a negociação da dívida externa, cada vez mais recursos foram transferidos da Argentina para os países centrais, como forma de pagamento do débito internacional. Isso proporcionou maior poder aos centros de decisões externas ao país, já que os países centrais eram os credores

da dívida argentina e estabeleciam os termos, valores e formas de pagamento, fazendo o país periférico refém de suas dívidas externas (CARCANHOLO; AMARAL; 2009).

Gráfico 9. Dívida pública argentina entre 2003 e 2014 (Em porcentagem)



Fonte: <https://infograficos.estadao.com.br/internacional/kirchnerismo-na-argentina/capitulo-2.php>

Dessa maneira, o novo desenvolvimentismo argentino continuou o princípio de superexploração do trabalho como forma de acumulação de capital, com transferências de recursos para o exterior (CARCANHOLO; AMARAL; 2009). Com isso, o modelo novo desenvolvimentista ampliou a dependência dos países latino-americanos. Isso porque o modelo novo desenvolvimentista latino-americano foi marcado pela dependência das exportações e dos preços internacionais, com grande influência do agronegócio e de capital estrangeiro (KATZ, 2013).

Chamado por Katz (2013) de “extrativismo de exportação”, o novo desenvolvimentismo latino-americano aumentou a vulnerabilidade externa desses países. Além disso, estes países enfrentaram três principais problemas com esse modelo: a inflação, a saída de capitais e o desequilíbrio fiscal (KATZ, 2013). Por isso, o novo desenvolvimentismo argentino foi um dos mais avançados na região, para Katz (2003). Ainda segundo este autor, o modelo argentino foi marcado pela industrialização e pela exportação de produtos primários, estando em sintonia com os interesses das classes dominantes do país.

As políticas implementadas pelos governos Kirchner geraram a modificação do mercado interno do país, tendo breve sucesso em diminuir o déficit comercial e atrair investimentos externos (FEIX; TATSCH, 2018). Contudo, esta expansão industrial não foi uniforme, tendo setores como o têxtil, maquinário, eletrônico, transporte, automobilística, móveis e metal; que não recuperaram o seu crescimento. Enquanto isso, os setores de alimentos, bebidas, química, borracha, metais comuns, madeira, papel e couro tiveram um boom de crescimento neste período (FERNÁNDEZ BUGNA; PORTA, 2008).

A internacionalização das empresas nacionais e do capital esteve presente na Argentina com força desde os anos 1990 e continuou durante os anos 2000, com cerca de 80% das empresas argentinas possuindo maioria de capital estrangeiro (GAITÁN; BOSCHI, 2015). Além disso, o crescimento foi concentrado no setor primário, em especial o agronegócio, sendo este setor fundamental para a geração de recursos neste período.

Para Azpiazu e Schorr (2010), a principal política industrial implementada pelos governos Kirchner na Argentina foi a Lei nº25.924 de Promoção de Investimento em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura de 2004. Isso porque essa lei fomentava o investimento em determinados setores industriais, fortalecendo a produção e gerando empregos, além de aumentar as exportações (AZPIAZU; SCHORR, 2010).

4.2.2 - Lei Promoção de Investimento em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura na Argentina

Durante o mandato de Néstor Kirchner, em 2004, foi sancionada a Lei nº 25.924 de Promoção de Investimento em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura. Ela foi prorrogada em 2008, pela Lei nº 26.630, no governo de Cristina Kirchner. O objetivo desta lei era o apoio à expansão do setor industrial argentino, com prioridade às pequenas e médias empresas. Por isso, esta lei visava o crescimento econômico e a geração de empregos a partir de benefícios fiscais, como a isenção de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) (DELGADO; CONDÉ; ÉSTHER; SALLES, 2010).

Na Argentina, a Lei 25.924 denominada “Promoção de investimentos em bens de capital e obras de infraestrutura” é definida no primeiro artigo do texto. Esta lei argentina determina que seria “instituído um regime transitório para o

tratamento tributário de investimentos em novos bens de capital - exceto automóveis - de alta qualidade de bens móveis amortizáveis no imposto de renda, destinados à atividades industriais, bem como para obras de infraestrutura - excluindo obras civis - que atendam às características e sejam destinados às atividades que neste sentido se encontram nestes regulamentos.”

O texto da lei também indica que “pessoas físicas residentes podem se beneficiar deste regime na República Argentina e as pessoas jurídicas nela constituídas, ou que sejam autorizadas a atuar em seu território de acordo com suas leis (...); que desenvolvem atividades produtivas no país (...) com a existência de um projeto de investimento em atividades industrial ou a execução de obras de infraestrutura (...).” Nesse sentido, a contrapartida oferecida pelo governo argentino àqueles que participarem do projeto é a isenção fiscal, ou seja, o ato de “(...) obter o retorno antecipado do imposto sobre valor agregado correspondente a bens ou obras de infraestrutura incluídos no projeto de investimento proposto ou, alternativamente, prática de amortização acelerada do imposto de renda do mesmo (...).”

A lei argentina 25.924 foi aplicada a obras de infraestrutura e a atração de investimentos para bens de capital, excluindo-se bens móveis amortizáveis iniciados antes da publicação desta lei e outros tipos investimentos. Ainda segundo a lei, “(...) apenas o beneficiário pode ser reclamado para compensação de juros para os valores inscritos em inadimplência, em decorrência da utilização do procedimento de atualização (...).” Em outras palavras, o governo argentino ofereceu isenção de impostos e ambiente favorável para a atração de empresários que desenvolvessem projetos voltados para bens de capital e obras de infraestrutura, sendo que caso estes projetos não fossem cumpridos; os próprios beneficiários desta lei é quem arcaiam com os prejuízos.

De acordo com García e Rofman (2012), as políticas públicas de desenvolvimento argentino tendem a ser voltadas para as regiões. Em vista disso, entre 1976 e 2001, houve uma concentração de investimentos em capital estrangeiros, reequipamento industrial e em atividades de manufatura produzindo bens de capital e produtos intermediário. Contudo, tais políticas não compreenderam o problema estrutural do país: a falta de base industrial para tais atividades (GARCÍA, ROFMAN; 2012). Além disso, os investimentos não foram

proporcionalmente distribuídos entre as regiões da Argentina, ocorrendo uma concentração nas regiões metropolitanas de Buenos Aires, Rosário e Córdoba.

Após o fim do período conhecido como conversibilidade, a Argentina voltou-se para um modelo econômico baseado na valorização do trabalho e produção de bens (GARCÍA, ROFMAN; 2012). No período pós-2001, o país implementou políticas públicas de promoção de investimentos e de desenvolvimento industrial, ainda sustentando a concentração nas regiões principais, isto é, a Província de Tierra del Fuego (sul do país) e o chamado regime das “quatro províncias” que beneficiam La Rioja, San Luís, San Juan e Catamarca (no oeste argentino) (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

Durante esse período, em 2004, uma nova Lei de Promoção Industrial 25.924 foi promulgada, que estabelecia benefícios para aquisição de bens de capital e/ou realização de obras de infraestrutura para projetos de investimento (GARCÍA, ROFMAN; 2012). Tais benefícios, de acordo com o texto da lei, incluíam o reembolso antecipado de taxas e cálculo acelerado da depreciação, a fim de reduzir a carga do imposto de renda (GARCÍA, ROFMAN; 2012). Para ser apreciado pela lei, era necessário que a produção resultante dos projetos de investimento volta-se para os mercados externos (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

Segundo dados apresentados por García e Rofman (2012), em 2005, a concessão de benefícios deste novo regime argentino de políticas industriais representou 14% do total de "despesas fiscais" em investimento; das quais cerca de 7% foram alocados para despesas com novos bens de capital e os outros 7% para despesas com obras de infraestrutura (GARCÍA, ROFMAN; 2012). Diante disso, em abril de 2008, a Lei 26.360 sobre a Promoção de Investimentos em Bens de Capital e Infraestrutura, foi implementada e atuou como uma continuação da Lei 25.924 (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

Para Azpiazu (2008), a comparação entre estas duas leis industriais argentinas revela que o foco foi a concessão de benefícios fiscais ao setor industrial para o seu desenvolvimento. Contudo, a localização dos investimentos é o que foi priorizado durante a aplicação destas leis, o que levou a fragmentação de inversões e a realocação de processos de produção subsidiários próximos às províncias beneficiadas (AZPIAZU, 2008). Tais discrepâncias geraram descontinuação na atividade industrial argentina, o que Azpiazu (2008)

denominou de um processo de “mecanismos de transferência de recursos sem seletividade, desarticulada e sem uma estratégia sustentável”.

Apesar da mudança na orientação geral das políticas públicas argentinas após o período de conversibilidade; pode-se considerar que a relação entre as políticas de desenvolvimento industrial e a regulação de mercado com base no desenvolvimento das atividades produtivas em geral; seguiram o mesmo modelo econômico anterior sem grandes mudanças desde as últimas décadas do século XX (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

As dificuldades para mudanças estruturais nas atividades industriais argentinas se devem a três fatores, segundo García e Rofman (2012). Em primeiro lugar, estas mudanças estão relacionadas com o enfrentamento da desigualdade regional e concentração produtivas em determinadas regiões, o que decorre em desequilíbrios de renda e poder econômicos dentro do país. Em segundo lugar, as leis industriais argentinas até aqui, incluindo a 25.924, ignoraram a heterogeneidade dos atores econômicos que atuam nos setores industriais assim como as relações sociais entre as regiões, que reproduzem e reforçam os padrões estruturais de produção defasadas. Isso porque os investimentos em produção industrial em determinadas regiões não geram automaticamente aumento da qualidade de vida daqueles que ali residem (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

Por fim, o terceiro fator que impedem as mudanças estruturais na indústria argentina e que foi ignorado por suas leis industriais são as falhas do sistema de produção atual. Em outras palavras, para García e Rofman (2012), as atividades produtivas nas regiões argentinas são limitadas e os benefícios das políticas industriais são desviados. Nestas regiões, predominam um processo de subordinação produtiva entre grandes atores em contraposição a pequenos produtores locais; baseados em sistema de marketing que fortalecem a exploração dos mais fracos. Desse modo, a instituição de preços arbitrários ou mecanismos de controle produtivo são comuns nestas regiões, o que privilegiam os grandes produtores e os tornam os principais beneficiados pelas políticas industriais (GARCÍA, ROFMAN; 2012).

A Lei nº 25.924 estabelecia um regime de transição para o tratamento tributário de investimentos; visando a atividade industrial e as obras de infraestrutura (com exceção das obras civis). O texto permitia também o

reembolso antecipado do imposto sobre o valor de ativos e obras de projetos aprovados pelo governo, que privilegiava produtos voltados para a exportação (ARGENTINA, 2004).

Diante desta norma, o imposto sobre o valor agregado de compra, produção e importação de bens de capital ou a execução de obras de infraestrutura eram reembolsados aos empresários pelo governo Kirchner (ARGENTINA, 2004). Com isso, o objetivo era incentivar a proliferação de produções e obras que acelerassem o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico do país. O Ministério da Economia e Produção ficou encarregado de autorizar e executar a Lei nº 25.924, o que consistia em aprovar os projetos de produção e obras apresentados ao governo. As aprovações dos projetos eram reportadas às duas Câmaras do Congresso Nacional argentino, sendo que as províncias e municípios foram convidados a aderir a implementação desta lei (ARGENTINA, 2004).

De maneira geral, a Lei nº 25.924 teve alta adesão e acelerou a produção de bens de capital e obras de infraestrutura, proporcionando o aumento do crescimento da economia argentina entre 2004 e 2006. Após os anos de crise entre 2007 e 2008 citados acima, no mandato de Cristina Kirchner, houve a prorrogação da Lei nº 25.924, em uma tentativa de recuperar os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico do governo anterior.

A prorrogação da Promoção de Investimento em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura na Lei nº 26.630 de 2008, tinha como objetivo a tentativa de ampliar os esquemas de promoção de investimentos, como o reembolso antecipado do IVA e a amortização acelerada. A partir disso, projetos que tinham como base a transformação produtiva eram priorizados, o que conseguiu recuperar os níveis de crescimento entre 2009 e 2010.

Entretanto, o modelo que embasa as políticas da Lei nº 25.924 e a sua prorrogação, a Lei nº 26.630; possui limitações. Isso porque privilegiou áreas industriais já tradicionais, reforçando a concentração industrial, além de que o aumento da demanda não pode ser suprido apenas pelas indústrias nacionais, necessitando de importações. Somado a isso, as políticas de reembolso e de antecipação de recursos governamentais aliadas a pouca fiscalização, levou a alegações de possíveis casos de fraudes do tesouro nacional (DELGADO; CONDÉ; ÉSTHER; SALLES, 2010). Portanto, estas leis de incentivos industriais

seguiram o modelo dos anos 1980 e 1990, custando caro ao governo do ponto de vista fiscal.

As leis e políticas de incentivo industrial argentino do governo Kirchner não conseguiram ser abrangentes e incluir todo o território nacional. Por um lado, a estrutura federalista e a heterogeneidade política, econômica, social e cultural das províncias argentinas dificultam uma uniformização de políticas²⁰. Por outro, para a execução de um plano de desenvolvimento nacional, a inclusão de todas as regiões do território argentino seria essencial.

Durante o kirchnerismo, não ocorreram mudanças significativas no perfil de especialização e fabricação da Argentina, predominando uma estrutura produtiva baseada em transformação de recursos naturais e montagem automotiva (MANZANELLI; SCHORR, 2012). A partir disso, foi aprofundada a dependência tecnológica e o atraso industrial de bens de capital no país. Logo, o desemprego e o déficit comercial da indústria se tornaram problemas (MANZANELLI; SCHORR, 2012).

A Lei nº 21.382 ainda está em vigor nos dias atuais, beneficiando a entrada de capital estrangeiro na Argentina (MANZANELLI; SCHORR, 2012). Em alguns casos, os benefícios ao capital estrangeiro foram expandidos, com a concessão de esquema de privilégios para empresas automotivas e montadoras de produtos eletrônicos. Após a promulgação da Lei nº 25.924, foi instituído uma promoção de investimentos em bens de capital e obras de infraestrutura, com grande transferência de recursos para empresas multinacionais no país, reforçando o oligopólio predominante no setor industrial argentino (MANZANELLI; SCHORR, 2012). Desse modo, por meio destas leis, foi mantido o regime de importação de bens de capital, estratégia presente desde os anos 1990 (MANZANELLI; SCHORR, 2012).

Sem o incentivo de políticas públicas, as empresas internacionais tendem a operar nos países a partir da terceirização de suas engenharias locais, substituindo as tecnologias nacionais pela importação e prejudicando o desenvolvimento nacional (MANZANELLI; SCHORR, 2012). Este cenário ocorre em países dependentes como o Brasil e a Argentina e reforça o problema da dependência tecnológica. Tal tendência se torna mais forte tendo em vista o fato

²⁰ Para mais sobre a heterogeneidade das províncias argentinas, ver BAZAN (2013).

de que grandes projetos de investimento industrial dos governos nacionais são geralmente patrocinados pelo capital internacional e baseados em importação de equipamentos do exterior, de maior valor agregado (MANZANELLI; SCHORR, 2012). A importação de equipamentos e o patrocínio internacional desencorajam a produção industrial nacional de bens de capital nos países dependentes. Este é o caso dos regimes e política de tratamento especial para o capital estrangeiro nos setores automotivos e de montadoras, instituído pela Lei nº 25.924.

Para Azpiazu e Manzanelli (2011), o calcanhar de Aquiles da estratégia industrial argentina no período pós-conversibilidade é o reinvestimento de lucros, que não ocorre no país, já que o excedente sempre é voltado para fora. A “nova estratégia de desenvolvimento” proposta por Néstor Kirchner na Argentina tentava combinar políticas macroeconômicas e de incentivos para a produção, baseando-se no discurso de manutenção de taxa de câmbio competitiva; política fiscal equilibrada e política de distribuição de renda (CUNHA; FERRARI; 2009). Contudo, Cunha e Ferrari (2009) destacam as incongruências entre os discursos políticos do governo Kirchner e a sua administração concreta.

No que se refere a política de taxa de câmbio, por exemplo, a Argentina adotou, durante o kirchnerismo, um regime cambial flutuante combinado com metas formais, o que contribuiu para manter o peso isolado da competição com o dólar (CUNHA; FERRARI; 2009). Já, no campo fiscal, o equilíbrio propagado pelo governo não foi alcançado, visto que os dados oficiais do período mostram o predomínio das exportações, com mais da metade dos ganhos provenientes das commodities (CUNHA; FERRARI; 2009).

Conforme aponta Boron (2006), a diferença entre o discurso nacionalista do presidente Kirchner e a prática neoliberal de seu ministro da economia, Roberto Lavagna, era clara. O ministro Lavagna não parecia comprometido em modificar o modelo econômico, político e social argentino, seguindo todas as diretrizes do Consenso de Washington e do FMI. Por isso, os autores como Boron e Gak (2006) ressaltam que o crescimento experimentado pela Argentina nesse período foi fruto de políticas anteriores e do mercado externo favorável (GAK, 2006).

4.3 - Considerações finais à seção

Esta seção apresentou análises das políticas industriais de Lula e Kirchner, no Brasil e na Argentina, respectivamente. Diante disso, durante os governos petistas no Brasil, a política industrial passou a ganhar destaque nas políticas públicas. A primeira iniciativa foi, como vimos, a PITCE, em 2004, que focava em setores privilegiados da indústria nacional. Já, nos governos Kirchner, marcados pela aposta em políticas industriais, aproveitando o dólar alto (KULFAS, 2010), a aposta foi em políticas de incentivos à indústria nacional, como substituição de importações (FEIX; TATSCH, 2018). Por isso, em 2004, foi sancionada a Lei nº 25.924 de Promoção de Investimento em Bens de Capital e Obras de Infraestrutura. O objetivo desta lei era o apoio à expansão do setor industrial argentino, com prioridade às pequenas e médias empresas (DELGADO, et al, 2010).

Assim como a Lei 25.924 da Argentina, a PITCE possuía coordenação centralizada; com o governo federal sendo responsável pela estruturação e acompanhamento do projeto. Outro paralelo com a lei argentina 25.924, é que a PITCE também provia incentivos fiscais, como isenção de impostos; para a atração de empresários. Tais objetivos eram ambiciosos e necessitavam da ampliação da capacidade produtiva interna, o que não foi realizado de maneira completa e eficiente pelo governo Lula. Assim como a Lei 25.924 da Argentina, a PITCE teve grandes objetivos e um projeto incompleto, sendo que a política industrial ficou restrita à subsídios fiscais, financeiros e proteção de mercado.

Todavia, no Brasil, a PITCE representou uma evolução da tradição de políticas industriais isoladas de períodos anteriores; trazendo um projeto de conjunto de ações coordenadas. Além disso, tanto a PITCE quanto a Lei 25.924 na Argentina, foram importantes para trazer a política industrial de volta ao debate sobre o desenvolvimento destes países. A crença neoliberal de que o mercado e o seu suposto equilíbrio macroeconômico criariam as condições para o crescimento nacional; foi momentaneamente superada pela ideia de que o Estado seria o ator principal para o aumento da produtividade industrial. Todavia, esse momento foi breve e sem grandes realizações.

A PITCE e a Lei 25.924 não levaram a efeitos permanentes na estrutura industrial desses países. Isso porque ambas leis foram focadas em setores diagnosticados como deficientes de desenvolvimento, mas que não apresentaram grande evolução no período. Além disso, a apesar de constituírem

um projeto de coordenadas ações, tanto a PITCE quanto Lei 25.924; não foram partes de projetos vitoriosos a longo prazo. Somente o investimento em política industrial não leva ao desenvolvimento nacional, visto que é necessária mão de obra qualificada, por exemplo; o que implica em investimentos em todos os níveis da educação.

Políticas industriais como as PITCE e a Lei argentina 25.924 possuem em comum o fato de não são concebidas voltadas para o aumento contínuo de produtividade. São geradas para atacar problemas específicos e não a estrutura produtiva como um todo, por isso a aposta em subsídios fiscais para a atração temporária de empresários para a geração de ganhos rápidos e fáceis. Por isso, o problema de países como Brasil e Argentina é a generalizada baixa produtividade, sendo que os problemas estão relacionados à eficiência dos setores (FERREIRA; FRAGELLI; 2021). Desse modo, mesmo que uma política industrial seja bem sucedida nesses países, seria um evento isolado em meio a um ambiente desafiado; o que levaria ao fim breve de tal política.

Iniciativas de políticas industriais como a PITCE e a Lei nº 25.924 apenas exacerbam a estrutura dependente e caótica das sociedades brasileiras e argentinas. Podemos observar a tendência de importação de tecnologia e de produção voltado para o mercado externo nas políticas industriais dos governos Lula e Kirchner. A partir disso, uma nova forma de dependência se dá pela transferência de valor na sua forma financeira das economias dependentes para as economias centrais, por meio de juros e endividamento externos, o que observamos nos casos brasileiro e argentino (AMARAL, 2007).

Dentro deste cenário, as políticas industriais latino-americanas, como as brasileiras e as argentinas, tendem para um viés mais corretivo nos moldes ricardianos, do que para uma perspectiva inovadora e de transformação conforme defendia Schumpeter (SCHAPIRO, 2013b). Isso porque o conjunto institucional presente nesses países de capitalismo periférico, possui debilidades políticas, técnicas e administrativas que permitem estes tipos de políticas (SCHAPIRO, 2013b).

Atualmente, estamos em uma quarta fase ou tipo de dependência, a dependência de especialização produtiva, com a exacerbção de transferências de recursos da periferia para o centro e limitações estruturais do desenvolvimento das nações chamadas de subdesenvolvidas, como o Brasil e a

Argentina. Estas últimas, por sua vez, com as dívidas dos anos 1980, o neoliberalismo dos anos 1990 e as tentativas de desenvolvimento baseado em indústria nacional e consumo interno nos anos 2000; aprofundaram as suas condições estruturais com níveis altos de desnacionalização produtiva e vulnerabilidade externa.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais contribuições teóricas desta tese foi defender o argumento de Marini de que a dependência estrutural apresentada pelos países da América Latina, como Brasil e Argentina, torna impossível o desenvolvimento a partir das bases desenvolvimentistas. A partir disso, o projeto neoliberal aprofundou contradições econômicas, sociais e políticas gerando novos gargalos com a capitalização e transnacionalização do capital financeiro. Por isso, segundo Treacy (2015), na estrutura financeira atual, a dependência dos países periféricos, como o Brasil e a Argentina, não é mais explicada pelo que é produzido e o que é exportado. A dependência atual pode ser considerada pelo modo como se dá a produção, por quais tecnologias são utilizadas e qual a capacidade que o Estado possui de seguir as tendências globais e aumentar a produtividade (TREACY, 2015).

Dentro deste cenário, os países periféricos podem apresentar ciclos de crescimento econômico, redução de índices de pobreza e importar força de trabalho. Entretanto, ainda não são os países centrais e não fazem parte do centro da acumulação do capitalismo global (TREACY, 2015). Conforme argumentou Marini (1973), a restrição externa é uma das características da dependência e é reproduzida por transferências de excedentes da periferia para o centro. Tal processo ainda está presente no capitalismo financeiro atual.

No campo político, os países dependentes enfrentam o desafio de fortalecer o poder dos seus Estados ao mesmo tempo em que sua soberania é cada vez mais restrita. Já, no campo econômico, a dependência é expressa pelo aprofundamento da reprodução do capital com baixo valor agregado e exploração da mais-valia absoluta (CONSTATINO; CANTAMUTTO, 2014). Nesse sentido, nos países dependentes, o Estado sustenta por meio de leis as condições necessárias para a reprodução desigual do capital, sendo que não possuem força necessária para impor sua soberania sobre os países centrais.

Dessa maneira, nesse novo contexto da dependência atual, os países dependentes, passado a crise neoliberal, entram em um modelo novo desenvolvimentista. Nesse sentido, as transformações globais geradas pelo projeto neoliberal deram origem a novas formas de produção, apropriação e circulação do capital, assim como uma nova forma de organização do Estado (MARIANO; LOZANO, 2018). Em outras palavras, na América Latina, a crise do

neoliberalismo impulsionou o novo desenvolvimentismo, que manteve as relações sociais dominantes entre as classes e as bases econômicas do Modelo de Washington (MARIANO; LOZANO, 2018).

Diferente de seus vizinhos latino-americanos, Brasil e Argentina consolidaram estratégias novo desenvolvimentistas baseadas em um projeto social de industrialização e redistribuição desigual de salários. Entre os dois, a Argentina foi o modelo mais claro do novo desenvolvimentismo, com uma organização de Estado projetada para manter a herança neoliberal (FÉLIZ, 2014). Isso porque o Estado argentino tinha como objetivo reintegrar as forças sociais do trabalho ao processo de apropriação capitalista e estabilizar um país em crise no início do século XXI. Este objetivo estava alinhado aos interesses das frações de classes hegemônicas da sociedade argentina, apoiado pelo grande capital internacional (FÉLIZ, 2014).

É nesse contexto e estrutura que analisamos a política industrial de Brasil e Argentina. A política industrial pode ser considerada como um dos esforços do governo para incentivar setores importantes para o crescimento econômico (KRUGMAN, 1989). Por isso, ao direcionar os investimentos em determinados setores, como o industrial, os governos direcionam suas estratégias de desenvolvimento para o aumento da competitividade nacional (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

A partir disso, categorias conceituais como superexploração do trabalho e subimperialismo são mais relativizadas no mundo contemporâneo diante das diferenças globais entre as classes sociais (KATZ, 2020). Nesse sentido, para Paul Baran (1959), a diferença de crescimento econômico entre os países capitalistas centrais e periféricos seria a asfixia externa, ou seja, a gestão do excedente periférico que vai diretamente para o centro. Estas características explicam, em parte, as altas taxas de exploração na periferia, sendo que a troca desigual de mercadorias já analisada por Presbisch, é o principal mecanismo desse processo (AMIN, 2003).

A partir de todos esses fatores, argumentamos que não importa a forma de gestão local do capitalismo na periferia; é preciso combater o caráter estrutural da dependência e do subdesenvolvimento desses países (MANDEL, 1971). Logo, o novo desenvolvimentismo já estava fadado ao fracasso antes mesmo de seu começo. Não é como se a América Latina nunca pudesse

experimentar momentos de crescimento econômico, como aconteceu no início do século XXI. Mas conforme argumenta a teoria da dependência, os processos de acumulação não conseguem encobrir as obstruções dos investimentos estrangeiros nos países latino americanos (KATZ, 2020). Esses processos de acelerado crescimento econômico de países atrasados geram maiores desequilíbrios estruturais, com crises financeiras.

Desse modo, o novo desenvolvimentismo latino americano não tentou acabar com o modelo de exportação de produtos primários. Pelo contrário, selou alianças com os protagonistas deste modelo econômico, rejeitando políticas protecionistas e fortaleceu os laços com as empresas transnacionais (KATZ, 2020). A partir desse conservadorismo econômico, o novo desenvolvimento latino-americano priorizou a política macroeconômica sem combater as obstruções estruturais do desenvolvimento periférico. Por isso, esses governos ditos “progressistas” dependiam diretamente das flutuações do mercado internacional, sendo que a bonança prevaleceu enquanto houve um breve período de valorização das matérias-primas. Com isso, o crescimento econômico novo desenvolvimentista latino-americano foi baseado na afluência de dólar (KATZ, 2020).

Sem mudanças estruturais, o fim da valorização das matérias-primas no mercado internacional levou à crises e por fim a queda dos governos novos desenvolvimentistas latino-americanos. Nos tempos atuais, a redistribuição da mais-valia se dá no aspecto das empresas transnacionais, visto que a subcontratação é a principal causa de transferência de valor (KATZ, 2020). A distribuição geográfica difere da geração de mais-valia, sendo que o processo de transformação de valor em preço é feito em nível internacional. Isso porque as mercadorias são separadas entre aquelas produzidas em um país e aquelas consumidas em outro (KATZ, 2020).

Por mais criticadas por outras perspectivas teóricas, como os economistas neoclássicos, as políticas industriais foram utilizadas, em especial por países periféricos, para acelerar o seu desenvolvimento. Nos termos de Chang (2002), os países centrais tentaram “chutar a escada”, isto é, eles utilizaram diversas políticas para se desenvolverem, que não permitem que os países periféricos de hoje implementem. Por isso, em diversas oportunidades,

dá-se preferência para políticas de cunho corretivo e que corrigem falhas de mercado (PERES; PRIMI, 2009).

Desse modo, um dos pressupostos da teoria da dependência é que a dependência estrutural apresentada pelos países da América Latina, torna impossível o desenvolvimento a partir das bases desenvolvimentistas e institucionalistas, conforme expõem as políticas descritas acima. Os processos de desenvolvimento argentino e brasileiro, dentro do contexto de economias dependentes, resultaram em desenvolvimento limitado, com a manutenção da superexploração do trabalho e da dependência. Por isso, baseando-se em Marini (1973), o período chamado novo desenvolvimentista, não combateu a dependência estrutural em relação aos países centrais. Logo, as orientações baseadas no novo desenvolvimentismo e implementadas pelos governos Lula e Kirchner não divergiram do neoliberalismo, modelo de acumulação vigente.

As políticas econômicas novo desenvolvimentistas basearam-se no incentivo a indústria e ao consumo de massa, o que manteve a dependência econômica externa e a desigualdade de renda entre as classes sociais. Já, no que se refere aos limites políticos, a atuação do Estado nos governos Lula e Kirchner, mesmo que pautada por maior protagonismo; ainda estavam reféns dos interesses de classes nacionais e internacionais, assim como das restrições institucionais e estruturais.

Diante do exposto, observam-se nos países periféricos latino-americanos dependências especializadas com padrões de reprodução baseados em *commodities* agrícolas e perda de autonomia nacional. Desse modo, nesse contexto, leis de promoção industriais não propiciam instrumentos para a autonomia dos países periféricos, já que as estruturas ali presentes impedem a implementação de um projeto de independência. A ascensão e queda de governos considerados a esquerda no espectro político, desenvolvimentista ou popular; incentivaram momentos de breve crescimento econômico, gerando conflito com o ideário neoliberal. Contudo, o neoliberalismo nunca abandonou estes países, sendo presente mesmo nesses momentos de crescimento econômico e atuação estatal, impondo crises e limitações a eles. Por isso, a queda desses governos na América Latina foi seguida pela retomada do neoliberalismo e de crises de soberania democrática.

6. REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.; COUTO, C. “O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições”. **TEMPO SOCIAL – REVISTA SOCIOLOGIA USP**, S. Paulo, 11(2): 269-301, out. 1999.

ALMEIDA, M. “Desafios da real política industrial brasileira do século XXI”. **Texto para discussão Nº 1452 - IPEA**, 2009.

ALMEIDA, M. “Política Industrial e Crescimento.” In: **IPEA**, Texto para discussão. **RADAR**, nº 17, 2011.

AMARAL, M. S. “Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina? Elementos para uma investigação”. In: GALVÃO, A.; AMORIM, E.; SOUZA, J.; GALASTRI, L. (Orgs.) **Capitalismo: crises e resistências**. 1ª edição, pp. 63-82. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

AMARAL, M. S. “A teoria marxista da dependência como interpretação do capitalismo periférico”. In: CALHEIROS, A.; GONÇALVES, A.; MARI, M. (Orgs.). **Marxismo e produção simbólica: periferia e periferias**. São Paulo: Nankin, 2013.

AMICO, F.; FIORITO, A. “Exchange rate policy, distributive conflict and structural heterogeneity. The Argentinean and Brazilian cases”. In: **Atas do Colóquio Sraffa**, p.1-26, 2010. Disponível em: <http://grupolujan-circus.blogspot.com>

AMIN, S. **Más allá del capitalismo senil**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

AMSDEN, A. **Asia's next giant: South Korea and late industrialization**. New York: Oxford University Press, 2001.

AMSDEN, A.; DICAPRIO, A.; ROBINSON, J. **The role of elites in economic development**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARANTES, R. B.; COUTO, C. G. “Uma constituição incomum”. In: Maria Alice Rezende de Carvalho; Cicero Romão Resende de Araújo; Júlio Assis Simões. (Org.). **A constituição de 1988: passado e futuro**. 1ª ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild (Hucitec), ANPOCS, 2009.

ARGENTINA. Ley nº 25.924. 2004. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/9500099999/98271/norma.htm>. Último acesso em: outubro 2021.

ARGENTINA. Ley nº 26.630. 2008. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26630-171304/normas-modifican>. Último acesso em: outubro 2021.

ÁTYRO, N.; REIS, B. W. “Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em Ciências Sociais”. **Revista Teoria & Sociedade**, nº 22, 2015.

AZPIAZU, E.; SCHORR, M. **Hecho en Argentina: industria y economía, 1976-2007**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

AZPIAZU, D. (org.). **Privatizaciones y poder económico: la consolidación de una sociedad excluyente**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

AZPIAZU, D. “¿Formación de capital de emprendedores o concentración económica?”. **Realidad Económica** 238: 25-48, 2008.

AZPIAZU, D.; SCHORR, M. “La industria argentina en la posconvertibilidad: reactivación y legados del neoliberalismo.” **Problemas del desarrollo – Revista Latinoamericana de economía**. Vol. 41, núm. 161, abril-junio / 2010.

AZPIAZU, D.; MANZANELLI, P. D. “Reinversión de utilidades y formación de capital en un grupo selecto de grandes firmas (1998-2009).” **Revista Realidade econômica**, Nº 257, 1º de enero al 15 de febrero de 2011.

BACHILLER, J. V. “A governança do novo ciclo de políticas industriais (2003-2014): Autonomia e parceria ou captura do estado?”. In: **10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, 2016.

BAMBIRRA, V. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARAN, P. **Economía política del crecimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. “A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda”. In: SADER, E.; GARCIA; M. A. (org.). **Brasil: entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.

BARBOSA, T. N. **Desenvolvimento local: uma análise crítica dos paradigmas e dos impasses**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/ UFSCAR, 2017.

BARRINGTON MOORE, J. **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia**. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

BASTOS, P. Z. “A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. ” **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, pp. 779-810, 2012.

BATISTA JR, P. N. “Brasil, Argentina e América do Sul. ” **Revista Estudos Avançados**, vol. 19, nº 55, 2005.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 1994. Disponível em:

<http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>.

BATISTELA, A. “Um conceito em reflexão: o “populismo” e sua operacionalidade.” **RLAH**, volume 1, nº3, pp.468-484, 2012.

BAZAN, Víctor. “El federalismo argentino: situación actual, cuestiones conflictivas y perspectivas”. **Estudios constitucionales**, Santiago, v. 11, n. 1, p. 37-88, 2013.

BICHIR, M. M.; VARGAS, T. P. “A vertente marxista da ‘Teoria’ da Dependência no âmbito político-social latino-americano. ” **Marx e o Marxismo 2011: Teoria e Prática**, UFF, Niterói, pp. 1-24, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPA/Inpes, 1988.

BIELSCHOWSKY, R. “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha”. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, pp. 13-68, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”. **Economia e Sociedade**. Campinas: Unicamp, v. 21, Número Especial, p. 729-747, 2012.

BLÖMSTROM, M.; HETTNE, B. **Development theory in transition. The dependency debate and beyond: third world responses**. London: Zed Books, 1984.

BONAUDDO, M. (dir.) “Liberalismo, Estado y orden burgués (1852-1880).” **Nueva Historia Argentina**, Tomo IV. Editorial Sudamericana. Bs. As, Argentina, 1999.

BONENTE, B. I.; CORRÊA, H. F. “Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2252>>.

BONNET, A. “El kirchnerismo: un breve balance”. **Revista de debate y crítica marxista**, 56, Buenos Aires, 2015.

BONNET, A. “Riñas en la cofradía. Los conflictos interburgueses en las crisis argentinas recientes.” **Conflicto Social**, Buenos Aires, 5(8), p. 64-122, 2012.

BORÓN, A. A. “Teoria política marxista ou teoria marxista da política”. In: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2007.

BORON, A. A.; GAK, A. L.; LOZANO, C. “Identificación y análisis de los principales cambios realizados por los nuevos gobiernos. Argentina”. En publicación: **Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. ELIAS, A. Programa de edición y distribución cooperativa

de CLACSO. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; PIT-CNT Instituto Cuesta Duarte: Buenos Aires, Argentina. Julio 2006.

BOSCHI, R. **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. “Intervencionismo estatal y políticas de desarrollo en América Latina”. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, Campinas: ABCP, 2008.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. “Politics and development: lessons from Latin America”. **Brazilian Political Science Review**, Vol. 3, No. 2, pp.11–29, 2009.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. “Política, política social y desempeño económico: una comparación de las trayectorias de Brasil y Argentina”. In: **Observatório Político Sul-Americano (OPSA)**, Rio de Janeiro, nº 11, 2010.

BOSCHI, R.; GAITÁN, F. “Novo Desenvolvimentismo”. In: LEAL IVO, A. (Org.). **Dicionário Temático Desenvolvimento e Questão Social**, Annablume, p. 325-329, 2013.

BRAGA, R.; RUBBO, D. A. “Dois mestres na periferia do capitalismo: Michael Löwy e Mariátegui”. **Caderno CrH**, Salvador, v. 31, n. 83, p. 321-334, 2018.

BRASIL. **Cartas de Concertação do CDES**. Presidência da República. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES). Brasília, 2004.

BRASIL. **Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para Sustentar o Crescimento**. Brasília, 2008. BRASÍLIA: DOU **Diário Oficial** da União. Publicado no D.O.U. de 10 de novembro de 2004. Portaria nº 1, de 22 de setembro de 2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. “A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle.” **Lua Nova** [online], n.45, pp.49-95, 1998.

BRESSER- PEREIRA, L. C. “Structuralist macroeconomics and new developmentalism.” **Revista de Economia Política**, pp. 347-366, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Novo-Desenvolvimentismo.” **Folha de São Paulo**, 19/9, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “O Novo Desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.” **São Paulo em Perspectiva**, 20(3): 5-24, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Teoria novo desenvolvimentista: uma síntese.” **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.145-165, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. “Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.” **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, pp. 663-686, 2010.

BRODERSHON, M. "Política económica de corto plazo, crecimiento e inflación en la Argentina, 1950- 1972". **Centro de Investigaciones Económicas, Instituto Torcuato di Tella**. Buenos Aires, Argentina, 1974.

BULCOURT, P.; DUFOUR, G. "Guillermo O'Donnell e sua Contribuição para o Desenvolvimento da Ciência Política Latino-Americana". **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, n o 1, pp. 5 a 35, 2012.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo / Campinas: Unesp/Unicamp. Instituto de Economia, 2000.

CANO, W. "Crise de 1929, Soberania na Política Econômica e Industrialização 2002." In: Cano, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**, Editora UNICAMP, 2002.

CARCANHOLO, M. D. "O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência." In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, pp. 191-205, 2013.

CARCANHOLO, M. D. "Desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica." **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, M. "Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico." In: **Seminário Internacional REG GEN: Alternativas Globalização**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp06.pdf>>

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. "O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização." In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA**, Anais. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999.

CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. "Inserção externa ativa ou superexploração do trabalho? A acumulação de capital na Argentina pós-crise." Em: GAMBINA, Julio C.; ESTAY, Jaime. (Org.). **Economía Mundial, Corporaciones Transnacionales y Economías Nacionales**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, v. 1, p. 331-348, 2009.

CARDIM, C. H. **DEEP - DIPLOMACIA, ESTRATEGIA y POLÍTICA**. ABRIL /JUNIO, 2005.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. São Paulo: CEBRAP, 1984.

CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. São Paulo: CEBRAP, 1993.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise (A economia brasileira no último quarto do século XX)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CARNEIRO, R. **A supremacia dos mercados e a política do governo Lula**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, R. "Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva". **Textos para Discussão**, Campinas: IE/UNICAMP, 153, nov, 2008.

CARNEIRO, R. et. al. "Brazilian Development: strategic themes. *Working papers*" **Rede Desenvolvimentista**, nº 02, Campinas, 2012.

CARVALHO, J. G. Agricultura e questão agrária no Brasil: Condicionantes estruturais da concentração fundiária. In: **Anais do VI Colóquio de la SEPLA**, Montevideu, 2010.

CARVALHO, J. G. Economia Política e Desenvolvimento: um debate teórico. São Carlos: UFSCar, 2015. **Coleção governança e desenvolvimento**. Grupo de Pesquisa de Ideias, Intelectuais e Instituições. Revisto e ampliado em 2017.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, A. B. "Padrões comportamentais e estratégicos da indústria brasileira nos anos 1990". In: CASTRO, Ana Célia; CASTRO, Lavinia de (Org.). **Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antonio Barros de Castro sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CASTRO, A. C. "Políticas de inovação e capacidades estatais comparadas: Brasil, China e Argentina". Rio de Janeiro: **Ipea**, jul. 2015. (Texto para Discussão, n. 2106).

CASTRO, S. D. **Argentina: A construção interrompida**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, UNICAMP, 1998.

CEPAL. **Desarrollo Productivo en Economías Abiertas**. Santiago, Chile: Comisión para América Latina y Caribe, 2004.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2006**. Santiago, Chile: Comisión para América Latina y Caribe, 2006.

CEPÊDA, V. A. "Inclusão, Democracia e Novo desenvolvimentismo – um Balanço Histórico". **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.75, 2012.

CHANG, H. J. **Maus samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHANG, H.J. **Kicking away the ladder: development strategy in historical perspective**. Londres: Anthem Press, 2002.

COLOMBINI, I. "Auge e declínio do 'neodesarrollismo' argentino." **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 2 (57), pp. 401-428, 2016.

CONSTATINO, A.; CANTAMUTTO, J. F. "Patrón de reproducción del capital y clases sociales en la Argentina contemporánea." **Sociológica**, año 29, número 81, pp. 39-86, enero-abril de 2014.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F.; CAMPOS, A. C. "Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico". **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 1 (134), pp. 103-119, 2014.

CUEVA, A. "Las interpretaciones de la democracia em América Latina, Algunos problemas." In: **Ensayos Sociológicos y Políticos**. Quito: Ministerio de Coordinación, 2012.

COUTINHO, G. L.; FERRAZ, C. J. (coords.) **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Editora da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

COUTO, C.; ABRUCIO, F. "O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições." **Tempo soc.** [online], vol.15, n.2, pp.269-301, 2003.

CRUVINEL, E. P. **A Indústria argentina nos anos 80 e 90**. Monografia– Instituto de Economia, UNICAMP, 1994.

CUNHA, A. M.; FERRARI, A. "A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?" **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), pp. 3-23, 2009.

CUNHA, A. M.; FERRARI, A. "A Argentina depois da conversibilidade: um caso de novo-desenvolvimentismo?" **Revista de Economia Política**, vol. 29, nº 1 (113), pp. 3-23, 2009.

CURADO, M. "Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula". **Revista Economia & Tecnologia**, Ano 07, Volume Especial, Curitiba, pp. 91-103, 2011.

D'ALESSANDRO, M. "Los Aportes Intelectuales de Guillermo O'Donnell". **Newletter en Honor a Guillermo O'Donnell**. Espacios Políticos, 2011. Disponível em <http://www.espaciospoliticos.com.ar>.

DABAT, A. "El rumbo de la economía argentina bajo el kirchnerismo". **Economía UNAM**, Ciudad de México, v.09, n.26, 2012.

DAHL, R. **Pluralist Democracy in the United States: Conflict and Consent**. Chicago, Rand McNally & Company, 1968.

DAHL, R. **A Democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

DAMIL, M., FRENKEL, R., MAURICIO, R. "Macroeconomic Policy Changes in Argentina at the Turn of the Century." In: **Nuevos documentos Cedes**, 2007/29. Buenos Aires: Cedes, 2007.

DAMILL, M.; FRENKEL, R. "Las políticas macroeconómicas en la evolución reciente de la economía argentina." **Center for the Study of State and Society**, Buenos Aires, 2009.

DAMILL, M.; FRENKEL, R. "La economía argentina bajo los Kirchner: una historia de dos lustros". In: PERUZOTTI, E.; GERVASONI, C. (Orgs.). **La década Kirchnerista**. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

DE TONI, J. **Novos Arranjos Institucionais na Política Industrial do Governo Lula: a Força das Novas Ideias e dos Empreendedores Políticos**. Universidade Federal de Brasília. Brasília, 2013.

DE TONI, J. "Uma nova governança no padrão de relacionamento público-privado da política industrial brasileira". **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 55, p. 97-117, 2015.

DELGADO, I. G. **A Estratégia de um Revés – Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 1997.

DELGADO, I. G. "Empresariado e Política Industrial no Governo Lula." In: J. A. Paula (org.), **Adeus ao Desenvolvimento: A Opção do Governo Lula**. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

DELGADO, I. G. "Variedades de Capitalismo e Política Industrial: O Caso Brasileiro em Perspectiva Comparada". Texto completo publicado no **XXI Congresso Mundial da IPSA**. Santiago, 2009a.

DELGADO, I. G. "Política Industrial: Objetivos e Instrumentos". **Relatório parcial do projeto Estudo Comparativo de Política Industrial: As Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha (vol. III)**. Brasília, ABDI-FUNDEP, 2009b.

DELGADO, I. G. "A Política Industrial Brasileira Para Setores Seleccionados e a Experiência Internacional". **Relatório parcial do projeto Estudo Comparativo de Política Industrial: As Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha (vol. IV)**. Brasília, ABDI-FUNDEP, 2009c.

DELGADO, I. G. "Variedades de Capitalismo e Política Industrial: Formas Institucionais e Inovação tecnológica". **Relatório parcial do projeto Estudo Comparativo de Política Industrial: As Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha (vol. V)**. Brasília, ABDI-FUNDEP, 2009d.

DELGADO, I. G. "Estado, Inserção Internacional e Variedades de Capitalismo: Elementos para a Análise dos Capitalismos Reais". Trabalho apresentado no **Seminário Internacional INCT-PPED – Promovendo Respostas à Globalização**. Rio de Janeiro, INCT-PPED/IE-UFRJ, 2009e.

DELGADO, I. G. "Política Industrial, Estado e Empresariado". **Relatório parcial do projeto Estudo Comparativo de Política Industrial: As Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha (vol. II)**. Brasília: ABDI-FUNDEP, 2009f.

DELGADO, I. G. "Desenvolvimento, empresariado e política industrial no Brasil". In: LEOPOLDI, M. A.; MANCUSO, W. P.; IGLECIAIS, W. (Org.). **Estado, Empresariado e Desenvolvimento no Brasil: Novas Teorias, Novas Trajetórias**. 1ªed.São Paulo: Editora de Cultura, p. 115-141, 2010.

DELGADO, I. G.; CONDÉ, E. S.; ÉSTHER, A. B. e SALLES, H. S. "Modelos Econômicos de Capitalismo: Análise Comparativa dos Ambientes Institucionais de Negócios nos EUA, Alemanha, Coreia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil". **Relatório parcial do projeto Estudo Comparativo de Política Industrial: As Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coreia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha (vol I)**. Brasília, ABDI-FUNDEP, 2009a.

DELGADO, I. G.; CONDÉ, E. S.; ÉSTHER, A. B.; SALLES, H. M. "Cenários da Diversidade: Variedades de Capitalismo e Política Industrial nos EUA, Alemanha, Espanha, Coreia, Argentina, México e Brasil (1998-2008)". **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, n o 4, pp. 959 a 1008, 2010.

DI TELLA, G. "Rents, quasi-rents, nonmal profits and growth: Argentina and the areas of recent settlement". In: PLATT, D.C.M.; DI TELLA, Guido (orgs). **Argentina, Austrália and Canada. Studies in comparative development 1870-1965**. New York: St Martin's Press, 1985.

DIAS, M. F. **Do estruturalismo da Cepal à Teoria da Dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Diretrizes da **Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**, de 26 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/diretrizes.pdf>>. Último acesso em: outubro 2021. BRASIL.

DUARTE, P. H.; GRACIOLLI E. J. "A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o subdesenvolvimento na América Latina." In: **V Colóquio Internacional Marx e Engels**. UNICAMP. Campinas, SP, 2007.

EDIGHEJI, O. "Constructing a democratic developmental State in South Africa: potentials and challenges". In: EDIGHEJI, Omano. (Ed.). **Constructing the 21st century developmental State: potentials and pitfalls**. Cape Town: HSRC Press, 2010.

EDI. "Argentina: um programa de recuperação popular da economia". Documento dos Economistas de Esquerda – EDI. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 14, jun. 2004.

ERBER, F. "As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política." **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 01, pp. 31-55, 2011.

ESPING ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalismo**. Cambridge: Polity, 1990.

ESPING ANDERSEN, G. "As três economias políticas do welfare state." **Lua Nova**, São Paulo, v. 24, p. 85-116, 1991.

ESTAY, J. **La economía mundial y América Latina: tendencias, problemas y desafíos**. Compilado por Jaime Estay Reyno. 1º ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Clacso, 2005.

EVANS, P. "El Estado como problema y como solución". **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 35, n. 140, p. 529-562, 1996.

EVANS, P. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

EVANS, P. "The capability enhancing developmental state: concepts and national trajectories". **CEDE**, Texto para Discussão, n. 63, 2011.

EVANS, P. **State-society synergy: government and social capital in development**. Berkeley, University of California, 1997.

FAUSTO, B. "A Revolução de 1930." In: **Corpo e Alma do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1987.

FEIX, R. D.; TATSCH, A. L. "Implicações de política industrial argentina para o setor de máquinas agrícolas". **III ENEI – Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação**, Minas Gerais, 2018.

FELDMAN, E.; SOMMER, J. **Crisis financiera y endeudamiento externo**. CET/IPAL. Buenos Aires, Argentina, 1983.

FÉLIZ, M. "De la Crisis al Neodesarrollismo. Tendencias estructurales y política económica en Argentina desde fines de la convertibilidad". **I Coloquio Internacional -SEPLA**, Santiago, 2006.

FÉLIZ, M. "El nuevodesarrollismo como superación dialéctica del neoliberalismo en Argentina." In: RAMÍREZ, L. E. (coord.). **Relaciones Laborales. Una visión unificadora**. Buenos Aires: Euros Editores, 2010.

FÉLIZ, M. "Neo-developmentalism, Accumulation by Dispossession and International Rent-Argentina, 2003-2013". **International Critical Thought**, 4(4), 499-509, 2014.

FERRARI, A. e CUNHA, A. M. "A Argentina depois do Default: uma alternativa ao neoliberalismo?" **XI Encontro Nacional de Economia Política**, SEP, Vitória, 2006.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, v. 1., 1978.

FERNÁNDEZ BUGNA, C. F.; PORTA, F. “El crecimiento reciente de la industria argentina: nuevo régimen sin cambio estructural”. In: LIMA, M. R. **Desempenho de governos progressistas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2008.

FERREIRA, P. FRAGELLI, R. Política Industrial: razões para o ceticismo. **Revista Valor Econômico**, de 19 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30994/politica-industrial-renato-fragelli-pedro-ferreira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em: outubro 2021.

FERRER, A. **Nacionalismo y orden constitucional**. FCE, México, 1981.

FILGUEIRAS, L. A. “Superávit versus redução da dívida”. In: **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro: Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ, nº 197, pp. 5-6, 2005.

FIORI, J. L. “O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro”. **NOVOS ESTUDOS**, N.º 40, pp. 125-144, 1994.

FONSECA, P. C. D. “Desenvolvimentismo – a construção de um conceito”. **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2015.

FONSECA, P.C.D. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil.” **Revista Pesquisa e Debate**, v. 15, n. 2(26), 2004.

FRANK, A. G. “The development of underdevelopment.” **Monthly Review**, New York, v.18, n.4, pp.17-31, 1966.

FRANK, A. G. **Capitalism and development in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1970.

FRENKEL, R. “El régimen de alta inflación y el nivel de actividad.” **Documentos CEDES**, nº 26. Buenos Aires, Argentina, 1989.

FRENKEL, R.; RAPETTI, M. “Monetary and exchange rate policies in argentina after the convertibility regime collapse”. **Nuevos Documentos Cedés**, n. 20, Buenos Aires, 2006.

FRENKEL, R.; RAPETTI, M. “Monetary and Exchange Rate Policies in Argentina after the Convertibility Regime Collapse”. **CEDES**, Buenos Aires, 46, 2006.

FRENKEL, R.; RAPETTI, M. “Five years of competitive and stable real exchange rate in Argentina, 2002-2007.” **International Review of Applied Economics**, v. 22, n. 2, 2008.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1972.

FURTADO, C. "Desenvolvimento e subdesenvolvimento". In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, pp. 239-262. v.1., 2000.

FURTADO, C. "A saga da SUDENE: (1958-1964)". **Arquivos Celso Furtado**, v. 3, Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GAITÁN, F.; BOSCHI, G. "Estado, atores predominantes e coalizões para o desenvolvimento: Brasil e Argentina em perspectiva comparada". In: **Texto para discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2015.

GÁLVEZ, E. "La influencia de los empresarios críticos de la Convertibilidad en las políticas económicas de la Post-convertibilidad." **Realidad Económica**, N° 264, pp.17-32, 2011.

GAMBINA, J. C. **La crisis del capital (2007/2013) - La crisis capitalista contemporánea y el debate sobre las alternativas**. Fundación Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP. 1a Ed., 2013.

GARCÍA, A.; ROFMAN, A. **Planificación regional: recuperación y desafíos para la agenda pública de Argentina**. 2012.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2004.

GERCHUNOFF, P., TORRE, J.C. "La política de liberalización en la administración Menem". **Desarrollo Económico**, n° 143. Buenos Aires, Argentina, 1996.

GERCHUNOFF, P.; AGUIRRE, H. "La Política Económica de Kirchner em la Argentina: vários estilos, una sola agenda." **Real Instituto Elcano**, DT n° 35, 2004.

GERCHUNOFF, P.; AGUIRRE, H. "La Política Económica de Kirchner em la Argentina: vários estilos, una sola agenda". **Real Instituto Elcano**, DT n° 35, 2004.

GERCHUNOFF, P.; TORRE, J.C. "La política de liberalización en la administración Menem". **Desarrollo Económico**, n° 143. Buenos Aires, Argentina, 1996.

GERRING, J. "The Case Study: What it is and What it Does". In: BOIX, C. and STOKES, S. (Org). **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford University Press, pp. 90-122, 2007.

GIMENEZ, D. M.; SABBATINI, R. "Industrialização nacional e o protagonismo do Estado em dois tempos". In: **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 373, 2020.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. **Vinte Anos de Economia Brasileira 1995/2020**. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2021.

GOMIDE, A.; PIRES, R. "Capacidades Estatais e Democracia: A Abordagem dos Arranjos Institucionais de Políticas Públicas". In: GOMIDE, A. D. Á.; PIRES, R. R. C. **Capacidades Estatais e Democracia: Arranjos Institucionais de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2014.

GONÇALVES, R. "Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-2010)." In: CORECON-RJ. **Os Anos Lula: Contribuições para um Balanço Crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro, Garamond, p. 161-180, 2010.

GONÇALVES, R. "Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas." **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 31, pp. 5-30, 2012.

GOUREVITCH, P. **Politics in hard times: comparative responses to international economic crisis**. Cornell University Press: Ithaca and London, 1986.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GRIGERA, J.; ESKENAZI, M. "Apuntes sobre la acumulación de capital durante la postconvertibilidad." En Juan Grigera (ed.) **Argentina después de la Convertibilidad (2002-2010)**, Buenos Aires: Imago Mundi, pp. 165-94, 2013.

GROTTOLA, L. "Neo-desarrollismo y rol del Estado (Argentina 2003-2010)." In: **Congreso Latinoamericano de Ciencia Política**, nº 5, Anales, Buenos Aires: ALACIP, 2010.

GRUPO FÉNIX. "Hacia el Plan Fénix: Diagnóstico y propuestas. Una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el desarrollo con equidade." In: **PLAN FÉNIX. Jornadas de Presentación**, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires (UBA), 2010.

GUAITA, N.; GUAITA, S.; FIORITO, A. "La Política Industrial Argentina y sus Imperativos Estratégicos." **V Congreso Anual – Asociación de economía para el desarrollo de la Argentina**, septiembre de 2013.

HALL, P. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. "An introduction to varieties of capitalismo". In: HALL, P. A.; SOSKICE, D. (eds.) **Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. New York: Oxford University Press, p. 1-68, 2001.

HALL, P.; TAYLOR, R. “As três versões do neo-institucionalismo.” **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

HARVEY, D. **The limits to capital**. Londres, Inglaterra: Verso Book, 2006.

HARVEY, D. **Breve historia del neoliberalismo**. Madrid: Akal, 2007.

HAY, D. “Industrial policy in Brazil: a framework”. Rio de Janeiro: **IPEA**, 18 p. (Texto para Discussão do IPEA nº 551), 1998.

HEIN, E.; MUNDT, M. “Financialisation and the requirements and potential for wage-led recovery – a review focusing on the G20. ” **Geneva: International Labour Office**, 2012, (Conditions of Work and Employment Series, n. 37).

HERRERA, G.; TAVOSNANSKA, A. “¿Reindustrialización en la Argentina? Una década de experiencia industrial en la Argentina”. **La Revista del CCC**, Buenos Aires, n. 13, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8koU2F>>.

HERRERA, G; TAVOSNANSKA, A. “La industria argentina a comienzos del siglo XXI.” **Revista CEPAL**, nº 104, agosto de 2011.

HORA, R. “Los Terratenientes de la pampa argentina”. **Siglo XXI**, Buenos Aires, 2003.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

HUNTINGTON, S. **Ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Edusp, 1975.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IANONI, M. “Estado e coalizão desenvolvimentista no Brasil no ciclo pós-neoliberal”. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, Brasília: ABCP, 2014.

Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI). **A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Julho, 2004. Disponível em: <https://iedi.org.br/anexos_legado/4cfe53f20f040070.pdf>. Último acesso em: outubro 2021.

KANTIS, H. et alii. **Clusters y Nuevos Polos Emprendedores Intensivos em Conocimiento en Argentina**. 2005. Disponível em <http://www.insme.org/document-ti/ArgentinaClusters.pdf>.

KATZ, C. “Dos Proyectos de Redistribución”. In: **EDI. Deuda Externa/Interna**. n. 1, abril. Buenos Aires, 2005.

KATZ, C. “Manifestaciones de la crise en America Latina y las paradojas del neodesarrolismo argentino.” **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 49-64, Jan./Abr. 2013.

KATZ, C. "Atualización o veneración de la Teoría de la Dependencia." **Revista da SEP**, nº 53, 2018.

KATZ, C. **A teoria da dependência: 50 anos depois**. Tradução: Maria Almeida. São Paulo, Expressão Popular, 2020.

KATZ, J.; KOSACOFF, B. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospective**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.

KING, G.; KEOHANE, R., VERBA, S. **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. Princeton University, 1994.

KRUGMAN, P. R. "Industrial organization and international trade". In: SCHMALENSEE, r.; WILLIG, r. (Eds.). **Handbook of industrial organization**. New York: Elsevier, 1989.

KULFAS, M. **Postales de la Argentina productiva**. Buenos Aires: Ediciones del Zorzal, 2010.

KUPFER, D. "Política Industrial". **Econômica**, v. 5, n. 2, p. 91-108, 2004.

LALL, S. "Is 'Dependence' a Useful Concept in Analysing Underdevelopment?" **World Development**, Vol. 3, Nos. 11 & 12, pp. 799-810, 1975.

LANE, D.; MAXFIELD, R. "Strategy under Complexity: Fostering Generative Relationships". **Long Range Planning**, (29)2, pp.215-231,1996.

LAZZARATO, M. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. Traduzido por Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

LEAL, M. J.; CAMURI, W. C. "A Governança Corporativa e os Modelos Mundialmente Praticados". **Revista de Ciências Gerenciais**, vol. XII, n o 15, pp.59-74, 2008.

LEOPOLDI, M. A. **Política e Interesses**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

LESSA, C.; EARP, F. S. **Mais além do II PND**. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

LEUFFEN, D. "Case Selection and Selection Bias in Small-n Research". In: GSCHWEND, T. and SCHIMMELFENNIG, F. (Org.) **Research Design in Political Science: how to practice what they preach**. New York: Palgrave MacMillan, pp. 145-162, 2007.

LICHBACH, M.; ZUCKERMAN, A. S. (eds.) **Comparative politics: rationality, culture and structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LIJPHART, A. "Comparative politics and the comparative method". **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, pp.682-693, 1971.

LIMA, H. **Dependência Econômica sob a Hegemonia do Capital Financeiro**. Tese de Doutorado - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

LIMA, M. C. “Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido.” **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, pp. 15-46, 2007.

LIMA, M. C. **Região & Desenvolvimento no capitalismo contemporâneo – uma interpretação crítica**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LIMA, M. R. S.; COUTINHO, M. V. “Integração Moderna”. **Observatório Sul-Americano - Análise de Conjuntura**, 2006. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>.

LIPSET, S. **O homem político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LISBOA, M.; PESSOA, S. “Crítica à visão heterodoxa da poupança”. **Caderno Ilustríssima**, Folha de São Paulo, 2016.

LÓPEZ, E. “Una aproximación a los cambios en la composición económica de la clase dominante en el nuevo modo de desarrollo argentino (2002-2009)”. **Cuadernos de Economía**, 34(64), 115-141, 2015.

LÓPEZ, E. INSUA, F. B. “La pesada herencia de la dependencia. Competencia capitalista y ganancias extraordinarias en Argentina (2002-2015).” **Ediciones Universidad de Salamanca**, América Latina Hoy, 80, pp. 119-141, 2018.

LÖWY, M. “Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUCE, M. S. **A teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente a questão do padrão de reprodução do capital**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

LUXEMBURGO, R. **Reforma, Revisionismo e Oportunismo**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1985.

MACKIE, T.; MARSH, D. “El Método Comparativo”. In: MARSH, D.; STOKER, G. (eds.). **Teoría y Métodos de la Ciencia Política**. Alianza Editorial: Madri, 1995.

MAHONEY, J. “After ‘KKV’: The new methodology of qualitative research”. **World Politics**, 62, pp.120-47, 2010.

MANDEL, E. **Ensayos sobre el neocapitalismo**. México: ERA, 1971.

MANZANELLI, P.; SCHORR, M. “Extranjerización y poder económico industrial en Argentina.” **Revista Problemas del Desarrollo**, 170 (43), julio-septiembre, 2012.

MARIANO, F. **Argentina neodesarrollista: Debates sobre el modelo**. La Plata: EDULP. (Libros de Cátedra. Sociales). En Memoria Académica, 2015. Disponible en: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.383/pm.383.pdf>

MARIANO, F.; LOZANO, J. A. D. "Trabajo, territorio y cuerpos en clave neodesarrollista. Argentina, 2002-2016." **Perfiles Latinoamericanos**, 26(52), Flacso México, 2018.

MARIANO, F.; HARO, A. C. "Dependencia, valor y naturaleza. Hacia una revitalización crítica de la teoría marxista de la dependência." **Revista Sociedad**, N° 38, mayo a octubre 2019.

MARINI, R. M. "Acumulação capitalista global e subimperialismo." **Documentos Políticos**, n. 12, Ediciones Era, México, 1977. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html>

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia, MG, 1973.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis : Insular, [1968], 2013.

MARQUES DA SILVA, R. "Novo desenvolvimentismo no Brasil e na Argentina: entre o debate acadêmico e a prática política". **Revista Do Serviço Público**, 66(4), pp. 557-584, 2015.

MARTINS, C. E. "O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais." In: **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Organizador: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: Ipea, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 5 volumes, livro terceiro, volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MECHÓN. **Lineamientos Estratégicos para el Desarrollo Productivo de la Argentina**. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Producción, República Argentina, 2007.

MELO, M. A. "Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias". **Dados [online]**. 2004, vol.47, n.1, pp.169-205, 2004.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MOLLO, M. L. R. "O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. " **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, vol.35, n.4, pp.745-762, 2015.

MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. "Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. " **Revista de Economia Política**, vol 33, nº 2 (131), pp. 222-239, 2013.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. “Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o governo Lula”. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 4, pp. 507-527, 2011.

NERI, M. “O real do Lula”. **Revista Conjuntura Econômica**, 2007.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. ENAP: Escola de Administração Pública, Brasília. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.

NUNES, L. V.; BARBOSA, T. N. **Investigando o processo de mudança da agenda política: alternativas metodológicas para a Teoria do Equilíbrio Pontuado**. In. Agenda Política, v. 5, p. 79-99, 2017.

O’CONNOR, J. “¿Es posible el Capitalismo sostenible?” In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

O’DONNELL, G. “Apuntes para una Teoría del Estado”, in O. Oszlak (org.), **Teoría de la Burocracia Estatal**. Buenos Aires, Paidós, 1985.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista - O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. “O novo desenvolvimentismo e seus críticos.” **Cadernos do Desenvolvimento**, vol 11, n. 19, pp. 167-79, 2016.

OSÓRIO, J. **Crítica de la economía vulgar. Reproducción del capital y dependência**. Miguel Ángel Porrúa, México, D. F, 2004.

OSÓRIO, J. “La ruptura entre economía y política en el mundo del capital”, **Herramienta, debate y crítica marxista**, Buenos Aires, disponible en <http://herramienta.com.ar/herramienta-web-14/la-ruptura-entre-economía-y-política-en-el-mundo-del-capital>, pp. 1-10, 2013.

OSÓRIO, J. “As Vicissitudes de uma Nova Interpretação sobre o Subdesenvolvimento e a Dependência: Notas Críticas à Proposta de Claudio Katz”. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, V.12 N.3, 2018.

OSÓRIO, J. **Cuestiones epistémicas en el análisis de la dependencia y del capitalismo dependiente**, 2019. Disponível em: <<https://marxismocritico.com/2019/04/11/cuestiones-epistemicas-en-el-analisis-de-la-dependencia-y-del-capitalismo-dependiente/>>

OTONI, P. **A nação e seu "labirinto": a dependência e o desencontro entre a democracia e a nação**. Dissertação de mestrado, UFMG, 2011.

PALOMINO, H.; TRAJTEMBERG, D. “Una Nueva Dinámica de las Relaciones Laborales y la Negociación Colectiva en la Argentina”. **Revista de Trabajo**, Año 2, n o 3, 2006.

PEIRANO, M. "El camino de la reindustrialización: logros, perspectivas y políticas de Estado para el desarrollo." En Daniel García Delgado y Miguel Peirano (eds.) **El modelo de desarrollo con inclusión social. La estrategia de mediano plazo**, Buenos Aires: Ciccus-IDISA-FLACSO, 2011.

PERES, W.; PRIMI, A. "Theory and practice of industrial policy. Evidence from the Latin American experience". Santiago: CEPAL. **Série Desarrollo productivo**, n. 187, 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/36449/LCL3013e.pdf>>.

PERROUX, F. A. **Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIVA, A. **Economía y política em la Argentina Kirchnerista**. 1a ed. Buenos Aires: Batalla de ideas, 2015.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLÍTICA INDUSTRIAL NO BRASIL: O QUE É A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL. **Nota Técnica**, NÚMERO 11 – dezembro 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4362182/mod_resource/content/1/notatecPoliticaIndustrial.pdf>. Último acesso em: outubro 2021.

PREBICH, R. **La crisis del desarrollo argentino. De la frustración al crecimiento vigoroso**. Editorial: El Ateneo, 195 pgs, 1986.

PREISS, O. R. **Origens de uma industrialização frustrada: o desarrollismo na Argentina (1958- 1962)**. Tese de Doutorado – Instituto de Economia, UNICAMP, 1995.

PZREWORSKY, A. **Estado e economia no capitalismo**. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

REZENDE. F. "Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada". **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 06, 2011.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ROCK, D. **Argentina 1516-1987**. Editorial Bs. As., Argentina, 1989.
RODRIGUES, A. "A teoria marxista da dependência e os limites do nacional-desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo." **Cadernos CERU**, série 2, vol. 28, n. 2, 2018.

RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

RODRIK, D. **One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions and Economic Growth**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

ROSSI, P. "Regime macroeconômico e o projeto social-desenvolvimentista." In A. Calixtre, A. Biancarelli & M. A. M. Cintra (Eds.), **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro** (pp. 195–226). Brasília: IPEA, 2014.

ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. "A política macroeconômica em uma estratégia social desenvolvimentista." **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento**, volume 4, nº 1. Brasília, pp. 21-38, 2014.

ROXBOROUGH, I. **Teorias do subdesenvolvimento**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROZICKI, C. "A Reforma Sindical e Trabalhista. ALCA, MERCOSUL e Espanha. A Pluralidade Sócio-Econômica Reconhecida: Autenticidade Representativa e Eficiência na Contratação Coletiva". **Revista Seqüência**, Ano 18, nº 34, pp. 67-82, 1997. Disponível em <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/22605/2168>.

SADER, E. "El ajuste estructural en América Latina costos sociales y alternativas." **Colección Grupos de Trabajo de CLACSO - Economía Internacional**. Buenos Aires: CLACSO, marzo de 2001.

SADER, E. "Hegemonia e Contra-Hegemonia." In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Hegemonias e emancipações no século**. 1.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

SADER, E. "El nuevo topo. Los caminos de la izquierda latino-americana". Buenos Aires: Siglo **XXI/CLACSO**, 2009.

SALAMA, P. "Crescimento e inflação na Argentina nos governos Kirchner". **Estudos Avançados**, São Paulo, v.26, n.75, p.157-172, 2012.

SALERNO, M. S.; ZILBOVICIUS, M.; MARX, R. "Política industrial em setores dominados por transnacionais: o Brasil como sede de concepção e projeto de produto". In: FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria T. L. (Org.). **Política industrial**. São Paulo: Publifolha, 2004.

SALVIA, S. **Conflictos y alianzas de la burguesía industrial en la crisis de la Convertibilidad en Argentina (1999-2002)**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2012.

SALVIA, S. P. "Políticas económicas, mercado mundial y acumulación de capital en la Argentina post-convertibilidad". **Revista de Economía Crítica**, nº19, primer semestre 2015.

SALVIA, S. "La caída de la Alianza. Neoliberalismo, conflicto social y crisis política en Argentina." **Colombia Internacional**, nº 84, pp. 107-138, mayo-agosto 2015.

SALVIA, S. "Alianzas de los empresarios industriales en la crisis del neoliberalismo em Argentina." **Rev. Sociol. Polit.**, v. 25, n. 62, p. 93-113, jun. 2017.

SAMPAIO JR, P. D. A. "Developmentalism and new developmentalism: tragedy and farce." **Serviço Social**; Sociedade, n. 112, pp. 672-688, 2012.

SANTIZO, C. "Mejorando la rendición de cuentas y la transparencia a través de la participación social: el programa escuelas de calidad en México." In: **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, vol. 4, num. 1, pp. 38-51, 2006.

SANTOS, T. "A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico" In: RÉGO, J. e outros (coords.). **Teoria da Dependência: 30 Anos depois**. São Paulo, IEA/USP, pp. 10-54, 1998.

SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, T. **Imperialismo y Dependência**. Fundación Biblioteca Ayacucho, nº 05, 2011.

SARTORI, G. "Concept misformation in comparative politics". **American Political Science Review**, 64(4), 1033-1053, 1970.

SCHAPIRO, M. "O que a política industrial pode aprender com a política monetária?" **Revista Novos Estudos**, nº 96, julho, 2013.

SCHAPIRO, M. G. "Ativismo Estatal e Industrialismo Defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira". **Relatório Preliminar de Estudo de Caso**: IPEA, 2012

SCHNEIDER, B. R. **Comparing Capitalisms: Liberal, Coordinated, Network and Hierarchical Varieties** (mimeo), 2008.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SCHVARZER, J. **La industria que supimos conseguir. Una historia política y social de la industria argentina**. Planeta, Buenos Aires, 1996.

SENRA, K. V. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Brasília, 2009.

SHAPIRO, F. "EMDR 12 years after its introduction: past and future research". **Journal of clinical psychology**, 58(1), 1-22, 2002.

SHONFIELD, A. **Capitalismo moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1968.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L.F.; MICHEL, R. **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de desenvolvimento com equidade social**. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SIMONSEN, R. C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. Edgar Carone (Org.). São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. de S. Paulo, 1973.

SINGER, A. "A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores". **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, nº 88, pp. 89-111, 2010.

SINGER, A. "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo". **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, nº 85, pp. 84-102, 2009.

SINGER, A. "Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe." **Revista de Economia da PUC-SP**, Ano 02, nº 04, 2010.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SOUZA, L. R.; MARSIGLIA, C. R. "A Economia Política do Possível': o ensaio novo desenvolvimentista argentino e brasileiro em uma perspectiva comparada". In: **XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, Niterói, 2018.

STEIN, G. Q.; GUGLIANO, A. A. "Capacidades Políticas e Política Industrial: a experiência brasileira no século XXI". In: **41ª ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**; GT 25 – Políticas Públicas, 2017.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Editora Brasiliense, 1986.

THELEN, K. **How institutions evolve: The political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus (990-1992)**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TRASPADINI, R. **A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TREACY, M. "Dependencia, restricción externa y transferencia de excedente en la Argentina (1970-2013)." **Cuadernos de Economía Crítica**, nº 2, pp. 113-139, mayo de 2015.

VADELL, J. A. "A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner". **Rev. Bras. Polít. Int.** 49 (1): 194-214, 2006.

VALENCIA, A. S. "La Teoría Marxista de la Dependencia (TMD) en la actualidad." **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018.

VERMULM, R. **A política industrial, tecnológica e de comércio exterior**. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), 2004.

WADE, R. "After the Crisis: Industrial Policy and the Developmental State in Low-Income Countries." In: **Global Policy**, v. 1., 2010.

WADE, R. **Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WAGNER, A. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

WEFFORT, F. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAMSON, J. "What Washington means by Policy Reform." In: **Latin America adjustment: how much has happened?** Washington, DC: The Institute for International Economics, 1990.

WOLKMER, A. C. **Elementos para uma crítica do Estado**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1990.

WYLDE, C. "State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003–2007". **Bulletin of Latin American Research**, vol. 30, 2012.